

Organizadoras:
Manuela Carneiro da Cunha
Sônia Barbosa Magalhães
Cristina Adams



Sociedade
Brasileira para o
Progresso da
Ciência

PARTE VI

Seção 17

Quilombolas
Alto Trombetas II

Povos Tradicionais e
Biodiversidade no Brasil

Contribuições dos povos indígenas,
quilombolas e comunidades tradicionais
para a biodiversidade, políticas e ameaças

Organizadoras:
Manuela Carneiro da Cunha
Sônia Barbosa Magalhães
Cristina Adams



**Povos Tradicionais
e Biodiversidade
no Brasil**

Contribuições dos povos
indígenas, quilombolas
e comunidades tradicionais
para a biodiversidade,
políticas e ameaças

PARTE VI

Seção 17

**Quilombolas
Alto Trombetas II**

Povos Tradicionais e Biodiversidade no Brasil

Contribuições dos povos indígenas,
quilombolas e comunidades tradicionais
para a biodiversidade, políticas e ameaças

São Paulo/2022
SBPC

Publicado pela

Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência - SBPC

Rua Maria Antonia, 294 - 4º andar - Vila Buarque - 01222-010 São Paulo - SP - Brasil

Tel.: (11) 3259.2766 - <http://portal.sbpcnet.org.br>

O presente trabalho foi realizado com apoio de



MINISTÉRIO DA
CIÊNCIA, TECNOLOGIA
E INOVAÇÕES



Projeto gráfico original

Carlos Bravo

Editoração eletrônica e infográficos

Felipe Horst

Revisão e normalização

Vera Carvalho

Apoio técnico

Léa Gomes de Oliveira

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

P869

Povos tradicionais e biodiversidade no Brasil [recurso eletrônico] : contribuições dos povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais para a biodiversidade, políticas e ameaças / Manuela Carneiro da Cunha, Sônia Barbosa Magalhães e Cristina Adams, organizadoras. – São Paulo : SBPC, 2022.
129 p. : il. color.

Vários colaboradores.

Disponível em: <https://portal.sbpcnet.org.br/livro/povostradicionais17.pdf>

Inclui bibliografia e anexo.

Conteúdo: seção 17. Quilombolas - Alto Trombetas II.

ISBN 978-65-89883-12-8

1. Biodiversidade - Conservação - Oriximiná (PA). 2. Conhecimento tradicional associado - Brasil. 3. Território Quilombola (TQ) - Alto Trombetas II - Oriximiná (PA). I. Cunha, Manuela Carneiro da (org.). II. Magalhães, Sônia Barbosa (org.). III. Adams, Cristina (org.). IV. Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência. V. Quilombolas - Alto Trombetas II.

CDD 305.89608115

Ficha catalográfica: Rosângela P. Batista - CRB-8 010465/O

Este trabalho é dedicado aos povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais.

Apresentação

Como os povos tradicionais contribuem para a biodiversidade do Brasil? Em que medida as políticas públicas afetam esses povos e suas contribuições? São esses os temas que esta obra aborda. Mais de duzentos pesquisadores entre acadêmicos, indígenas, quilombolas, membros de comunidades tradicionais e técnicos de instituições públicas, procuraram reunir, durante quatro anos (2018-2021), o que até hoje se sabe para fundamentar as respostas.

Esses temas, em si, não são novos. A Convenção da Diversidade Biológica, de 1992, pôs em relevo a importância dos povos indígenas e comunidades locais para a biodiversidade. A Plataforma Intergovernamental sobre Biodiversidade e Serviços Ecossistêmicos, a IPBES, desde sua criação em 2012, se propôs a inclusão do conhecimento, práticas e inovações dos povos indígenas e comunidades locais nos seus relatórios continentais ou globais.

O que é novo, portanto, não são os temas e as fontes a que recorreremos, e sim o âmbito e a especial atenção dada a povos indígenas, quilombolas e às muitas comunidades tradicionais, que representam a megadiversa população tradicional que vive e atua em um país biologicamente também megadiverso. O Brasil, por essas duas características, tem uma responsabilidade ímpar no desenho de políticas públicas sociais e ambientais. O que a Costa Rica representou em políticas de biodiversidade, o Brasil pode vir a se tornar nas de sociobiodiversidade.

Seguimos nesta pesquisa a inspiração dos relatórios da Plataforma IPBES. Os seus destinatários primários são os tomadores de decisão, o que não lhe diminui o valor documental e de análise para especialistas diversos, entre eles os próprios povos tradicionais e os historiadores das gerações futuras. Na linha do IPBES, trata-se de um grande levantamento de dados e informações secundárias, compilados e analisados para trazer elementos de respostas às perguntas propostas pelo projeto. Alguns capítulos, entretanto, trazem informações primárias, incluindo mapas, produzidas especificamente para este fim.

A Amazônia é o bioma sobre o qual se conseguiu reunir mais documentação, assim como há maior volume de informações sobre povos indígenas. Esse viés é atribuível à diferença no volume de fontes e de pesquisas. Por enquanto, são menos abundantes as fontes disponíveis sobre quilombolas e comunidades tradicionais. Basta lembrar que a população quilombola iria figurar, pela primeira vez, apenas no censo populacional que estava previsto para 2020. Mas começam a se avolumar dados sobre a importância das contribuições de povos tradicionais e de quilombolas para a biodiversidade, e a pesquisa deverá prosseguir com novos pesquisadores.

A obra se agigantou ao longo do percurso. São seis partes, contendo 17 seções, cada uma composta por vários capítulos. A última parte, trazendo três seções, é dedicada a pesquisas interculturais realizadas especificamente para este projeto, a fim de evidenciar a fecundidade da colaboração entre regimes distintos de conhecimentos sobre o ambiente, as vidas e o funcionamento do mundo. Pareceu-nos mais razoável repartir a publicação em volumes no portal da SBPC. Cada volume corresponde a uma seção temática, e não seguirá no portal a ordem do plano geral da obra, que consta abaixo. Ao final, todos os volumes serão juntados em uma única edição, acrescida de uma introdução geral.

São Paulo e Belém, 28 de março de 2021.

Manuela Carneiro da Cunha, Sônia Barbosa Magalhães e Cristina Adams



**Povos Tradicionais
e Biodiversidade
no Brasil**

**Contribuições dos povos
indígenas, quilombolas
e comunidades tradicionais
para a biodiversidade,
políticas e ameaças**

PLANO GERAL DA OBRA

POVOS TRADICIONAIS E BIODIVERSIDADE NO BRASIL

Contribuições dos povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais para a biodiversidade, políticas e ameaças

PARTE I. TERRITÓRIOS E DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS, QUILOMBOLAS E COMUNIDADES TRADICIONAIS

- SEÇÃO 1. QUEM SÃO, QUANTOS SÃO
- SEÇÃO 2. TERRITÓRIOS (ONDE ESTÃO?)
- SEÇÃO 3. DIFICULDADES NA EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS TERRITORIAIS
- SEÇÃO 4. ALGUNS DIREITOS ESPECÍFICOS NA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA

PARTE II. CONTRIBUIÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS, QUILOMBOLAS E COMUNIDADES TRADICIONAIS À BIODIVERSIDADE

- SEÇÃO 5. OS TERRITÓRIOS INDÍGENAS E TRADICIONAIS PROTEGEM A BIODIVERSIDADE?
- SEÇÃO 6. BIODIVERSIDADE E AGROBIODIVERSIDADE COMO LEGADOS DE POVOS INDÍGENAS
- SEÇÃO 7. GERAR, CUIDAR E MANTER A DIVERSIDADE BIOLÓGICA
- SEÇÃO 8. CONHECIMENTOS ASSOCIADOS À BIODIVERSIDADE

PARTE III. POLÍTICAS PÚBLICAS DIRECIONADAS AOS POVOS INDÍGENAS, QUILOMBOLAS E COMUNIDADES TRADICIONAIS

- SEÇÃO 9. INCENTIVOS AO USO DA TERRA E PRODUÇÃO
- SEÇÃO 10. POLÍTICAS EDUCACIONAIS, DE SAÚDE E DE PROTEÇÃO SOCIAL

PARTE IV. POLÍTICAS PÚBLICAS QUE AMEAÇAM OS POVOS INDÍGENAS, QUILOMBOLAS E COMUNIDADES TRADICIONAIS

- SEÇÃO 11. PROJETOS ECONÔMICOS E DE INFRAESTRUTURA
- SEÇÃO 12. POLÍTICAS AGRÁRIAS E AMBIENTAIS: CONFLITOS
- SEÇÃO 13. AMEAÇAS

PARTE V. AVALIAÇÕES INTERNACIONAIS

- SEÇÃO 14. AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DE METAS SUBSCRITAS PELO BRASIL

PARTE VI. PESQUISAS INTERCULTURAIS

- SEÇÃO 15. POVOS INDÍGENAS
- SEÇÃO 16. COMUNIDADES TRADICIONAIS
- SEÇÃO 17. QUILOMBOLAS. ALTO TROMBETAS II

Agradecimentos

O contexto: em 2011, o MCTI acolheu e colocou no plano plurianual a proposta de testar um programa inovador. Tratava-se de apoiar pesquisas interculturais, reunindo cientistas e membros de povos indígenas, quilombolas e comunidades locais tradicionais em torno de temas de interesse mútuo, bem como fortalecer pesquisas independentes empreendidas por povos tradicionais. Com esse propósito, o MCTI encomendou e repassou ao CNPq as verbas para dois projetos. O primeiro projeto se propôs estabelecer as bases de um tal programa e realizar experiências-piloto. O segundo projeto, inspirado nos relatórios da Plataforma IPBES, criado em 2012, foi o que deu origem ao trabalho que agora apresentamos.

São muitas as instituições e pessoas a que devemos agradecimentos:

ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI) que encomendou a pesquisa; ao CNPq que a viabilizou (Processo CNPQ 421752/2017-3); ao generoso doador que quer ficar anônimo e à Plataforma Brasileira de Biodiversidade e Serviços Ecosistêmicos (BPBES) que fizeram aportes suplementares ao orçamento do projeto; à Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), que acolheu o projeto desde o início e o publica em seu portal; à Biblioteca Guita e José Mindlin da Universidade de São Paulo (USP), que se dispôs a receber, conservar e abrir para consulta o conjunto da obra e o acervo documental que o acompanha; ao Instituto Socioambiental (ISA), grande fonte de documentação e informações; à Universidade Federal do Pará e à Universidade de São Paulo que acolheram a proposta em sua plataforma de projetos;

a Aline Santos Lopes, Aloizio Mercadante, Andréa Dias Victor, Bruno Marangoni Martinelli, Eunice Fernandes Personini, Fábio Scarano, Helena Nader, Ildeu de Castro Moreira, Léa Gomes de Oliveira, Mercedes Bustamante;

e a todos os autores que colaboraram voluntariamente com este gigantesco levantamento!

**PARTE VI.
PESQUISAS INTERCULTURAIS**

Seção 17

**Quilombolas
Alto Trombetas II**

Autores:

Elielma de Jesus Pires; José Adeã Castro dos Santos; Luciana Gonçalves de Carvalho

Sumário

INTRODUÇÃO	10
<i>Manuela Carneiro da Cunha, Sônia Barbosa Magalhães e Cristina Adams</i>	
17.1. O TERRITÓRIO QUILOMBOLA ALTO TROMBETAS II	12
<i>Elielma de Jesus Pires, José Adeã Castro dos Santos, Luciana Gonçalves de Carvalho</i>	
17.1.2. Histórico de ocupação e luta pelo território	16
17.1.3. A vida no território	24
17.1.4. A agrobiodiversidade no território: recursos e usos	38
17.1.4.1. Curuçá	39
17.1.4.2. Jamari	50
17.1.4.3. Juquiri Grande	61
17.1.4.4. Juquirizinho	70
17.1.4.5. Moura	81
17.1.4.6. Nova Esperança	85
17.1.4.7. Palhal	95
17.1.4.8. Último Quilombo	99
17.1.5. Diagnóstico	106
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	121
ANEXO - RELATÓRIO DA EXPERIÊNCIA QUILOMBOLA DO ALTO TROMBETAS II	123

SEÇÃO 17

Quilombolas Alto Trombetas II

Introdução

Manuela Carneiro da Cunha, Sônia Barbosa Magalhães e Cristina Adams

Este volume encerra a coleção Povos Tradicionais e Biodiversidade no Brasil. Integra a Parte VI – Pesquisas Interculturais, trazendo a experiência de quilombolas do território do Alto Trombetas II na elaboração de seu próprio diagnóstico. Como mencionamos na Seção 16, o propósito das Pesquisas Interculturais é evidenciar o modo como comunidades tradicionais se relacionam com diversos biomas no Brasil, e chamar a atenção para a riqueza e pluralidade dos conhecimentos por elas detidos e produzidos; as variadas formas de organização social e de uso do ambiente; as práticas e sistemas de produção que resultam em contribuições para a biodiversidade; assim como as políticas públicas e a legislação ambiental que ameaçam a reprodução dessas sociedades e a conservação de seus territórios.

Dessa perspectiva, este volume se destaca dos demais por sua metodologia e autoria e contribui para a pluralidade de tipos de pesquisas e metodologias que suportam os resultados apresentados nesta coleção.

Trata-se do diagnóstico realizado por quilombolas do Alto Trombetas II, de acordo com o próprio Protocolo de Consulta Prévia, Livre e Informada, onde são claras as condições de aceitabilidade de demandas externas. Em relação a este diagnóstico a Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombo do Alto Trombetas II (ACRQAT) o submeteu à discussão interna, tanto a pertinência quanto a metodologia e a possibilidade de sua execução. Os dados apresentados foram produzidos em diálogos entre membros e diretores da associação.

Escrito com exclusividade para este volume, os autores se apropriam dos dados e informações que têm sido produzidos sobre a sua sociedade e os alargam, seja por acréscimo *tout court*, seja por lhes imprimir um novo ordenamento e uma outra lógica discursiva. Assim, combinam resultados obtidos por metodologias tradicionais em sua própria comunidade e os interpretam de modo a torná-los inteligíveis a partir do ponto de vista deles. E também combinam trabalhos de campo realizados por eles e por *outsiders*. O texto foi escrito por quilombolas em interlocução com a pesquisadora Luciana Carvalho que desenvolve trabalhos de pesquisa no território há uma década. Os detalhes referentes à metodologia encontram-se no Anexo – Relatório da experiência quilombola do Alto Trombetas II.

Ao longo do volume são apresentados: uma caracterização geral do território, uma breve história de sua ocupação e reconhecimento, bem como a resistência para aí permanecer num contexto de restrições advindas da redefinição de sua ocupação e uso, com a criação de Unidades de Conservação – a Reserva Biológica do Rio Trombetas e a Floresta Nacional Saracá-Taquera; além da implantação da indústria de exploração de bauxita pela Mineração Rio do Norte. A seguir é apresentado o detalhamento da agrobiodiversidade e de seu uso no território, considerando as oito comunidades que o compõem.

Para maiores elementos, sobre o contexto no qual está inserido o território quilombola Alto Trombetas II, sugerimos aos leitores uma consulta à Seção 11 - Projetos Econômicos e de Infraestrutura; e à Seção 12 - Políticas Agrárias e Ambientais: Conflitos, nesta coleção.

17.1. O TERRITÓRIO QUILOMBOLA ALTO TROMBETAS II

*Elielma de Jesus Pires¹, José Adeã Castro dos Santos²,
Luciana Gonçalves de Carvalho³*

17.1.1. Visão geral do território

O Território Quilombola (TQ) Alto Trombetas II fica no município de Oriximiná, no noroeste do Pará, entre outros dois territórios quilombolas: a montante do Rio Trombetas, o TQ Alto Trombetas I; e, a jusante, o TQ Boa Vista. Seus limites são: ao norte com a Reserva Biológica do Rio Trombetas; ao sul com a Floresta Nacional de Saracá-Taquera; ao leste com o Território Quilombola Boa Vista, Distrito de Porto Trombetas (Mineração Rio do Norte, MRN), Rio Trombetas, Floresta Nacional de Saracá-Taquera, Reserva Biológica do Rio Trombetas, Lagoa do Caruara; a oeste com Rio Trombetas, Território Quilombola Alto Trombetas I, Lago Erepecu, Igarapé do Estreito, Lagoa Redonda, Reserva Biológica do Rio Trombetas e Floresta Nacional de Saracá-Taquera (v. Figura 1).

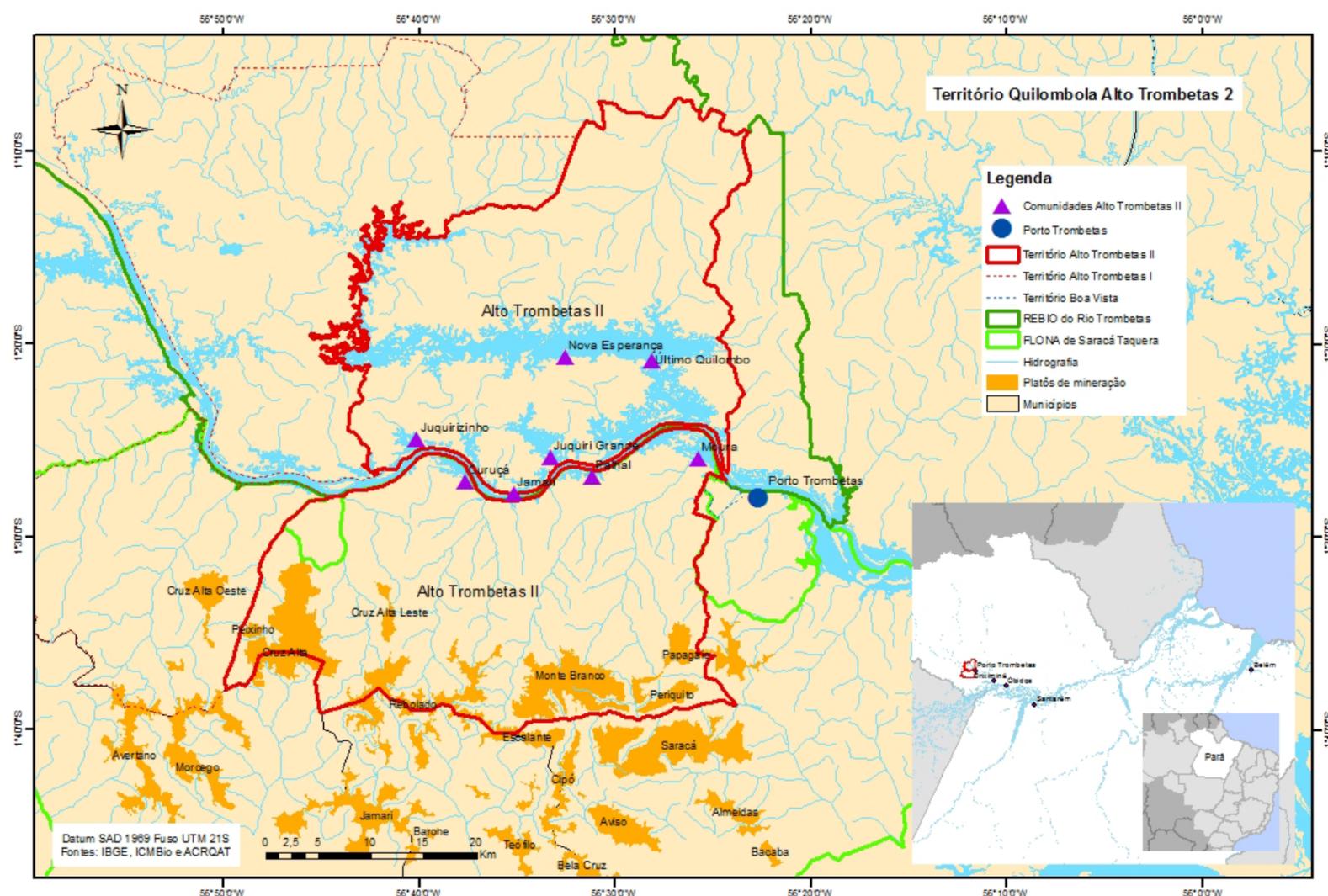


Figura 1. Localização do Território Alto Trombetas II.

- 1 Quilombola da comunidade Moura, professora, coordenadora de Mulheres da ACRQAT.
- 2 Quilombola da comunidade Palhal, atual vice-coordenador de Cultura da ACRQAT.
- 3 Antropóloga, professora da Ufopa, atuando junto à ACRQAT desde 2012.

O TQ é composto por oito comunidades sediadas nas duas margens do Rio Trombetas. Na margem esquerda ficam: Último Quilombo, Nova Esperança, Juquiri Grande e Juquirizinho; na margem direita estão: Moura, Palhal e Curuçá; e, com ocupações em ambas as margens, o Jamari. O acesso a elas é realizado exclusivamente por via fluvial, a partir da cidade de Oriximiná ou de Porto Trombetas, *company town* da Mineração Rio do Norte, que explora bauxita na região desde a década de 1970.

Em toda a área ocupada pelos quilombolas há sobreposição com Unidades de Conservação (UC) federais, sendo uma de proteção integral, a Reserva Biológica do Rio Trombetas, na margem esquerda do rio, e uma de Uso Sustentável, a Floresta Nacional de Saracá-Taquera, na margem direita. Nos limites desta última, o território quilombola Alto Trombetas enfrenta, ainda, sobreposição com zonas de mineração.

As sobreposições territoriais são expressões de sobreposições de interesses e direitos que entram em choque. Elas constituem, frequentemente, motivos de conflito entre as comunidades quilombolas, o Estado e a empresa mineradora, os quais serão abordados mais adiante. No entanto, elas constituem, também, especialmente no que se refere às Unidades de Conservação, um potente indicador da biodiversidade existente no ambiente vivido pelos quilombolas do Alto Trombetas. Uma extensa malha hidrográfica e florestas ricas em espécies vegetais e animais servem aos moradores do território em diversas atividades laborais, práticas culturais e momentos de lazer. Já o subsolo, rico em minério, é visado pela empresa MRN. A Figura 2 representa o atual zoneamento das duas áreas protegidas incidentes no território.

No que tange à Reserva Biológica (Rebio), é notória a concentração de castanhais no entorno do Lago Erepecu, onde se delinea uma zona de uso conflitante, devido à presença das comunidades quilombolas e ao uso econômico que fazem da castanha como um dos principais recursos explorados no território, entre muitos outros que incluem o breu, o açáí, uma variedade de palhas, pescados, quelônios e caças.

Já em relação à Flona, destaca-se a extensão da zona de mineração, que ocupa uma parcela significativa do território quilombola e do seu entorno. Ademais, vale notar a existência de Unidades de Manejo Florestal (UMF) destinadas à exploração madeireira, realizada sob gestão do Serviço Florestal Brasileiro. Embora não se sobreponham ao TQ Alto Trombetas II, as UMF localizam-se nas suas bordas, como demonstra a Figura 3.

Perante os atores externos que representam pressões e ameaças à biodiversidade e ao modo de vida local, as comunidades quilombolas têm elaborado formas de resistência em defesa da vida, do território e dos recursos naturais aos quais suas práticas estão intrinsecamente ligadas. Nas formas de organização comunitária traduzem-se processos históricos que remontam à formação dos mocambos como espaços de enfrentamento da opressão e da privação de direitos, não só durante o período escravista, mas ao longo de décadas de expropriações pós-Abolição.

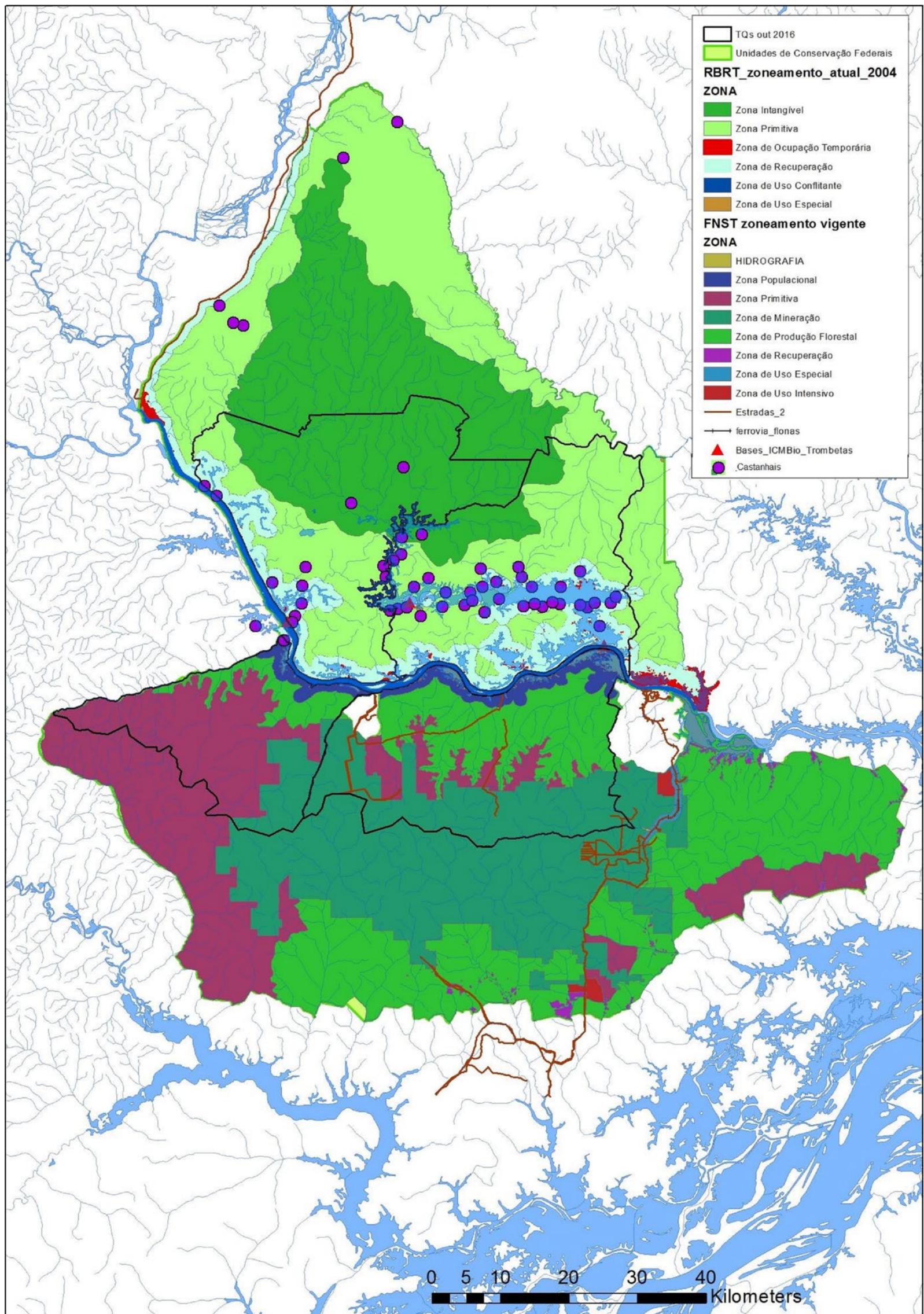


Figura 2. Zoneamento da Rebio e da Flona. Fonte: ICMBio.



Figura 3. Concessões florestais na Flona Saracá-Taquera. Fonte: ICMBio.

17.1.2. Histórico de ocupação e luta pelo território

A história de ocupação do TQ Alto Trombetas II remete ao século XIX, quando a fuga de africanos escravizados nas fazendas do Baixo Amazonas deu origem a povoações negras acima das cachoeiras do Rio Trombetas, então chamadas mocambos (ACEVEDO; CASTRO, 1993; FUNES, 2000; SALLES, 2005). Com a abolição da escravidão, a população dos mocambos desceu o rio, vindo a fixar-se em locais de mais fácil acesso e mais próximos dos principais núcleos urbanos da região: Oriximiná e Óbidos.

Unidos por laços de parentesco, tradições comuns e memórias compartilhadas desde o tempo dos mocambos, os grupos negros se organizaram politicamente em bases comunitárias a partir da década de 1980, reagindo a uma série de ameaças trazidas por pessoas, empresas e governos que viriam a alterar profundamente os territórios até então ocupados. Em resumo, importantes fatos ocorridos entre 1976 e 2012 concorreram para as situações que afetam a biodiversidade local.

Primeiramente, os anos 1970 e 1980 correspondem à instauração de uma nova dinâmica territorial nos domínios das comunidades atualmente representadas pela ACRQAT. Um marco da mudança é a chegada da empresa Mineração Rio do Norte, que se instalou nas imediações das comunidades, criando a já mencionada *company town* de Porto Trombetas, em 1976, ano do primeiro embarque de bauxita para exportação.



Figura 4. Vista da entrada de Porto Trombetas. Fonte: Cumbuca Norte (2017).

Construída para abrigar os funcionários da empresa, a cidade ou vila da mineração, como é chamada, se distinguiu absolutamente das comunidades do entorno por possuir sistemas de fornecimento de energia elétrica, abastecimento de água e saneamento, além de edificações como escola, hospital, supermercado, clube, bancos e escritórios. Ademais, em se tratando de uma área particular, Porto Trombetas erigiu-se como uma cidade fechada onde os antigos ocupantes da região foram impedidos de entrar e transitar. Atualmente, o marco físico do cercamento da área é uma guarita, onde agentes de segurança privada controlam a passagem de pedestres e veículos. O acesso à cidade só é liberado para os portadores de um documento (crachá ou carteirinha) concedido pela MRN aos seus convidados ou visitantes autorizados.

Logo após a instalação da MRN na região, o governo federal criou a Reserva Biológica do Rio Trombetas (RBRT) em sobreposição a áreas previamente ocupadas pelas comunidades quilombolas. No ano de criação da Rebio, 1979, os quilombolas foram surpreendidos por uma série de restrições de acesso a lagos, florestas, igarapés e tabuleiros de desova de tartarugas compreendidos na nova UC. Por conseguinte, ficaram impedidos de usar recursos dos quais dependiam, destacadamente os castanhais em torno do Lago Erepecu (Figura 2). Na entrada do lago, uma base fluvial de fiscalização do ICMBio obriga a parada de todas as embarcações para vistoria de passageiros e cargas (Figura 5).



Figura 5. Base do ICMBio na entrada do Lago Erepecu. Fonte: Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC) Quilombos de Oriximiná.

A ação dos fiscais é controversa. Por um lado, os quilombolas entendem que ela é importante para proteção dos recursos naturais na Rebio, pois inibe o uso desenfreado e a entrada de invasores. Por outro lado, eles chamam atenção para a necessidade de se estabelecer uma relação de mais diálogo e parceria entre o órgão ambiental e as comunidades, entendendo que a lei deve ser adequada à realidade dos moradores da área, que estão ali há gerações: “Olha, vamos procurar aqui no lago desse onde nós moramos. Isso aí bem dizer é nosso, não é verdade? Na verdade, a gente não pode tirar um peixe que eles tomam e vão dar o peixe lá na frente” (CUMBUCA NORTE, 2017, p. 254). Os quilombolas clamam por aplicações mais justas da lei:

Porque o Ibama diz que é proibido pescar, é proibido tirar açaí para vender... É o jeito a gente passar como ladrão, a gente roubar o que é da gente. Porque a gente tem que se sustentar, tem que sustentar os filhos da gente. A não ser que eles abrissem uma porta para gente, dessem uma opção. Aí tinha como a gente não fazer coisa errada porque, nós, seres humanos, a gente sabe o que é coisa errada. Tem que obedecer à lei, mas a lei tem que abrir uma porta para gente. A gente acaba prejudicado pela mineração, pelo Ibama. É bom ter o Ibama aqui, é bom porque tem muito invasor mesmo, mas muitos fazem pela sua sobrevivência porque não têm outra opção (CUMBUCA NORTE, 2017, p. 254).

A relação com o órgão ambiental é tensionada por experiências passadas que se fixaram na memória coletiva e são revividas em muitas narrativas biográficas. No passado, devido à ação abusiva de fiscais da Rebio, muitos descendentes dos antigos mocambos foram compulsoriamente deslocados das terras em que viviam, inclusive sem indenização. Outros foram presos, surrados e mortos por agentes do próprio órgão ambiental, que, à época, era o IBDF (futuro Ibama). Uma declaração citada no Estudo do Componente Quilombola (ECQ) (CUMBUCA NORTE, 2017, p. 389-390) é emblemática do que se passou no período em questão:

[...] foi em 1979 que chegou o Ibama para cá. A gente vivia aqui uma vida mais tranquila. Meu pai nasceu aqui, mas eles sempre diziam: “Nada é de vocês”, “não pode tocar aí”, “isso é nosso”. Mas a gente sempre insistiu em viver porque a gente nasceu aqui, né? Aí a gente ia sempre conversando com eles, eles não deixavam a gente muito à vontade mas a gente insistia. Resistimos aos patrões, resistimos ao Ibama, ao IBDF, na época, em 79 eles chegaram aqui. Tratavam mal a gente aqui, aí a gente obedecia um pouco a eles para não entrar muito no conflito, mas resistimos e a gente não saiu. Foi criada a reserva em 1979 em cima de nós aqui. Os [nossos] pais, os avós já estavam tudo aqui. Não chegaram a cobrar para gente sair, agora humilham muito a gente, oprimiram muito a gente, que a gente chegava assim na casa da gente e estava cozinhando tracajá ou uma caça e eles pegavam a panela e jogavam a comida fora. Era uma pressão muito forte para gente. Castanha, eles tomavam a castanha da gente, prendiam a castanha da gente. Aí começamos a sobreviver aqui, como é que a gente ia sobreviver que eles tomavam a castanha, tomavam tudo. Mas aí a gente resistiu a essa força. A gente se humilhava para eles, mas a gente não saiu. A gente se humilhava para eles dizia [para o IBDF] “dá a castanha para gente comer, a gente não tem o que comer”, aí eles [os regatões] traziam a despesa, o rancho,

para a gente comprar e trocava com castanha. É açúcar, café, a gente chama rancho. A gente comprava e trocava com castanha. Era isso, a gente comprava e insistia em ficar por que daqui a gente ia para onde?

A proximidade dos marcos de instalação da MRN e de criação da Rebio faz com que, até hoje, muitos quilombolas entendam-nas como um só evento, ou, ainda, vejam a UC como uma medida da mineradora: “Desde o início, a mineração já está trazendo impacto. Nós já estamos sofrendo impacto há anos. O primeiro impacto foi que foi criada a Rebio [...]. Acabou com a liberdade da gente essa mineração” (CUMBUCA NORTE, 2016, p. 144). De fato, tanto a mineração quanto a reserva implicaram expulsões, proibições de acesso a porções do território historicamente ocupado e restrições ao uso de recursos tradicionalmente explorados pelas comunidades. Assim, como está exposto no ECQ (CUMBUCA NORTE, 2017, p. 144), muitas pessoas associam indistintamente os agentes causadores de conflitos em torno do uso do território.

Bom, nós vamos começar pelo conflito que, se está hoje, foi causado pela mineração: são as UCs, as Unidades de Conservação. As Unidades de Conservação, elas vieram acontecer na região por uma questão da Mineração Rio do Norte, que pretendia ter em mãos – e o governo também – esse espaço, território. Foi uma forma de intimidar a população e conservar para mineração. Hoje é um conflito aqui, nosso, causado pela mineração. Toda essa área é cercada de bauxita. Tem conflito com restrições, criação de regras aqui para a comunidade, e essas regras causam conflitos porque muitos não atendem.

As reações aos impactos negativos gerados pela Rebio e pela MRN foram organizadas a partir dos anos 1980, com apoio de membros da Igreja Católica que fomentaram práticas associativas como estratégia para a fundação de comunidades politicamente unificadas sobre uma base territorial compartilhada. A organização dessas unidades políticas ganhou força após a promulgação da Constituição Federal de 1988, que, no Ato de Disposições Constitucionais Transitórias, reconheceu às comunidades remanescentes de quilombo o direito à propriedade definitiva das terras tradicionalmente ocupadas. Em 1989 ocorreu a fundação da Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombo do Município de Oriximiná (ARQMO), organização que abarcou representantes de cerca de 30 localidades (Figura 6).

A despeito da mobilização coletiva em função dos direitos reconhecidos na Constituição Federal, até então carentes de regulamentação, em 1989 o governo federal criou outra UC abrangendo áreas previamente ocupadas pelos quilombolas do TQ Alto Trombetas II: a Floresta Nacional de Saracá-Taquera (FNST). Apesar de ser uma UC de Uso Sustentável, ela trouxe mais restrições de acesso e uso do território historicamente ocupado pelas comunidades quilombolas. No ECQ, um morador do TQ Alto Trombetas I, vizinho ao Alto Trombetas II, resumiu bem o sentimento coletivo após a criação da Flona:

A gente tem de um lado o ICMBio [Rebio], que a gente não pode passar para lá, não pode fazer nada lá. Do lado de lá não pode pescar, só se for peixe miudinho, só para comer; roçado para o lado de lá a gente não faz, só do lado daqui. Do lado daqui a gente faz, mas é pequeno. Logo passando aí, tem a parte da Flona, que é uma parte também. Praticamente, a gente está cercado, a gente está no meio. Você não pode passar nem muito para um lado, nem muito para outro (CUMBU-CA NORTE, 2017, p. 529-530).

Contraditoriamente, a FNST, apesar de impor restrições às comunidades, acolheu em seu ato de criação a continuidade da atividade minerária, criando um paradoxo quanto às suas finalidades de conservação da natureza.

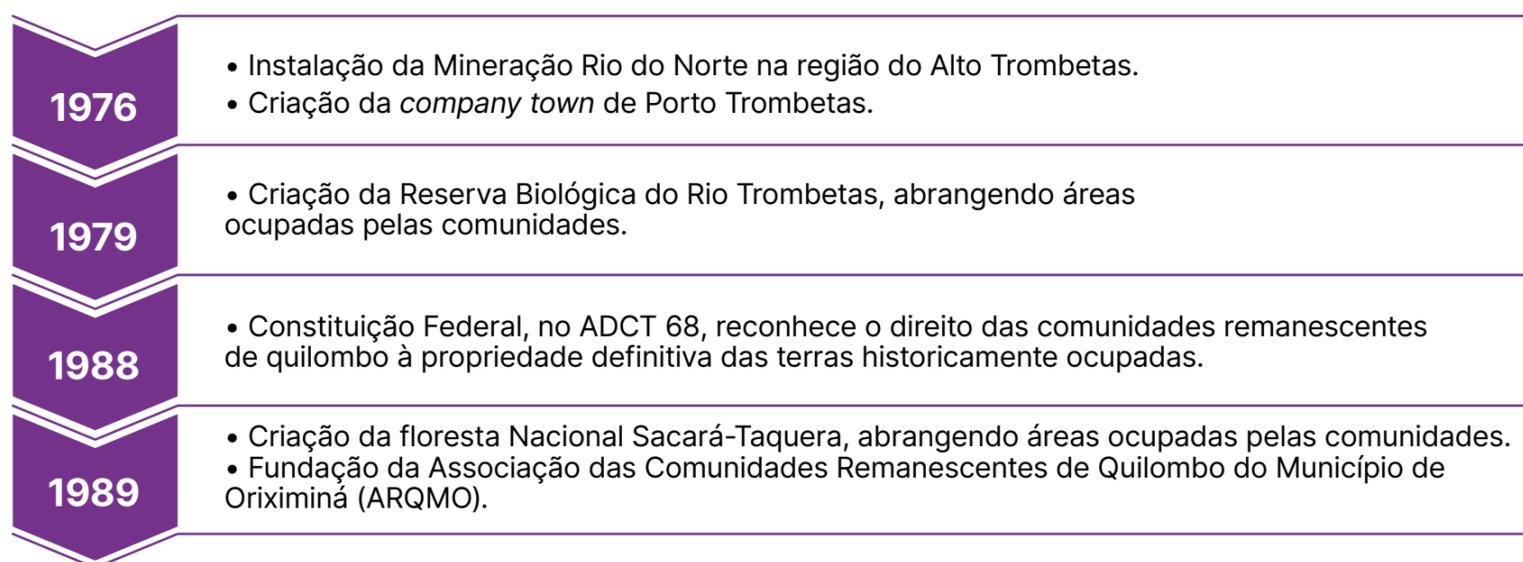


Figura 6. Marcos históricos (1970-1980). Fonte: Pesquisa bibliográfica e trabalho de campo.

As décadas de 1990 e 2000 corresponderam a uma fase de intensificação da mobilização das comunidades remanescentes de quilombo para a defesa de seus territórios. Apoiada na Carta Magna, a ARQMO priorizou a abertura de processos de titulação territorial e a criação de novas associações quilombolas em Oriximiná e adjacências. A partir de 1995 ocorreram as primeiras titulações no município, iniciando-se pelo TQ Boa Vista, que é vizinho do Alto Trombetas II. Em 2003, o território Alto Trombetas I foi parcialmente titulado, garantindo a propriedade de terras até então pertencentes ao Estado do Pará. Em 2004, as comunidades atualmente integrantes do TQ Alto Trombetas II abriram dois processos de titulação no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), responsabilizado pela titulação de terras quilombolas por força do Decreto nº 4.887/2003.

Em 2004, as comunidades visavam à titulação de dois territórios: Moura e Jamari-Último Quilombo. O primeiro, correspondendo à comunidade de mesmo nome, apresentava sobreposição com a Flona. O segundo, composto por sete comunidades — Jamari, Curuçá, Palhal, Juquiri Grande, Juquirzinho, Nova Esperança e Último Quilombo — ocupava terras delimitadas pela Flona e pela Rebio. A tramitação de ambos os processos foi postergada durante muitos anos, em parte, devido à sobreposição pelas Unidades de Conservação (UC) geridas pelo ICMBio. Nesse ínterim, os líderes comunitários organizaram-se em uma associação comum, a ACRQAT, que veio a ser fundada em 2011.

No ano seguinte, 2012, tiveram início os estudos necessários para instrução dos referidos processos de titulação, a começar pelos Relatórios Antropológicos de Moura e Jamari-Último Quilombo. Os trabalhos estenderam-se até 2013, originando dois Relatórios Técnicos de Identificação e Delimitação Territorial (RTID). Ao fim desses estudos, as oito comunidades decidiram pela unificação dos pretensos territórios no TQ Alto Trombetas II, dando origem a um novo processo de titulação, instaurado em 2014 com a juntada dos estudos até então realizados e da documentação referente à decisão das comunidades (Figura 7).

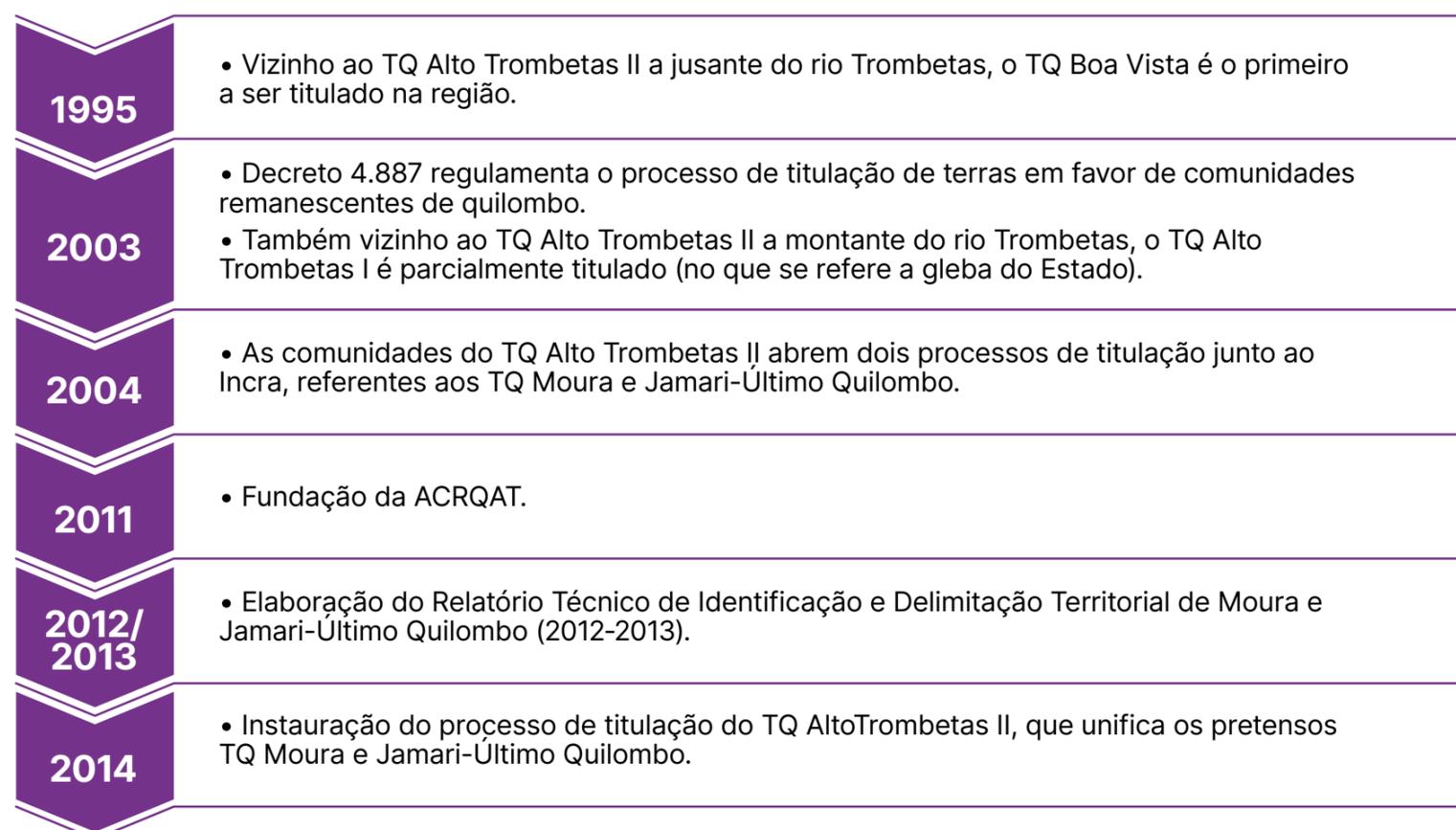


Figura 7. Marcos históricos (1990-2010). Fonte: Pesquisa bibliográfica e trabalho de campo.

Devido à falta de acordo, no governo federal, quanto à sobreposição territorial entre o TQ e as duas UCs, e diante do choque de interesses no âmbito do próprio Estado (por intermédio do Incra, responsável pela titulação do TQ, e do ICMBio, responsável pelas UCs), o processo de regularização fundiária do TQ Alto Trombetas II foi paralisado. Embora seu RTID tenha sido finalizado em 2013, ele só veio a ser publicado quatro anos mais tarde. Na verdade, a publicação do documento ocorreu, em 14 de fevereiro de 2017, em obediência à sentença que, em 2015, condenou a União, o Incra e o ICMBio a concluírem em até dois anos o procedimento administrativo de identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas pelas comunidades de remanescentes de quilombo TQ Alto Trombetas II.

De 2017 a 2019 houve várias reuniões entre a ACRQAT e órgãos do governo para debater soluções para o impasse (Figura 8). Na impossibilidade de titulação da área sobreposta pelas UCs, delineou-se um acordo para assinatura de um Contrato de Concessão de Direito Real de Uso (CCDRU) da porção do TQ localizada na FNST e de um Termo de Compromisso de Usos Múltiplos relativo às áreas da RBRT. Ambos os documentos estão ainda em discussão, mas o acordo possibilitou a emissão da Portaria nº 1.172, de 17 de julho de 2018, que reconhece e declara como terras do Território Quilombola Alto Trombetas II uma área de 189.657,8147 ha (cento e oitenta e nove mil, seiscentos e cinquenta e sete hectares, oitenta e um ares, e quarenta e sete centiares).



Figura 8. Reunião no Incra. Fonte: Arquivo pessoal de Luciana Carvalho.

Em paralelo ao trâmite do processo de titulação, as comunidades do TQ Alto Trombetas II vêm participando, desde 2012, de processos relacionados ao licenciamento ambiental de projetos da MRN. Com efeito, diversos platôs de bauxita incidem no TQ e no seu entorno, como se pode visualizar na Figura 9.

A lavra de minério iniciou-se, nos anos 1970, a partir dos platôs situados a leste do território, fora dos seus limites. Os processos de licenciamento da mineração, até recentemente, eram realizados sem qualquer tipo de consulta ou negociação de acordos com as comunidades, apoiados no entendimento de que não se tratava de um território quilombola reconhecido, mas sim de uma Floresta Nacional franqueada a atividades minerárias.

A situação começou a se modificar em 2012, quando as comunidades dos TQ Alto Trombetas I e Alto Trombetas II foram surpreendidas pelo projeto de abertura de minas em áreas por elas reivindicadas junto ao Incra. Em reação a movimentações da empresa na área, as comunidades denunciaram-na ao Ministério Público Federal (MPF) em Santarém, que abriu Inquérito Civil Público (ICP) para apurar o caso. Além de recomendar a suspensão de licenças e autorizações da mineradora -- o que foi acatado pelos órgãos federais responsáveis --, o MPF determinou obediência à Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e aplicação da consulta prévia, livre e informada aos quilombolas acerca do projeto então chamado Zona Central e Oeste.

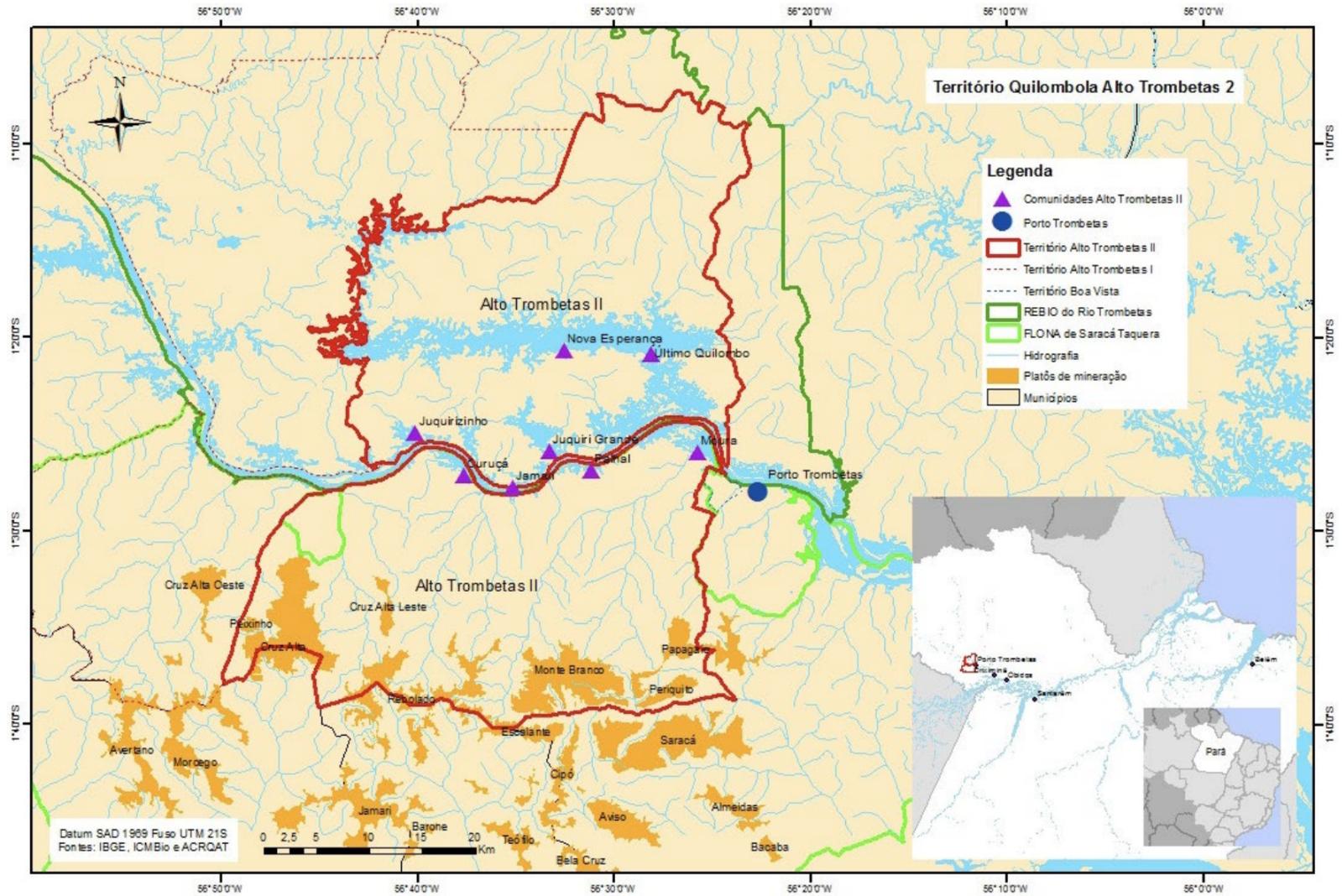


Figura 9. Mapa do TQ com indicação dos platôs destinados à mineração. Fonte: ACRQAT (2016).



Figura 10. Área de mineração no entorno do TQ Alto Trombetas II. Fonte: INRC Quilombos de Oriximiná.

A realização dessa consulta estendeu-se até 2014, mas os eventos que a constituíram foram marcados por uma série de controvérsias e dissensões entre as comunidades. Após uma conclusão do processo de consulta favorável à mineração, estudos técnicos para o processo de licenciamento ambiental do projeto chegaram a ser realizados em 2016 e 2017, mas não chegaram a termo. Por fim, o projeto Zona Central e Oeste acabou sendo arquivado e, mais tarde, foi substituído pelo Projeto Novas Minas, com foco exclusivamente no TQ Alto Trombetas II.

Depois da experiência de consulta vivenciada no âmbito do inquérito civil, a ACRQAT desejou criar regras internas visando a organizar e aprimorar futuros processos de consulta. Assim, entre o segundo semestre de 2017 e o primeiro semestre de 2018, a associação elaborou seu Protocolo de Consulta e Consentimento com apoio de pesquisadores-extensionistas da Universidade Federal do Oeste do Pará (Ufopa) (Figura 11).

Nesse mesmo período, por força da publicação do RTID (em 2017) e da Portaria de Reconhecimento do TQ Alto Trombetas II (em 2018), o licenciamento dos platôs Teófilo e Cipó

teve de contemplar a consulta prévia às comunidades do território, que ficam na zona de impacto indireto do empreendimento. No decorrer do processo de consulta, a ACRQAT teve oportunidade de renegociar com a MRN algumas medidas mitigatórias e compensatórias decorrentes do seu projeto, levando à revisão de condicionantes ambientais.

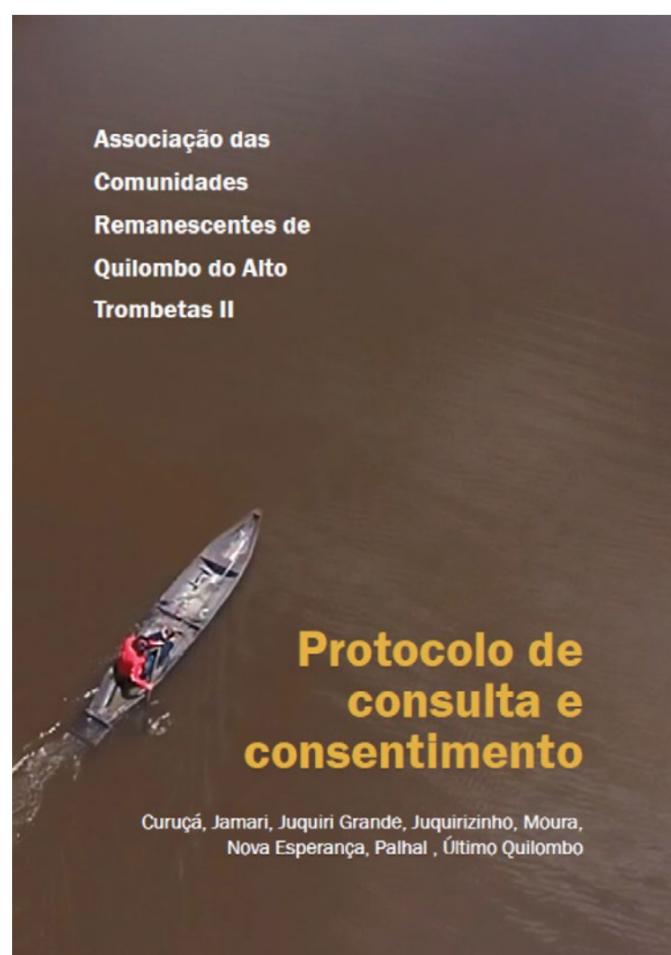


Figura 11. Capa do protocolo. Fonte: ACRQAT (2018).

Atualmente, estão em andamento os estudos ambientais exigidos para a renovação da licença de operação do platô Monte Branco, integralmente situado dentro do TQ Alto Trombetas II, e para concessão da licença prévia do Projeto Novas Minas, que abrange platôs situados no território (Rebolado, Cruz Alta Leste e Cruz Alta) e no seu entorno (Barone, Jamari e Escalante). A realização desses estudos vem sendo acompanhada pela Fundação Cultural Palmares, e observa o Protocolo de Consulta e Consentimento da ACRQAT.

17.1.3. A vida no território

Os dados que se seguem foram obtidos no mapeamento socioeconômico realizado pela ACRQAT com apoio da Ufopa, em 2017. A iniciativa desse trabalho partiu da própria associação, que, frequentemente confrontada com cadastros elaborados por órgãos públicos como o Incra e o ICMBio, sentiu a necessidade de possuir dados próprios e controlados sobre a população do território. Cientes de que dados socioeconômicos baseiam a tomada de decisões e a implementação de políticas públicas na área, os diretores da ACRQAT empenharam-se

pessoalmente nos trabalhos do mapeamento, acompanhando a equipe da universidade desde o trabalho de campo em cada residência até a validação dos dados obtidos.

Localmente designado “Censo Territorial”, o mapeamento ouviu os/as responsáveis por 240 unidades familiares a fim de elaborar uma caracterização geral das condições e dos modos de vida no território. Um formulário foi preenchido para cada unidade familiar pesquisada, abrangendo dados referentes a: educação, saúde, moradia, organização sociopolítica, trabalho e renda, além da identificação dos/das respondentes.

Considerando que a população total do território é estimada em aproximadamente 300 famílias, ou 1.500 pessoas, o referido levantamento corresponde a uma amostra de 80% das famílias residentes, assim distribuídas: 23 famílias no Curuçá, 17 no Jamari, 5 no Juquiri Grande, 19 no Juquirizinho, 120 no Moura, 14 na Nova Esperança, 10 no Palhal e 29 no Último Quilombo.

Em relação às/aos participantes da pesquisa, as mulheres compuseram 55% do grupo, porque estavam mais frequentemente presentes e disponíveis, quando as casas foram visitadas para efeitos do mapeamento. Quanto à idade, apenas 6% dos/das respondentes tinham menos de 20 anos, e 66% das pessoas entrevistadas tinham de 20 a 49 anos.

Gráfico 1. Sexo

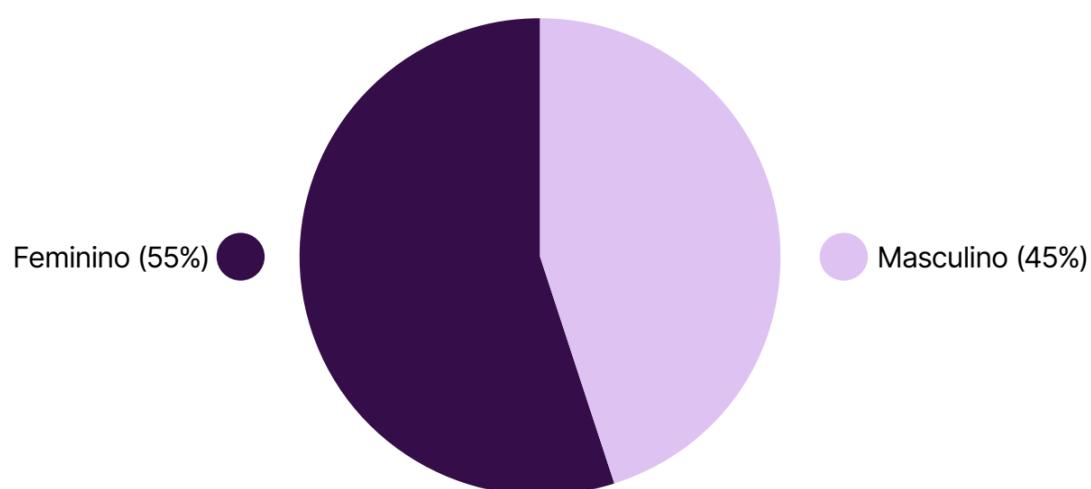
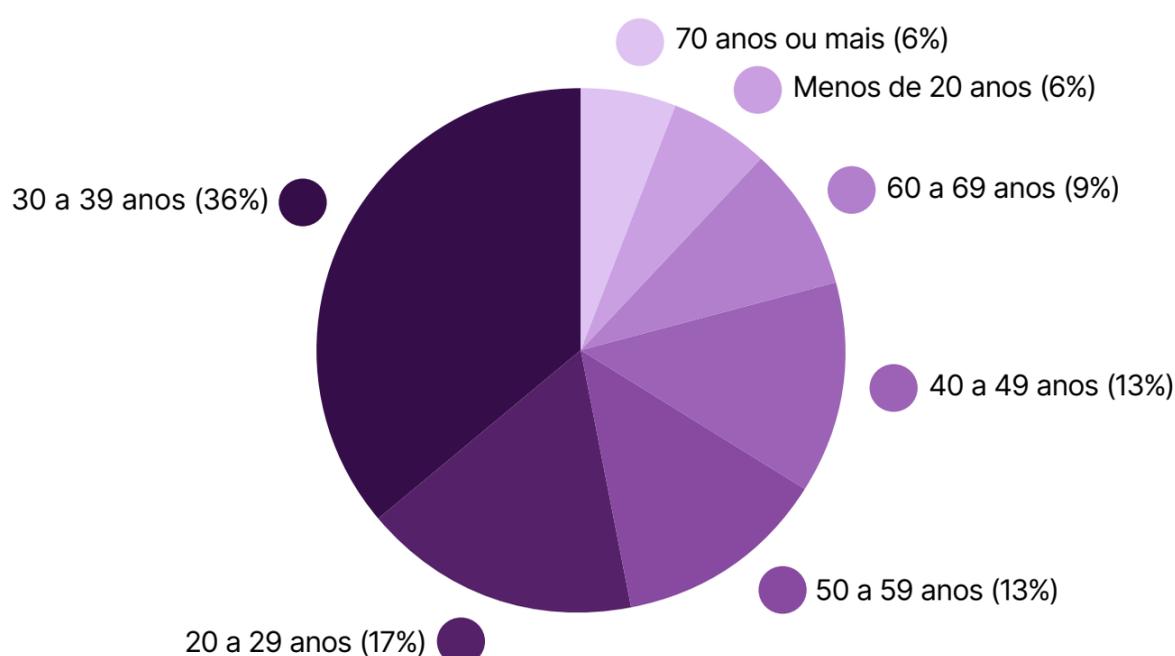
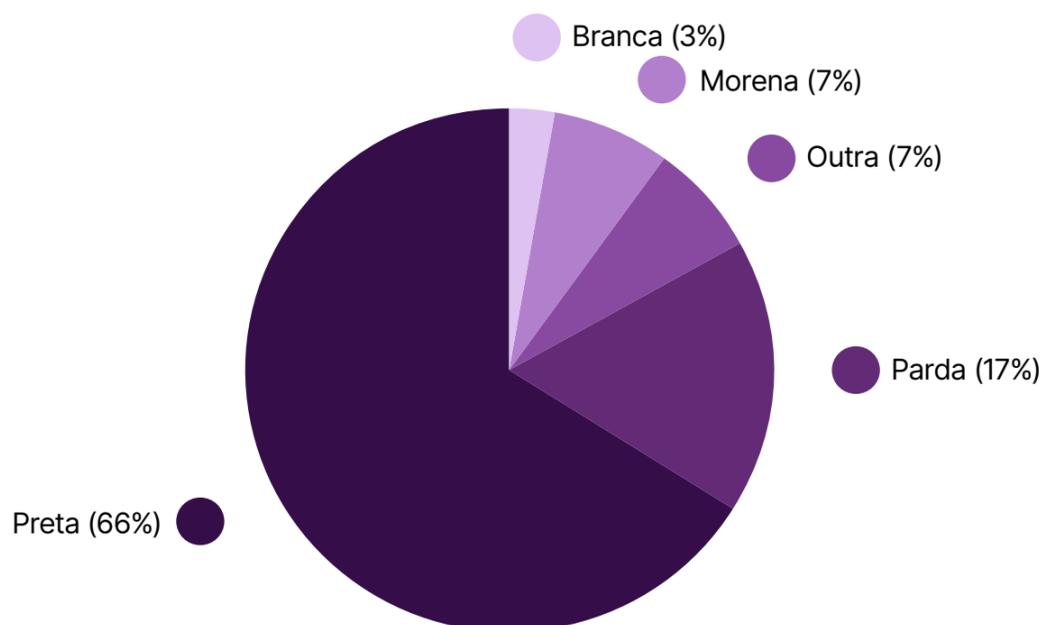


Gráfico 2. Idade



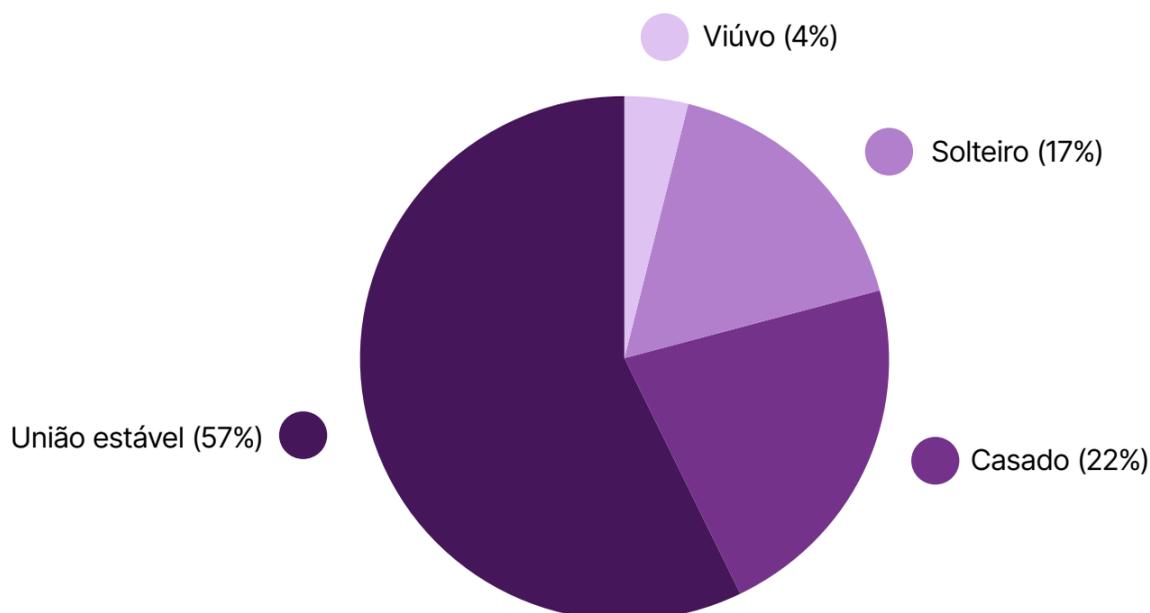
Em relação ao critério de cor, 67% das pessoas entrevistadas atribuíram-se a cor preta, 16% a cor parda e 7% disseram-se morenas. Brancos e brancas correspondem a apenas 3% das pessoas entrevistadas. Indagadas sobre seu pertencimento étnico, 96,64% das pessoas declararam-se quilombolas.

Gráfico 3. Cor



Quanto ao estado civil dos/das participantes do levantamento, a união estável, seguida do casamento, foi indicada por 57% do grupo.

Gráfico 4. Estado civil



Em relação à religião, 87% das pessoas entrevistadas declararam-se adeptas do catolicismo, enquanto o restante (13%) corresponde ao grupo de evangélicos, que, ultimamente, vem crescendo no território, sobretudo nas comunidades Nova Esperança, Último Quilombo e Moura (Figuras 12 e 13).

Gráfico 5. Religião

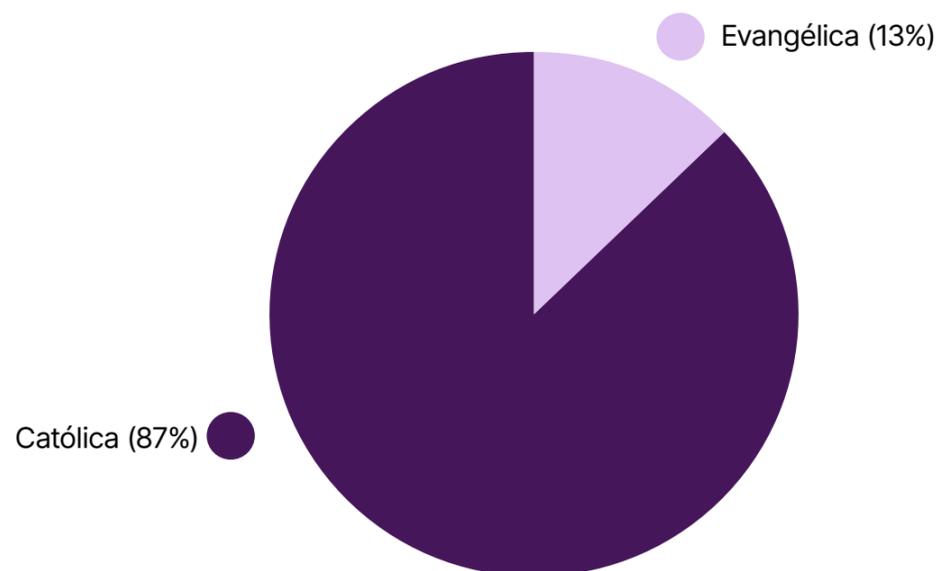


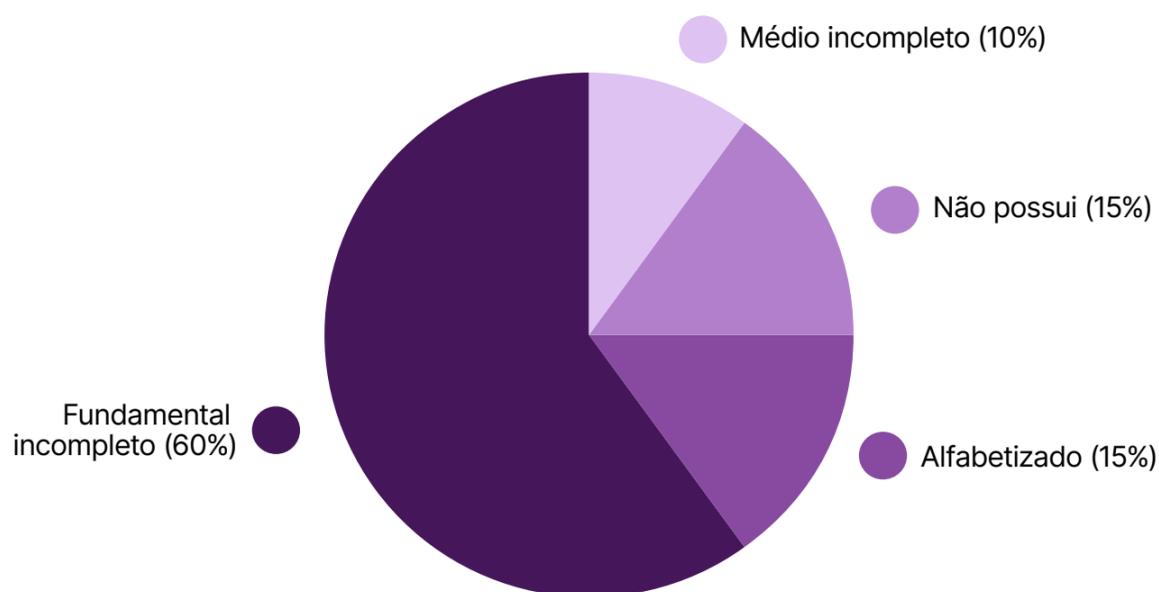
Figura 12. Casa de oração em construção, em Nova Esperança. Fonte: Trabalho de campo.



Figura 13. Capela de Santo Antônio, padroeiro do Jamari. Fonte: Trabalho de campo.

A maioria dos/das entrevistados/as tem níveis baixos de escolaridade, sendo que 15% deles não têm estudo, 15% foram apenas alfabetizados e 60% têm o ensino fundamental incompleto. A propósito, o acesso à escola é relativamente recente nas comunidades. Duas escolas, uma situada no Jamari e outra no Moura, atendem às crianças e aos jovens de todo o território.

Gráfico 6. Escolaridade



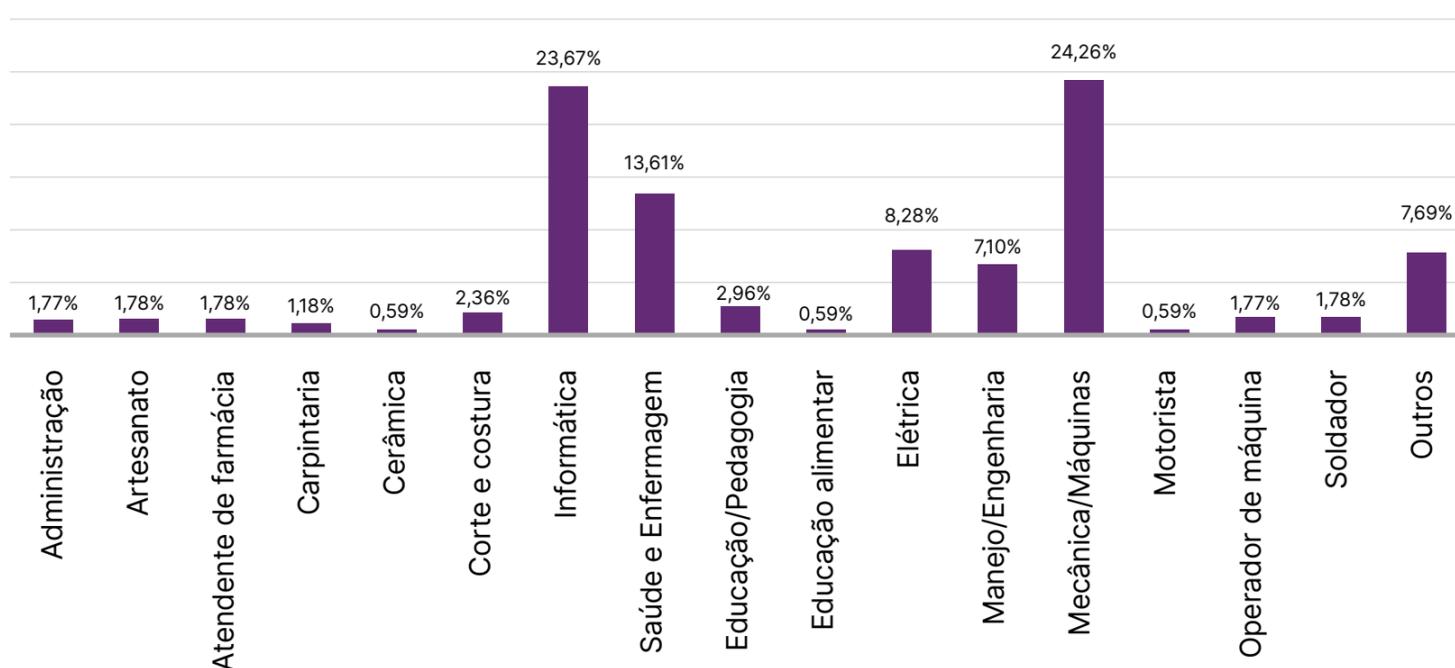
Pouco mais de um quarto do total de participantes da pesquisa informou que alguém de sua família, ou o próprio, realizou ou está realizando cursos de formação profissionalizante.

Gráfico 7. Recebeu formação profissional



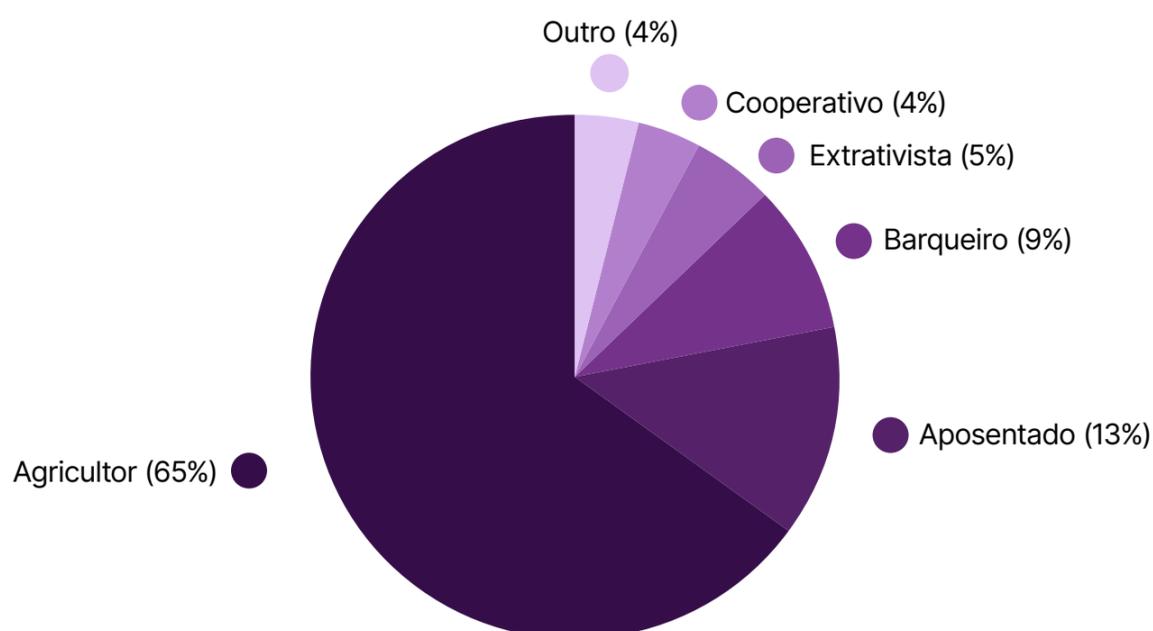
Em 82,61% das unidades familiares pesquisadas há interesse declarado de ter acesso a cursos de formação profissional, destacadamente aos cursos de mecânica e máquinas pesadas, e de informática, indicados por 24,26% e 23,67% dos/das respondentes, respectivamente. Deles espera-se capacitação para atuar, principalmente, na Mineração Rio do Norte, seja nas minas, seja em serviços de escritório.

Gráfico 8. Cursos profissionais visados



Apesar das expectativas de emprego na mineradora, a principal ocupação declarada por 65% dos/das respondentes é a agricultura, que supera consideravelmente atividades extrativistas (5%), trabalhos em cooperativas de prestação de serviços (4%), funções públicas e outras.

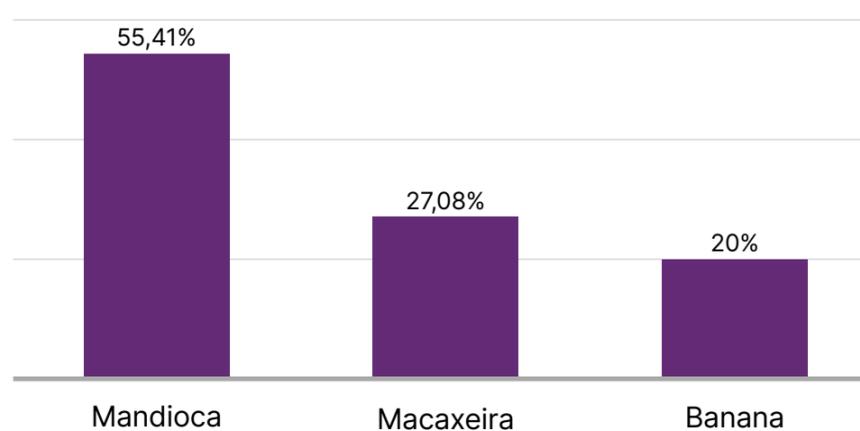
Gráfico 9. Ocupação



Na avaliação dos próprios quilombolas, expressada durante a fase de validação dos dados obtidos no mapeamento, o percentual atingido pela agricultura nas respostas está enviesado e deve-se, provavelmente, a três fatores. Primeiro, ao fato de que as lavouras são mantidas, sobretudo, por mulheres, e elas constituíram a maioria de respondentes. Segundo, à polivalência dos moradores do território, que quase sempre conciliam trabalhos agrícolas com outras atividades produtivas como o extrativismo e a criação de animais, principalmente galinhas, que é praticada por 40% das famílias pesquisadas. Terceiro, deve-se ao fato de que a agricultura tem uma importância central na provisão de alimentos para as famílias e é dotada de alta significação simbólica.

Com efeito, 62% dos/das informantes da pesquisa declararam fazer roça para consumo próprio. Entre os cultivos destacam-se a mandioca, a macaxeira e a banana, além de hortaliças variadas (Figuras 14 e 15). O principal destino da mandioca cultivada, assim como o da macaxeira, é a produção de farinha e seus derivados, que ocorre em 63,75% das casas, seja para consumo próprio, seja para venda.

Gráfico 10. Principais produtos agrícolas



A agricultura foi declarada a principal fonte de renda para 33,91% das famílias do território. Em seguida estão os trabalhos desempenhados na mineração, quer se trate de serviços prestados via cooperativas (20,17%) e empresas terceirizadas (1,72%) ou diretamente à MRN (3,86%), que ocupam 25,75% do universo pesquisado. A cooperativa local é a Coopermoura, criada em 2002 para facilitar o acesso de moradores aos postos de trabalho na MRN, que se tornam tanto mais atraentes quanto maiores são os impactos gerados pela própria mineração no ambiente local, cujo uso já é afetado pelas restrições impostas pelas Unidades de Conservação.

Gráfico 11. Principal fonte de renda

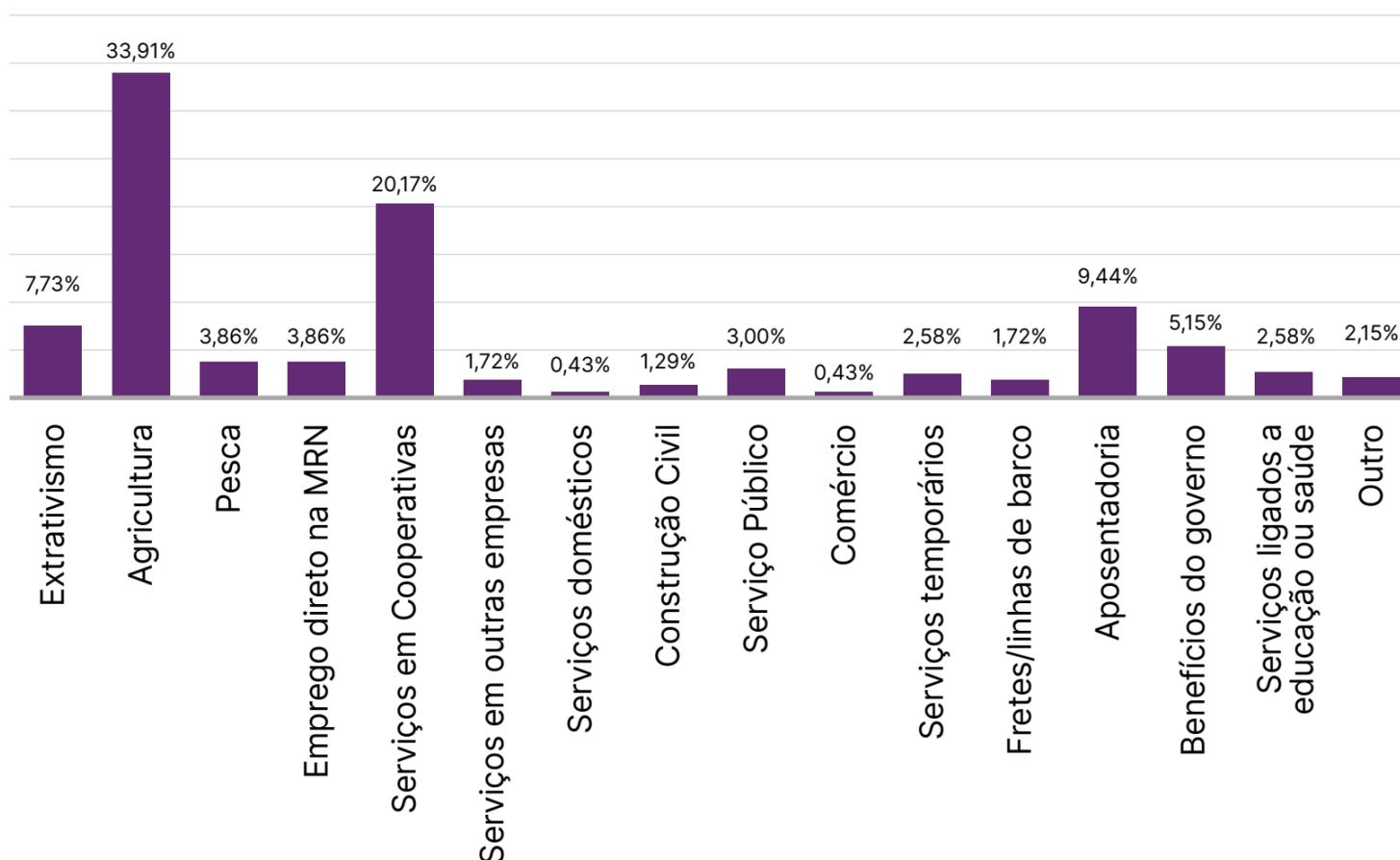


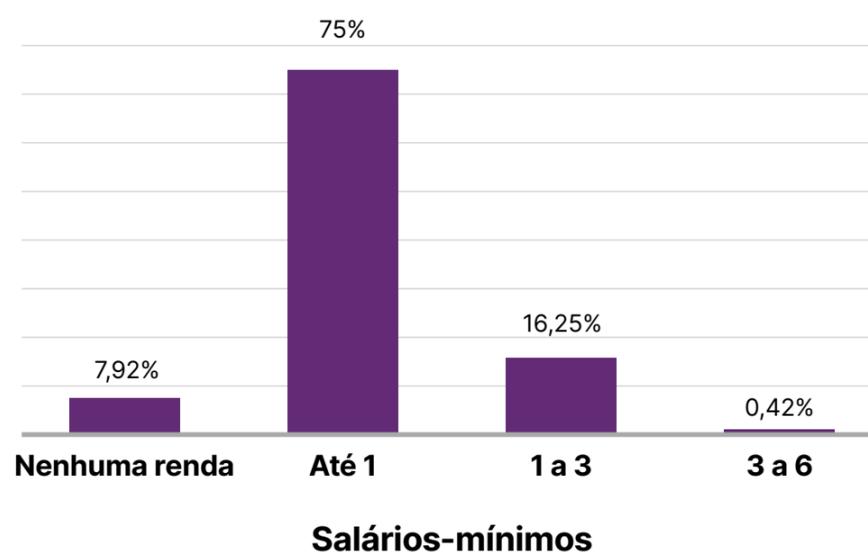
Figura 14. Roça de mandioca no Jamari.
Fonte: Cumbuca Norte (2017).



Figura 15. Horta no Moura.
Fonte: Cumbuca Norte (2017).

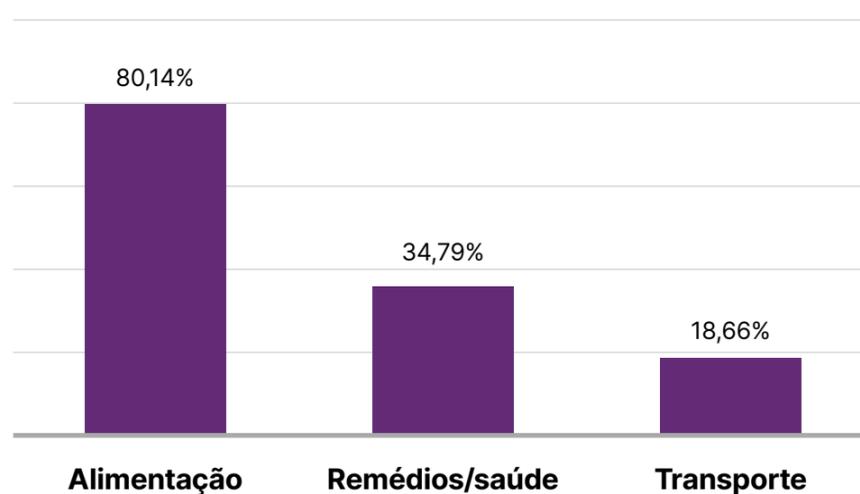
A renda familiar de 75% dos/das respondentes é de até um salário-mínimo. Em contrapartida, 7,92% indicaram não possuir renda alguma.

Gráfico 12. Renda familiar



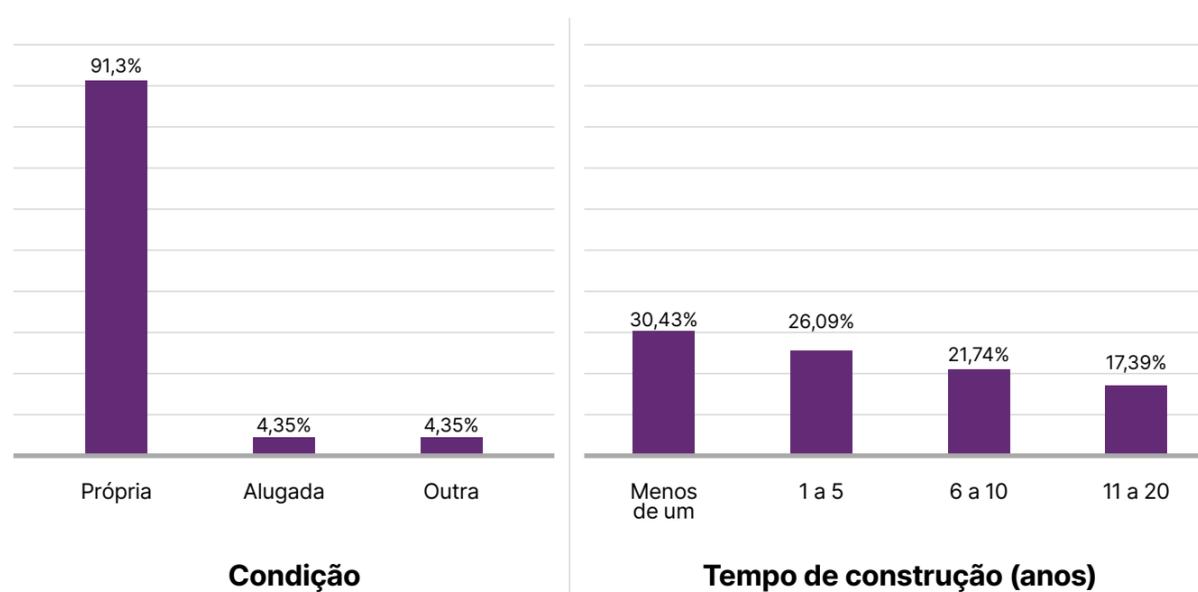
As três principais despesas regulares das famílias referem-se a: alimentação, mencionada em 80,14% das respostas; saúde, mencionada em 34,79% das respostas; e, por fim, combustível para transporte, citado em 18,66% das respostas.

Gráfico 13. Principais despesas das famílias



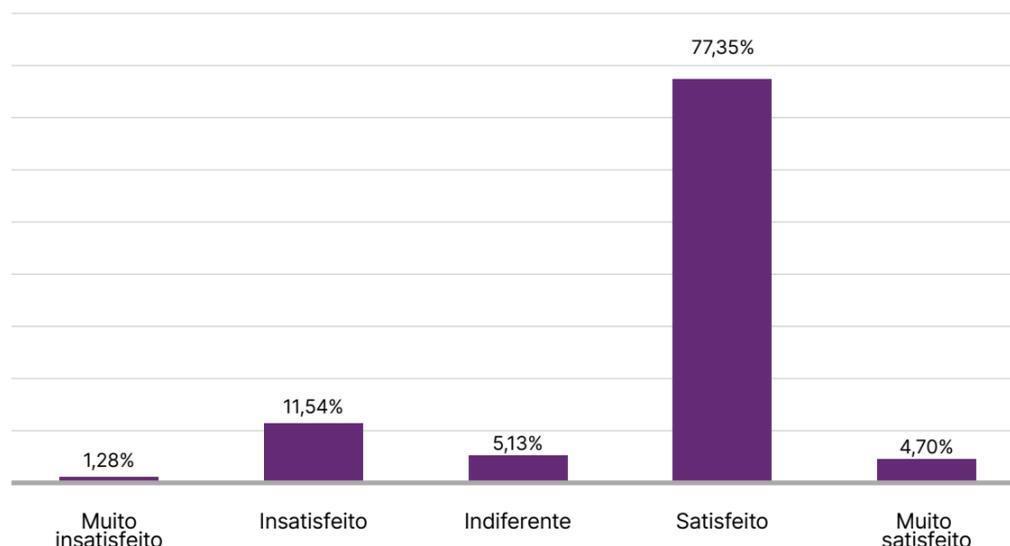
Em relação à moradia, mais de 90% das casas no território são próprias, e mais da metade foi construída ou reformada nos últimos cinco anos no âmbito de programas governamentais de crédito para habitação, que atenderam a 43,48% dos moradores do território.

Gráfico 14. Tipo e tempo de construção da casa



A respeito das casas em que vivem, 77,35% dos/das entrevistados/as declararam-se satisfeitos/as, e 4,7% muito satisfeitos/as.

Gráfico 15. Grau de satisfação com a casa



O padrão mais comum das casas é baseado na construção com paredes de madeira (65,22%), cobertura de amianto (60,87%) e piso de madeira (65,22%) (Figura 16). Contudo ainda há casas com paredes e cobertura feitas de palha de ubim, que é retirada principalmente da Rebio Trombetas. As casas de alvenaria têm aumentado em proporção nos últimos dez anos, devido aos programas de habitação do governo.

Gráfico 16. Características da residência

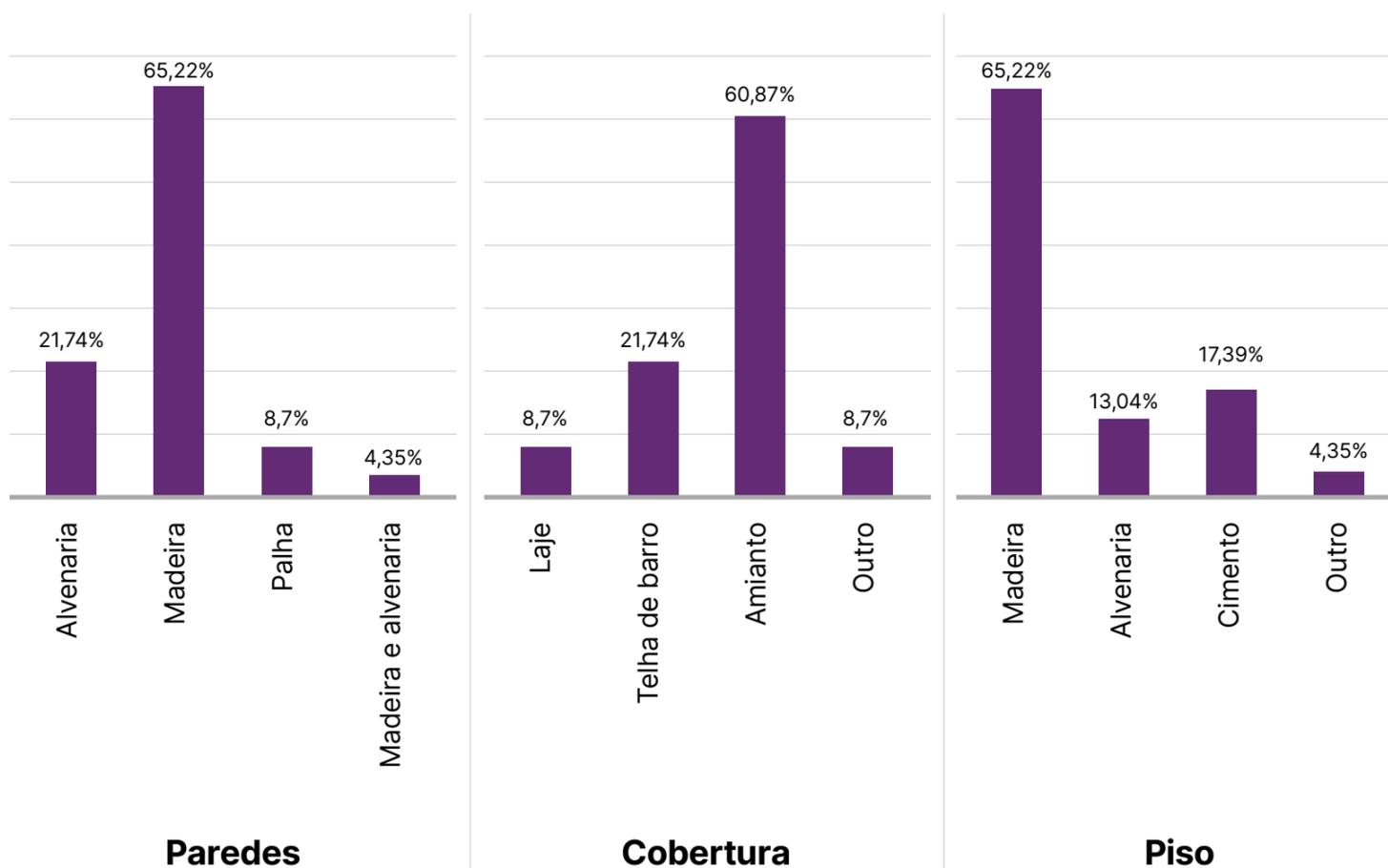
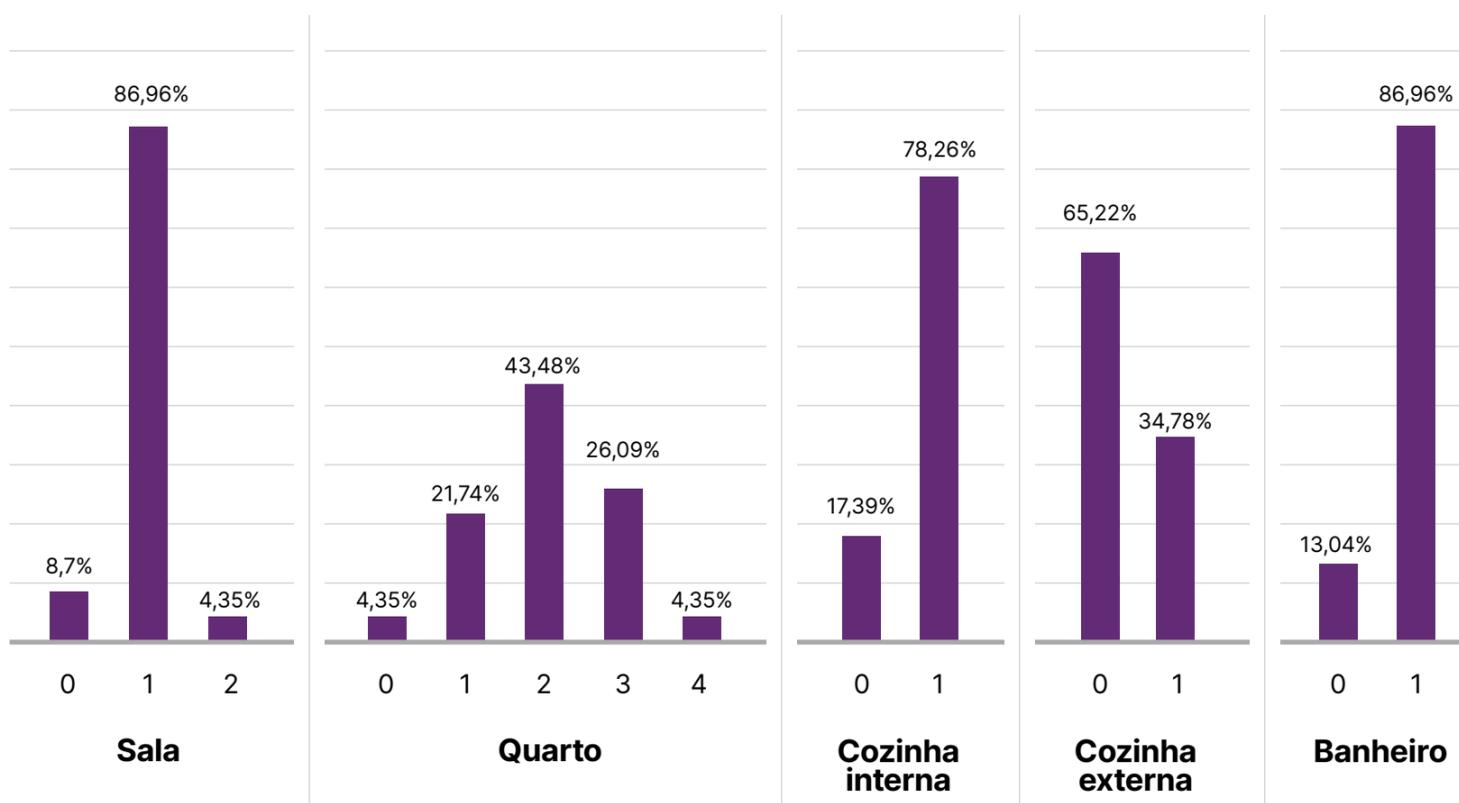




Figura 16. Tipologia das casas. Fonte: Trabalho de campo.

A área interna das casas, em geral, é dividida em quatro cômodos: uma sala, dois quartos e uma cozinha, que, em regra, é equipada com fogão e botijão de gás. Todavia uma cozinha externa aparece na maioria (65,22%) das residências.

Gráfico 17. Cômodos da casa



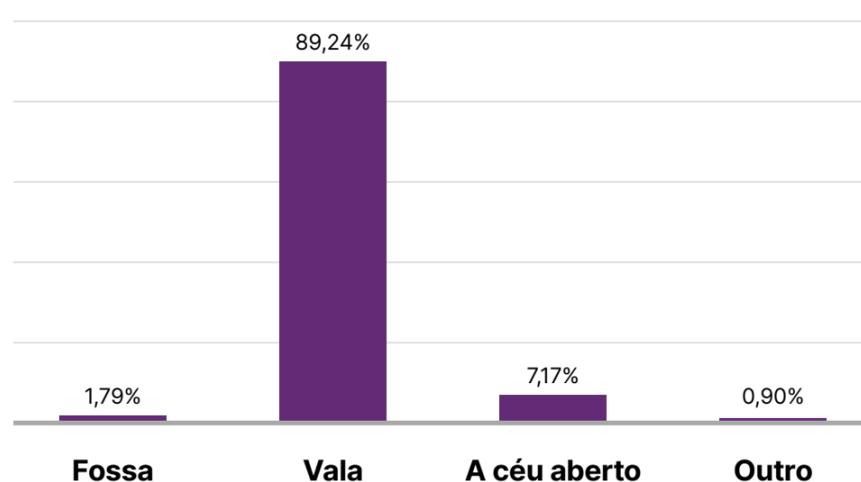
A cozinha externa é instalada em uma construção rústica, erigida com estacas de madeira que suportam uma cobertura de palha, normalmente desprovida de paredes. Essa cozinha, do lado de fora da edificação principal, é muito apreciada nas comunidades por ser mais ventilada e confortável que a cozinha interna. Nela costuma haver um fogão à lenha e um jirau para o preparo de alimentos (Figura 17).



Figura 17. Cozinha no Juquiri Grande. Fonte: Trabalho de campo.

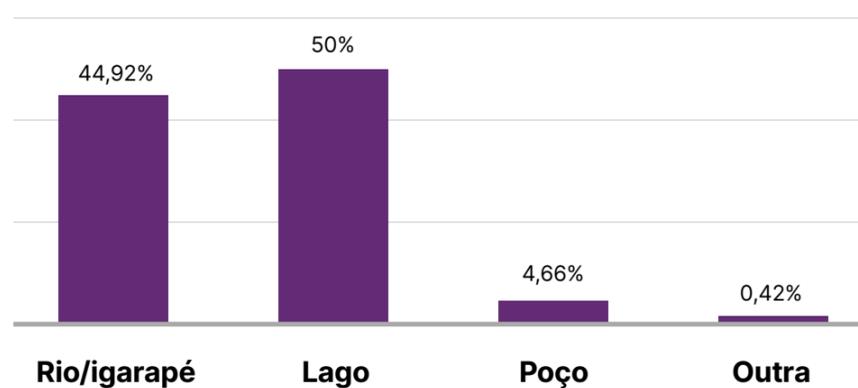
Nenhuma residência possui banheiro no interior da edificação principal, mas a maioria delas (87%) conta com um compartimento sanitário no quintal, relativamente afastado da moradia. Algumas famílias, porém, não o possuem e fazem suas necessidades a céu aberto. Outras têm, além desse compartimento, uma área cercada de madeira, palha, plástico ou tecido para tomar banho. Em quase 90% casos, o sanitário, como é chamado, apresenta-se como uma pequena construção de madeira ou palha que tem um buraco ou vala ao centro para os dejetos humanos. Em algumas comunidades, faz-se uso compartilhado de um ou mais sanitários comunitários.

Gráfico 18. Tipo de sanitário



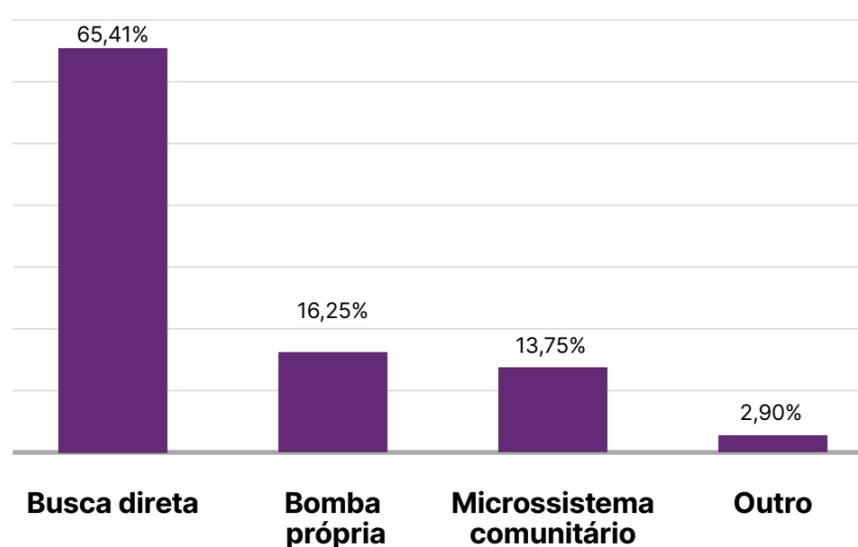
Para mais de 94%, o abastecimento das casas, as fontes de água são o Rio Trombetas, seus igarapés e lagos.

Gráfico 19. Fonte de água



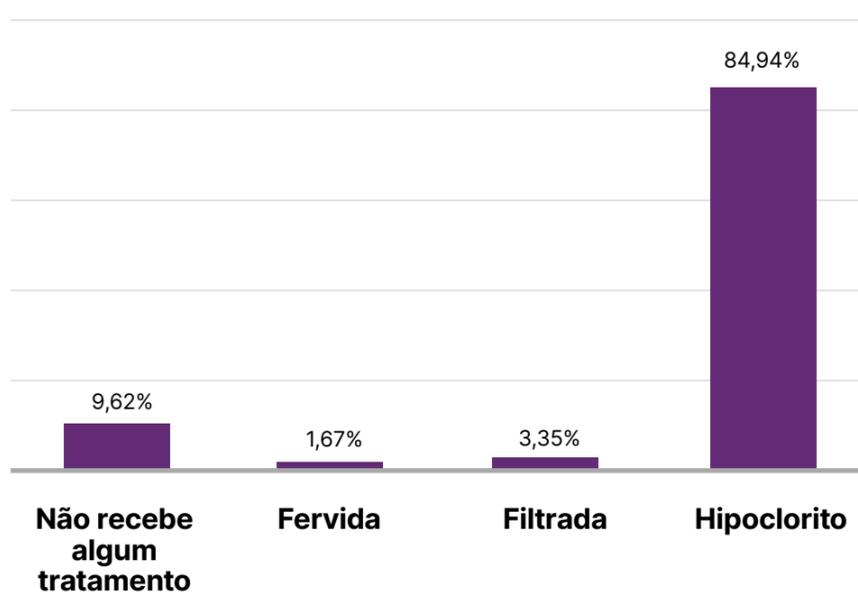
Apenas 13,75% das residências são servidas por sistemas comunitários de captação e distribuição de água, enquanto 16,25% delas utilizam bombas particulares para esse objetivo. No entanto, a maioria das famílias (65,41%) tem de buscar água diretamente na fonte, usando baldes e barris.

Gráfico 20. Acesso à água



A água para consumo humano é tratada com hipoclorito por 84,94% das famílias, mas 9,62% das casas não lhe dão nenhum tratamento.

Gráfico 21. Tratamento da água para consumo humano

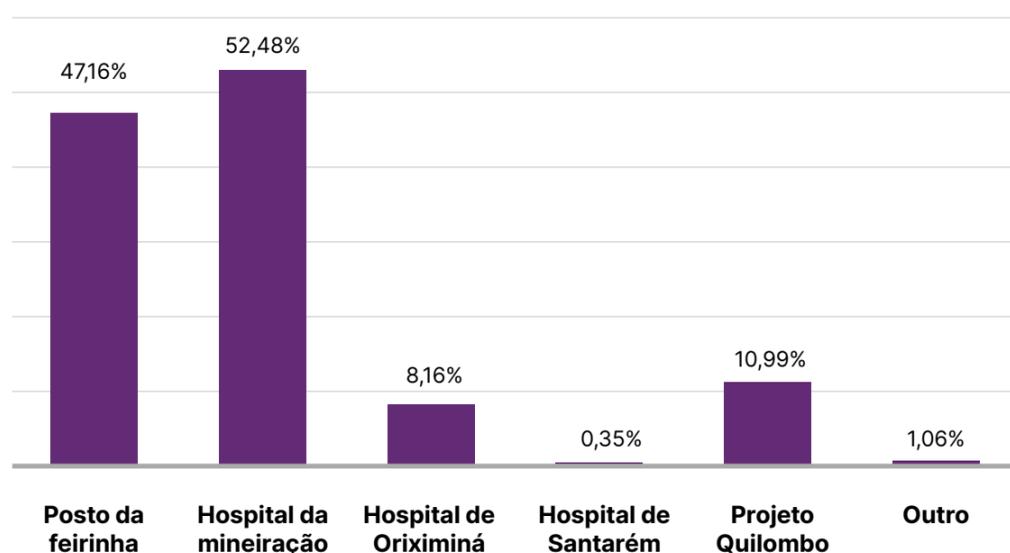


O hipoclorito é fornecido pelo município de Oriximiná, por intermédio de Agentes Comunitários de Saúde (ACS), que atendem a 56,67% das famílias do território, e pelo Projeto Quilombo. Este último é uma ação da MRN que, em cumprimento de condicionantes ambientais da exploração de bauxita na região, oferece atendimentos mensais de saúde em duas comunidades do território, que servem de polos para onde se deslocam os moradores das demais comunidades.

Na área da saúde, a dependência das comunidades em relação à mineradora é extremamente sensível. A absoluta maioria das famílias procura atendimento médico e laboratorial nas unidades de saúde mantidas pela MRN em Porto Trombetas: o Hospital de Porto Trombetas, acessível apenas para usuários pré-cadastrados ou para emergências médicas, e o respectivo ambulatório, que é mais conhecido como Posto da Feirinha, por estar localizado em frente à feira na área portuária da cidade da mineração, aonde o acesso de visitantes é liberado.

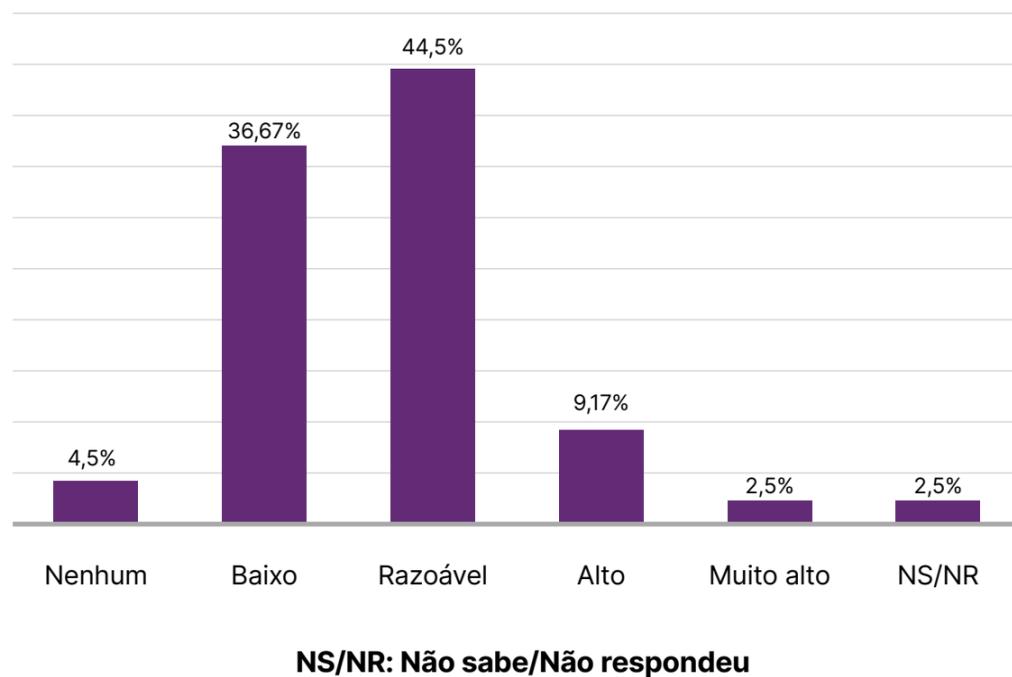
Quando indagados/as sobre onde costumam, preferencialmente, buscar serviços de saúde, apenas 8,16% dos/das respondentes declararam dirigir-se ao Hospital Municipal de Oriximiná, abaixo ainda do Projeto Quilombo, que foi mencionado em 10,99% dos casos. Em contrapartida, 52,48% das pessoas disseram recorrer diretamente ao Hospital de Porto Trombetas, e o Posto da Feirinha foi citado por 46,16% dos/das entrevistados/as.

Gráfico 22. Locais preferenciais de atendimento de saúde



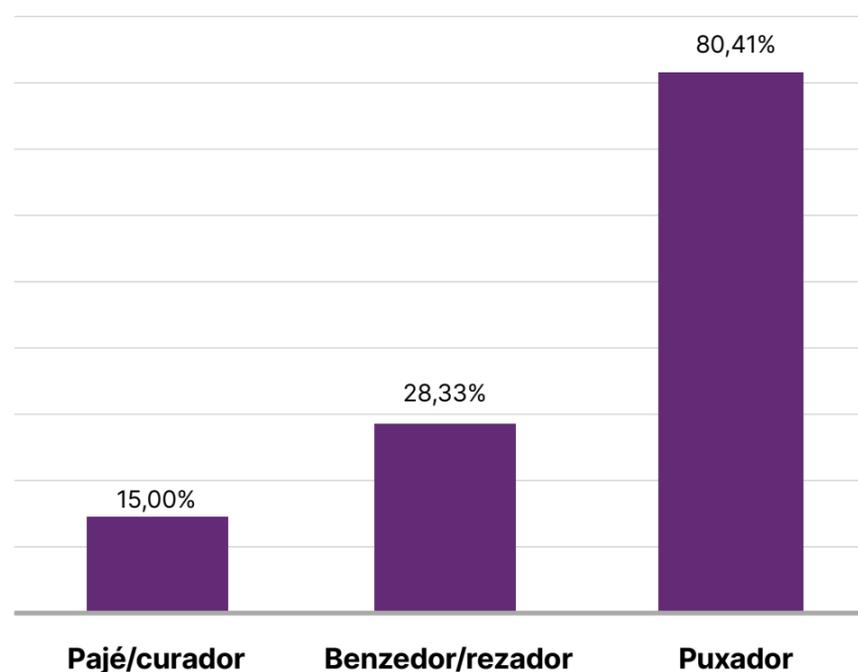
O uso de remédios caseiros é um traço distintivo das práticas de saúde no território, ocorrendo em 90,41% das famílias pesquisadas. Os remédios são produzidos em casa pelos próprios usuários e/ou obtidos com parentes e vizinhos. Uma variedade de folhas, cascas, raízes, sementes, sumos, banhas e partes de animais é conhecida e utilizada para a produção de chás, infusões, xaropes, pomadas, banhos e defumações. O conhecimento declarado sobre o assunto é baixo (36,67%) ou nenhum (4,5%) para menos da metade dos/das entrevistados/as. No entanto, 44,5% deles/delas informam ter conhecimento razoável sobre remédios caseiros, e para 11,67% do universo de informantes esse valor é alto (9,17%) ou muito alto (2,5%).

Gráfico 23. Nível de conhecimento sobre remédios caseiros



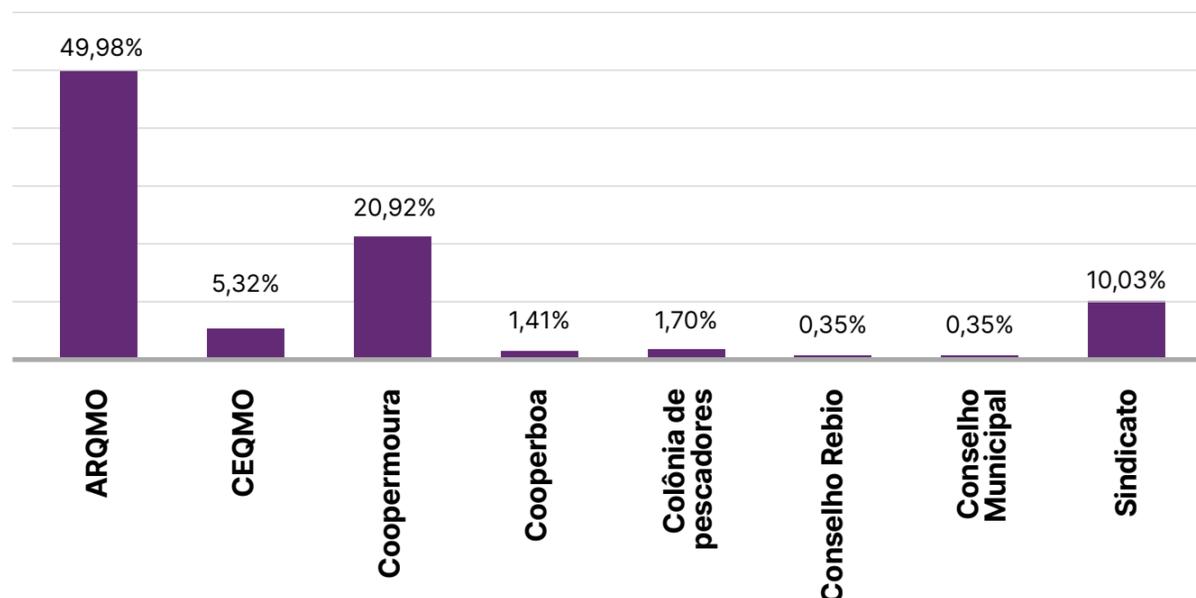
Especialistas locais são frequentemente procurados para tratar enfermidades classificadas como físicas ou espirituais. O puxador, que, na linguagem local, puxa e conserta desmentaduras, é acionado por 80,41% das famílias pesquisadas. Pajés e curadores, outrora muito considerados, são menos numerosos na atualidade, mas ainda são visitados por 15% das famílias pesquisadas. Benzedores e rezadores atraem 28,33% do grupo.

Gráfico 24. Procura de especialistas locais em saúde



Por fim, em relação à organização sociopolítica dos moradores do território Alto Trombetas II, a ACRQAT é a entidade que reúne maior número de membros: atualmente, há entre 160 e 170 sócios em dia com a associação. Em seguida, vem a ARQMO, na qual há associados oriundos de 49,98% das famílias locais. A Coopermoura, cooperativa de prestação de serviços da comunidade do Moura, tem associados de 20,92% das famílias do território. O sindicato de trabalhadores rurais, por sua vez, reúne membros de 10,03% das famílias pesquisadas.

Gráfico 25. Entidades de que os moradores participam



Desde 2017, os dirigentes da ACRQAT vêm trabalhando para fortalecer e melhor organizar a entidade. Recentemente, finalizaram a confecção de fichas e carteirinhas com dados pessoais de todos os sócios, atualizaram os pagamentos de anuidades que se encontravam atrasados, regularizaram os documentos fiscais e bancários da associação e expandiram as relações com instituições parceiras e/ou consultores contratados para aprimorar os fluxos de gestão internos e apoiar as comunidades na produção de informações sobre si mesmas.

O próprio mapeamento utilizado como fonte dos dados que compõem este diagnóstico é uma expressão das recentes iniciativas da associação. Embora o Estado tenha elaborado mapeamentos semelhantes, a ACRQAT assume que a produção de dados próprios trará mais segurança para debater políticas públicas e condicionantes à exploração de minério no interior e no entorno de seu território.

17.1.4. A agrobiodiversidade no território: recursos e usos

Embora o conjunto de famílias quilombolas do TQ Alto Trombetas II faça usos semelhantes dos recursos da agrobiodiversidade, variações locais ocorrem em cada comunidade, seja devido à distribuição de determinadas espécies no território, seja em função das restrições de acesso a certas áreas impostas pelas Unidades de Conservação e pela mineração. Variações sazonais também são identificadas no que se refere à procura ou ao interesse pelos recursos existentes no território. Por exemplo, a caça e a pesca ganham ênfases diferenciadas no inverno, quando predomina o interesse pela primeira, e no verão, quando a segunda é mais visada.

A fim de contemplar a relação dos moradores com a agrobiodiversidade, quadros e mapas mentais elaborados para cada comunidade foram extraídos do Estudo do Componente Quilombola realizado no TQ em 2016-2017 (CUMBUCA NORTE, 2017). Os mapas representam graficamente os principais espaços frequentados por moradores de cada comunidade do território, bem como os usos que fazem deles, inclusive as áreas de moradia. Os quadros, tematizando caça, pesca, cultivos agrícolas e extrativismo, indicam períodos e locais nos quais os recursos da agrobiodiversidade são preferencialmente acessados.

17.1.4.1. Curuçá

Figura 18. Mapa da área de moradia de Curuçá. Fonte: Cumbuca Norte (2017).

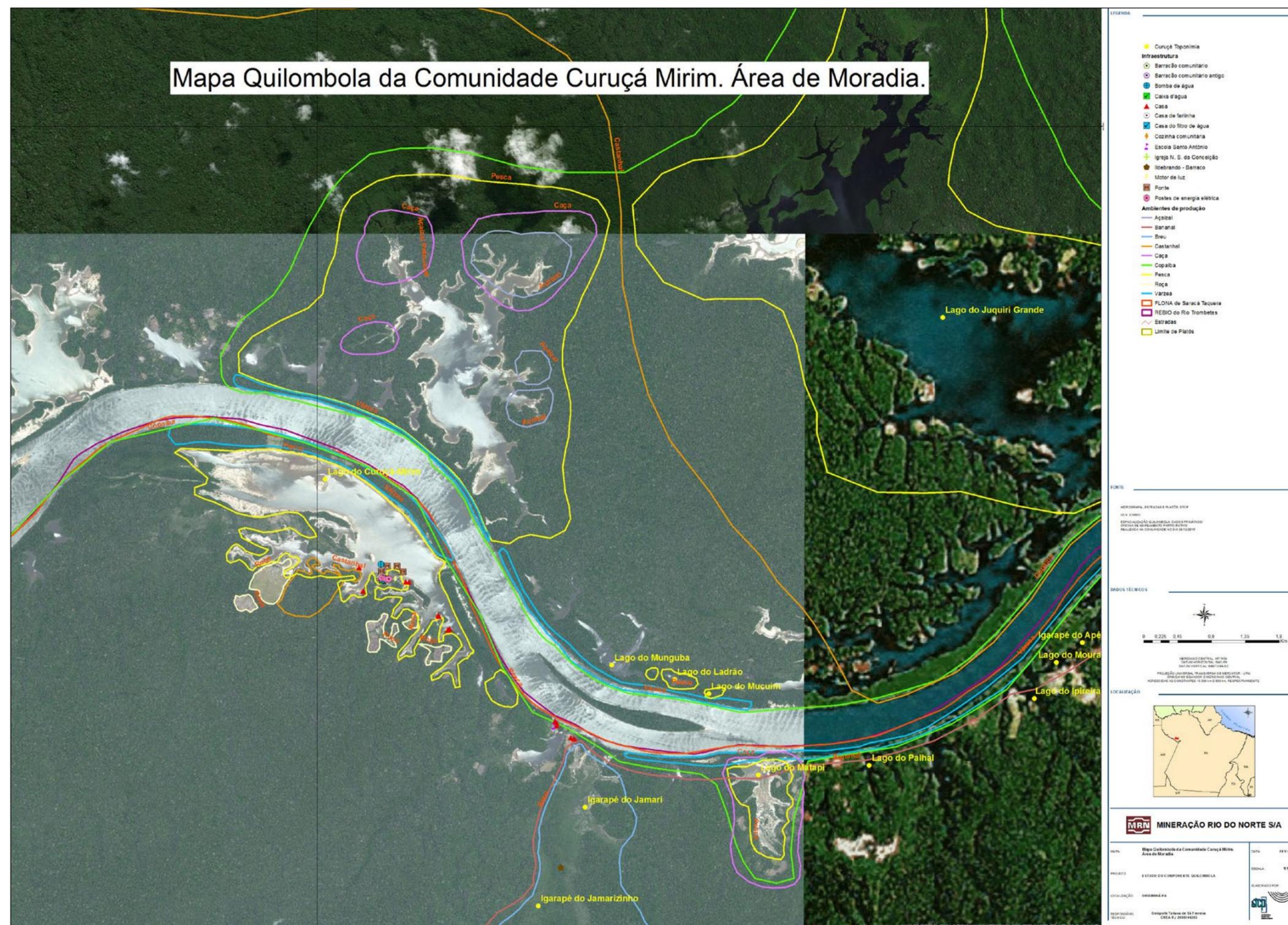
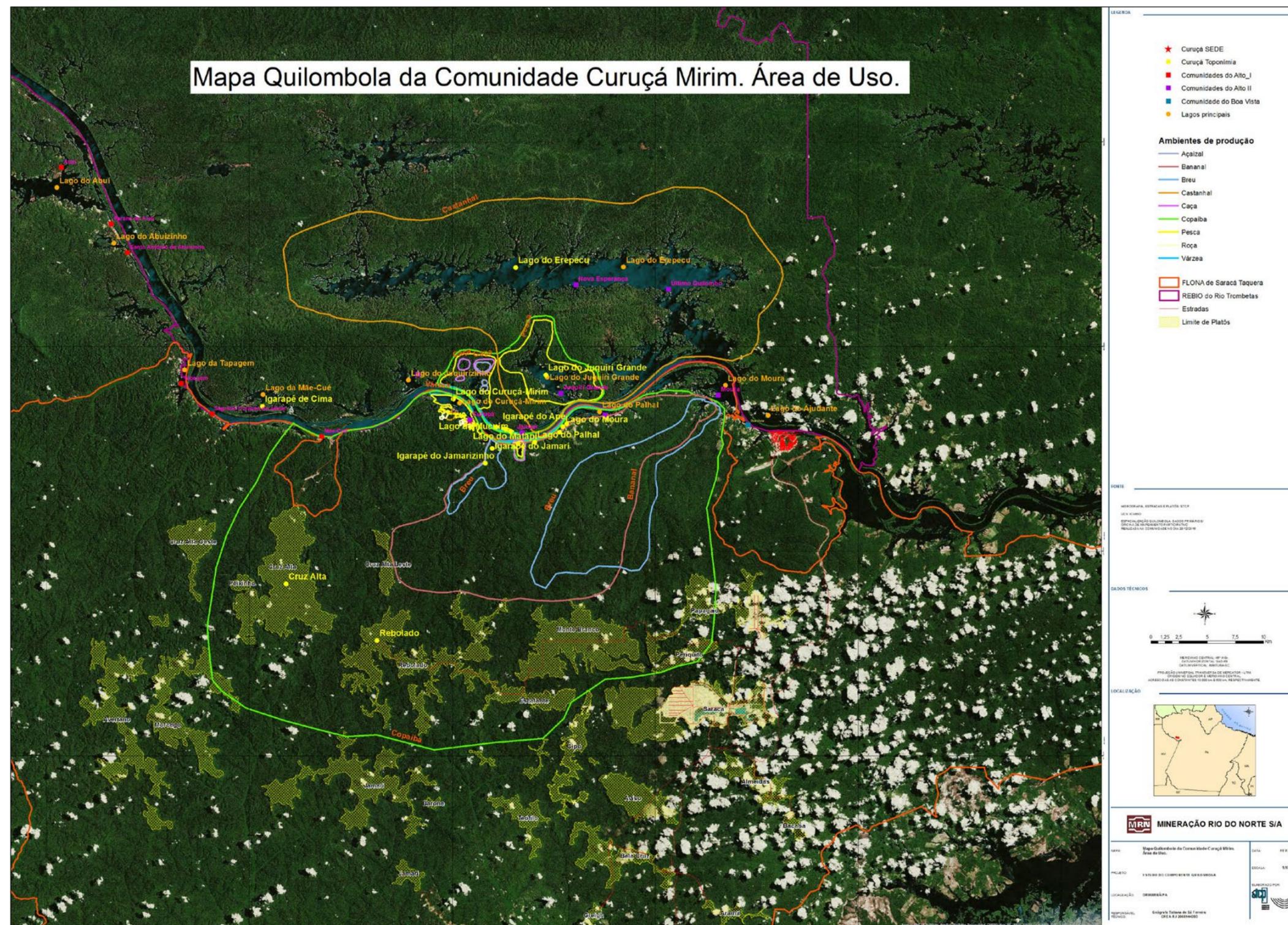


Figura 19. Mapa das áreas de uso de Curuçá. Fonte: Cumbuca Norte (2017).



Caças mais visadas na comunidade Curuçá

Quadro 1

Bichos de pata				
Animais	Qualidades	Período		Ambiente de captura
		Vazante	Enchente	
Anta		Amarelo	Verde	Baixa e igarapé
Caititu		Vermelho	Verde	Floresta
Cotia	Cotuaia	Verde	Verde	Roças, beiras de rios e igarapés
Cupido		Verde	Vermelho	Várzea
Macaco	Caiarara	Amarelo	Verde	Floresta
	Cuxiú	Vermelho	Verde	Floresta
	Quatá	Vermelho	Vermelho	Floresta
	Guariba	Verde	Verde	Igapó
	Prego	Vermelho	Verde	Floresta
	Chuim	Vermelho	Amarelo	Floresta
Maracajá		Amarelo	Amarelo	Floresta, beiras de rios e igarapés
Onça		Amarelo	Amarelo	Igarapé
Paca		Amarelo	Verde	Beira de rio, igarapés, cabeceira e ponta de rio.
Peixe-boi		Vermelho	Verde	Margens de rio e lagos
Queixada		Amarelo	Verde	Floresta
Tatu		Vermelho	Verde	Beira de rio, igarapé e cabeceiras
Veado	Branco	Verde	Verde	Próximo a árvores frutíferas
	Roxo	Verde	Verde	Próximo a árvores frutíferas
	Vermelho	Verde	Verde	Próximo a árvores frutíferas

Legenda: Vermelho – pouco interesse; Amarelo – médio interesse; Verde – muito interesse.

Quadro 2

Bichos de pena				
Animais	Qualidades	Período		Ambiente de captura
		Vazante	Enchente	
Aracuã				Capoeira
Arara				Árvores frutíferas
Carará				Beira de rio
Cigana				Igapó e beiras de lago
Coroca				Igapó e beiras de lago
Corocão				Igapó e beiras de lago
Cujubim				Cabeceiras
Garça				Beira de lagos
Gavião				Nas áreas de moradia
Jacamim				Nas árvores frutíferas do inverno
Jacu				Na mata, no meio do açazeiro. Nas frutas de bacabeira
Juruti				Capoeira
Marreca				Beira de rios e lagos
Mauari				Beira de rio
Miuá (mergulhão)				Rio
Mutum				Beira de água (rio, igarapés e cabeceiras)
Nambu				Beira de água (rio, igarapés e cabeceiras)
Pato-do-mato				Lago
Rolinha				Terreiro
Socó				Beira de lago
Tucano				Qualquer árvore frutífera, tanto de igapó quanto de terra firme.

Legenda: Vermelho – pouco interesse; Amarelo – médio interesse; Verde – muito interesse.

Quadro 3

Bichos de casco				
Animais	Qualidades	Período		Ambiente de captura
		Vazante	Enchente	
Cabeçudo				Igarapé, lago
Jaboti				Mato
Jacaré-tinga				Cabeceiras
Machado				Igarapé
Perema				Igarapé
Pitiú				Rio, lago
Tartaruga				Igapó
Tracajá				Igapó

Legenda: Vermelho – pouco interesse; Amarelo – médio interesse; Verde – muito interesse.

Pescados mais visados na comunidade Curuçá

Quadro 4

Pescados				
Animais	Qualidades	Período		Ambiente de captura
		Vazante	Enchente	
Acari				Lagos
Anujá (peixe-onça)				Brocas nas beiras de igarapés
Apapá				Lagos
Aracu				Igapó
Arari				Rio, lago, igarapé
Arauanã				Lagos
Arumará				Boca de lago
Barbado				Rio e lagos
Baruca				Lagos
Branquinha				

Pescados				
Animais	Qualidades	Período		Ambiente de captura
		Vazante	Enchente	
Camunani				Cachoeira
Canamorco				Lagos
Cará	Cará-tinga ou cará-moló			Lagos
	Preta			Lagos
	Carauaçu			Lagos
Charuto				Lagos
Cujuba				Lagos
Curimatá				Beiras de rio e cachoeiras (fora do território)
Dourada				Rio
Filhote				
Jacundá				Lagos e igarapés
Jaraqui				Lago
Mafurá				Lago
Mandubé				Rio, igapó e lago
Mapará				Lagos
Matal				Cachoeiras
Matrinxã				Igarapé e igapó
Pacu	Pacu-anhanga			Lago, rio e igapó
	Pacu-azeite			Igapó
	Pacuraurau			Beiras de rio e de igapó
Peixe-agulha				Igarapé, rio e boca de lago
Peixe-cana				
Peixe-cachorro (cangoia)				
Pescada				Beira do rio, lago e igarapés

Pescados				
Animais	Qualidades	Período		Ambiente de captura
		Vazante	Enchente	
Piranha	Branca	Verde	Amarelo	Igapó e lago
	Caju	Verde	Amarelo	Igapó e lago
	Preta	Verde	Amarelo	Igapó e lago
Piraíba		Verde	Vermelho	Rio
Piracatinga		Vermelho	Verde	Rio
Pirapitinga		Vermelho	Verde	
Pirarara		Verde	Vermelho	
Pirarucu		Verde	Amarelo	Lagos, passagens dos lagos e rios
Sardinha		Verde	Verde	Lagos
Saranha (peixe-cachorro)		Vermelho	Verde	Lagos
Saúna		Verde	Vermelho	Rio e lago
Surubim		Verde	Vermelho	Lagos e rio
Tambaqui		Vermelho	Verde	Igapós e lagos
Tamuatá		Verde	Vermelho	Poços
Traíra		Verde	Vermelho	Lagos
Trairão		Verde	Vermelho	Igarapé Central
Tucunaré		Verde	Vermelho	Igapós e lagos

Legenda: Vermelho – pouco interesse; Amarelo – médio interesse; Verde – muito interesse.

Produtos vegetais mais visados na comunidade Curuçá

Quadro 5

Madeiras		
Espécies	Finalidade	Ambiente de extração
Acapurana	Lenha	Igapó
Acari		Terra firme
Arapari	Lenha	Igapó
Aroeira	Construção de casa (parede, tábuas, cerca)	Terra firme

Madeiras		
Espécies	Finalidade	Ambiente de extração
Caramuri (cramuri)	Lenha	Igapó
Carvalheiro	Lenha	Igapó
Cedro	Construção de casa (flechal, caibro, tábua), mobiliário	Terra firme
Cedro-urana	Mobiliário	Terra firme
Cupiúba		
Envira	Lenha	Igapó
Itaúba	Construção de casa (esteio, tábua) e embarcações	Terra firme
Jará	Cerca, estacas	
Jutaí		Terra firme
Jutairana		
Lacre		Capoeira
Louro		Terra firme
Maçaranduba		Terra firme
Marupá	Construção de casa (parede)	
Muiracatiara	Mobiliário	Terra firme
Muracandeia	Lenha	Igapó
Muraúba	Construção de casa (flechal, travessa)	Terra firme
Pau-de-isca		Terra firme
Pau-rosa		
Periquiteira	Lenha	Igapó
Ritangueira	Lenha	Igapó
Sucena	Construção de casa (flechal, travessa)	Terra firme
Sucupira		Terra firme
Sucuruba	Construção de casa (esteio, tábua) e embarcações	Terra firme
Tento-da-mata	Construção de casa (assoalho)	Terra firme
Tento-do-igapó	Construção de casa (assoalho)	Igapó

Quadro 6

Palhas, talas e cipós		
Espécies	Finalidade	Ambiente de extração
Arumã	Artesanato	Várzea
Buçu	Cobertura de casa	
Cipó-ambé	Artesanato	
Cipó-titica	Artesanato, mobiliário, amarração de cerca e cobertura de casa	Terra firme
Inajá	Construção de casa (paredes)	
Jacitara	Artesanato	Cabeceiras
Jauari	Artesanato	Igapó, várzea
Pinaiquirá (palha branca)	Acabamento de casa	Terra firme
Saratudo		Platôs
Timbó		
Ubim (grande)	Cobertura de casa	Rebio (uso restrito)
Ubinzinho	Cobertura de casa	Flona

Quadro 7

Sementes, resinas, cascas, óleos		
Espécies	Finalidade	Ambiente de extração
Amapá	Uso medicinal	Terra firme
Andiroba	Uso medicinal	Igapó
Breu	Uso medicinal	Terra firme
Breu-branco		Terra firme
Carapanaúba	Uso medicinal	Terra firme
Caripé	Artesanato de barro e carvão	Terra firme
Copaíba	Uso medicinal	Terra firme
Jutaicica	Artesanato de barro	Terra firme
Sucuba	Uso medicinal	Terra firme

Quadro 8

Frutos	
Espécies	Ambiente de extração
Abiu	Terra firme
Açaí	Várzea
Araçá	Beira de lago
Bacaba	Terra firme
Bacuri	Várzea e terra firme
Breu	Terra firme
Buruti	Baixa e beira de igarapé
Cacau-da-várzea	Várzea
Cacau-do-mato	Terra firme
Caju-açu	Terra firme
Caranã	Terra firme
Castanha	Terra firme
Castanha-sapucaia	Várzea e terra firme
Colhão-de-guariba	Igapó
Cumarú	Terra firme
Dendê	Terra firme
Ingá	Terra firme
Ituá	Igapó
Jará-do-mato	Terra firme
Mari-mari	Várzea
Mucajá	Terra firme
Muruci	Terra firme
Pariri	Terra firme
Patauá	Várzea
Pepino-do-mato	Terra firme
Piquiá	Terra firme
Pororoca	Terra firme
Puruí	
Sorva	Terra firme

Frutos	
Espécies	Ambiente de extração
Taperebá	Várzea
Tucumã	Terra firme
Uxi-coroa	Terra firme
Uxi-liso	Terra firme

Principais cultivos agrícolas na comunidade Curuçá

Quadro 9

Cultivos
Abacaxi
Abóbora
Açaí
Acerola
Banana
Batata-doce
Cacau
Cana
Cará (branco e roxo)
Cupuaçu
Jerimum
Laranja
Mamão
Mandioca
Mangarataia
Maxixe
Melancia
Melão
Milho
Pimenta-de-cheiro
Pimenta
Pimentão
Tangerina

17.1.4.2. Jamari

Figura 20. Mapa da área de moradia de Jamari. Fonte: Cumbuca Norte (2017).

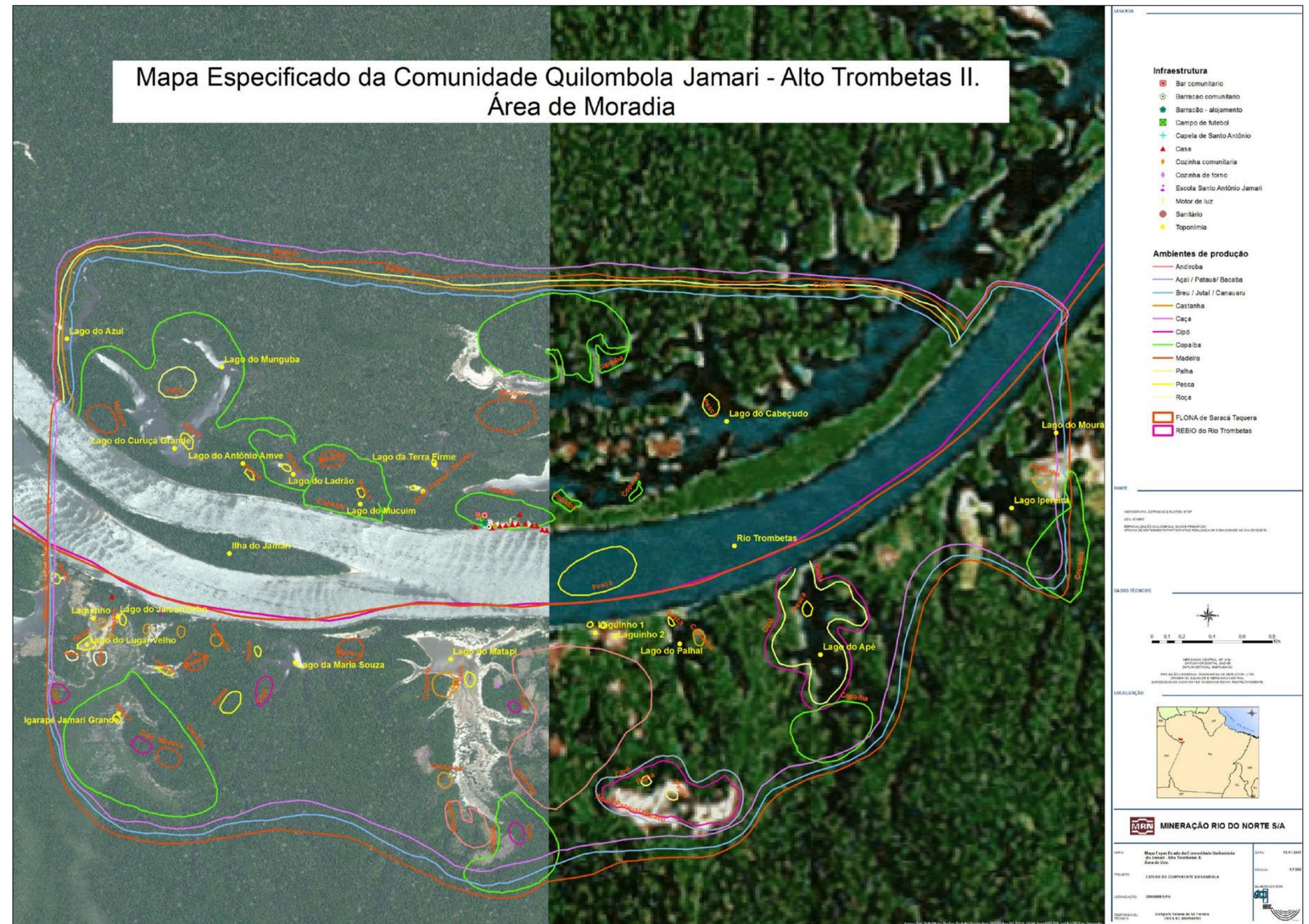
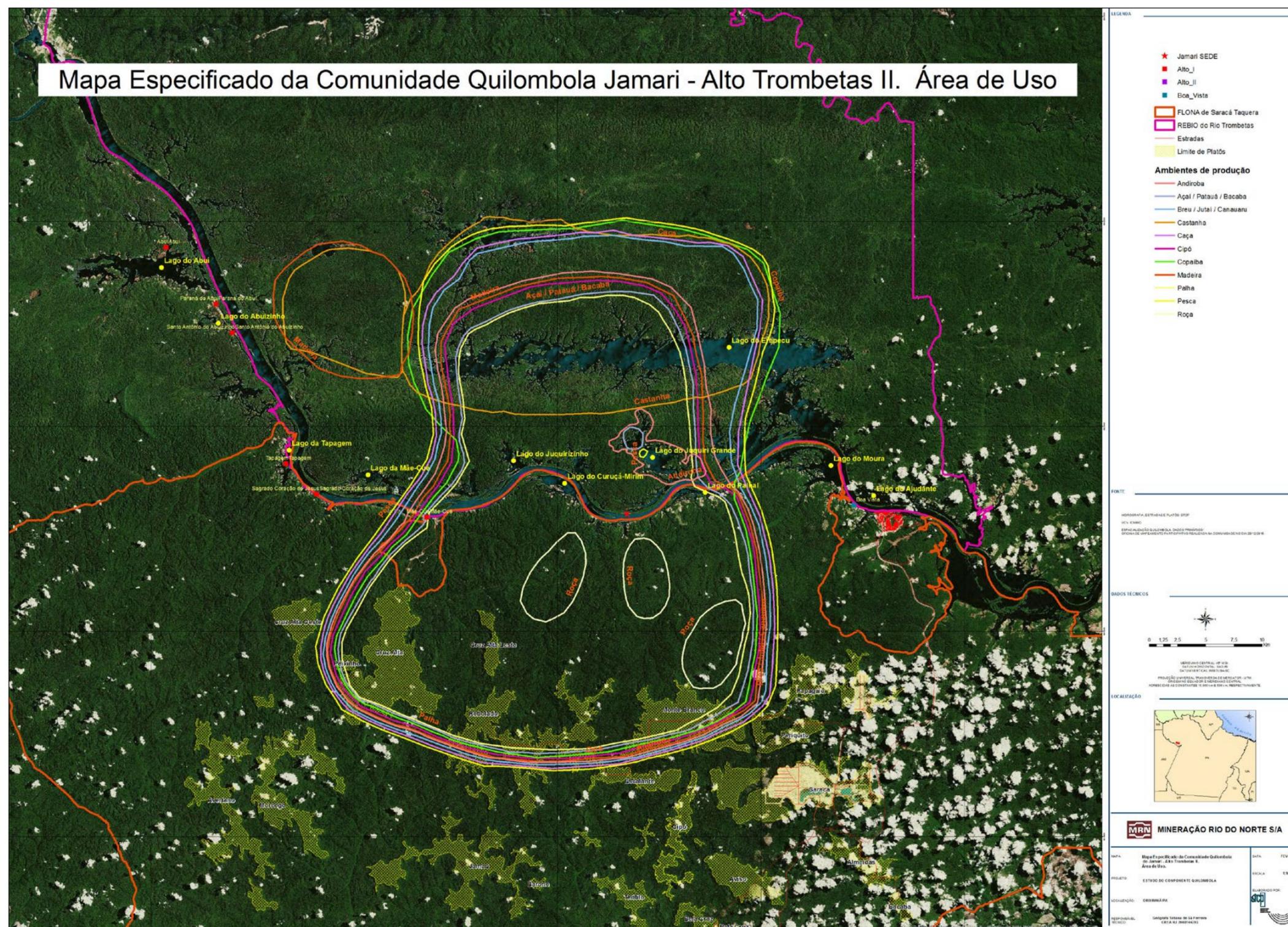


Figura 21. Mapa das áreas de uso do Jamari. Fonte: Cumbuca Norte (2017).



Caças mais visadas na comunidade Jamari

Quadro 10

Bichos de pata				
Animais	Qualidades	Período		Ambiente de captura
		Vazante	Enchente	
Anta		Verde	Verde	Floresta
Caititu	Caititu-mambé	Verde	Verde	Terra firme, beira de rio, roça
Capivara		Vermelho	Vermelho	Várzea
Cotia		Verde	Verde	Roça e beira de rio, terreiro de casa
Cotuaia		Vermelho	Vermelho	Terra firme
Irara		Vermelho	Vermelho	Igapó
Macaco	Cuamba	Vermelho	Verde	Terra firme
	Cuxiú	Vermelho	Verde	Igapó
	Guariba	Vermelho	Verde	Igapó
	Macaco-prego	Vermelho	Verde	Igapó
Onça		Vermelho	Vermelho	Várzea
Paca		Verde	Vermelho	Floresta
Porco-espinho		Vermelho	Vermelho	Floresta
Quati		Vermelho	Vermelho	Terra firme
Queixada		Vermelho	Vermelho	Terra firme
Tatu	Tatu-bola	Vermelho	Vermelho	Terra firme
	Tatu-canastra	Vermelho	Vermelho	Terra firme
	Tatu-de-quinze-quilos	Vermelho	Vermelho	Terra firme
Veado	Veado-branco	Verde	Verde	Roça e várzea
	Veado-roxo	Verde	Verde	Roça e várzea
	Veado-vermelho	Verde	Verde	Roça e várzea

Legenda: Vermelho – pouco interesse; Amarelo – médio interesse; Verde – muito interesse.

Quadro 11

Bichos de pena				
Animais	Qualidades	Período		Ambiente de captura
		Vazante	Enchente	
Aracuã				
Arara				
Jacamim				
Jacu				
Marreca				
Mutum				
Nambu				
Pato				

Legenda: Vermelho – pouco interesse; Amarelo – médio interesse; Verde – muito interesse.

Quadro 12

Bichos de casco				
Animais	Qualidades	Período		Ambiente de captura
		Vazante	Enchente	
Cabeçudo				Igarapé
Caprega				
Capitão-totó				
Jaboti	Jabotiuno			Igapó
Jacaré				Igapó
Perema				Mata e igarapé
Pitiú				Igapó
Tartaruga				Igapó
Tracajá				Beira do rio

Legenda: Vermelho – pouco interesse; Amarelo – médio interesse; Verde – muito interesse.

Pescados mais visados na comunidade Jamari

Quadro 13

Pescados				
Animais	Qualidades	Período		Ambiente de captura
		Vazante	Enchente	
Acari (bodó)				Lago (lama)
Apapá				Lago
Aracu	Aracu-branco ou cabeça gorda			Igapó
	Aracu-bari			Igapó
	Aracu-pau-de-negro			Igapó
	Aracu-pintado			Igapó
Aramaçã			Lago	
Arari				Igarapé, igapó
Arauanã				Lago
Baiacu				Lago
Baruca				Lago
Bocó				Igarapé
Boto				Rio
Branquinha (ou mocinha)				Cabeceira e lago
Canamorco				Lago
Cará	Cará-tinga			Lago
	Cará-preto			Lago
	Cará-disco			Lago
	Cará-buceta			Lago
	Cará-bandeira			Lago
	Cará-tucunaré			Lago
	Cará-moló			Lago
Charuto				Lago
Cujuba				Lago (lama)

Pescados				
Animais	Qualidades	Período		Ambiente de captura
		Vazante	Enchente	
Curimatá				Igapó
Dourada				Rio
Filhote				Rio
Jacundá				Lago e igarapé
Jaraqui				Lago
Jaú				Rio
Mafurá				Lago
Mandi				Lago e rio
Mandubé				Rio
Mapará				Lago
Matupiri				
Matrinã				Igarapé e igapó
Mondrongo				
Mossinga				Rio e lago
Pacu	Pacu-anhanga			Lago, rio e igapó
	Pacu-azeite			Igapó
	Pacu-brebe			Beira de rio e de igapó
	Pacu-branco			Rio
	Pacu-índio			Rio
Peixe-agulha				Lago e rio
Peixe-boi				Rio
Peixe-cachorro				Lago
Pescada				Rio e lago
Piranha	Branca			Igapó e lago
	Caju			Igapó e lago
	Preta			Igapó e lago
Piracatinga				Rio

Pescados				
Animais	Qualidades	Período		Ambiente de captura
		Vazante	Enchente	
Pirapitinga				Rio
Pirarara				Rio
Pirarucu				Lago
Sarapó				Igarapé
Sardinha				Lago
Saranha				Lago
Saúna				Rio e lago
Surubim				Lago e rio
Tambaqui				Igapó e lago
Tamuatá				Poço
Traíra				Lago
Tucunaré	Tucunaré-açu			Lago
	Tucunaré-pinima			Lago

Legenda: Vermelho – pouco interesse; Amarelo – médio interesse; Verde – muito interesse.

Produtos vegetais mais visados na comunidade Jamari

Quadro 14

Madeiras		
Espécies	Finalidade	Ambiente de extração
Acari	Produção de esteio	Terra firme
Acariquara	Produção de esteio	Terra firme
Angelim	Construção de casas e mobiliário	Terra firme
Alijianzeiro	Lenha	Terra firme
Arapari	Construção de casas (parede, caibro)	Várzea
Aroeira	Produção de tábuas e confecção de móveis	Terra firme
Azeitoneira	Lenha	Várzea
Bacuri	Construção de casas	Terra firme e igapó

Madeiras		
Espécies	Finalidade	Ambiente de extração
Breu	Construção de embarcações	Terra firme
Carvalho	Lenha	Igapó e terra firme
Castanheira	Lenha, tábuas e assoalhos	Terra firme
Cedro	Construção de casas e mobiliário	Terra firme
Cuiaraneira	Lenha	Igapó
Fava	Construção de casas	Igapó
Itaúba (itaúba-abacate)	Embarcações	Terra firme
Itaubarana	Construção de barcos e esteios	Igapó
Jacareúba		Igapó
Jutaí	Produção de tábuas e pernas mancadas.	Terra firme
Lacre	Construção de casa	Terra firme
Louro (tipos: merda, roda, imbaúba e itaúba)	Construção de embarcações e casas	Terra firme
Maçaranduba	Construção de casas e mobiliário	Terra firme
Maçarandubinha-do-igapó	Construção de casas	Igapó
Manciará		
Mandioqueira	Confecção de móveis	Terra firme
Matamatá	Construção civil	Terra firme
Muiracatiara	Confecção de móveis, construção de casas (tábua assoalho, caibro)	Terra firme
Marupá	Construção de casa	Terra firme
Munguba		Várzea
Muruci-da-mata	Lenha	Terra firme
Murapiranga	Produção de esteio	Terra firme
Paxiubinha	Produção de ripas	Terra firme
Piquiá	Construção de embarcações	Terra firme
Pau-d'arco (amarelo e roxo)	Produção de esteio	Terra firme
Ritangueira	Lenha	Igapó

Madeiras		
Espécies	Finalidade	Ambiente de extração
Randeira		
Samaumeira		Várzea
Sapucaia	Construção de casas e cercas	Várzea
Seringueira		Várzea
Sucupira	Produção de batelão	Terra firme
Sucuruba	Construção de casas e mobiliário	Terra firme
Taquarizeira	Lenha	Várzea
Taubarana-do-igapó	Produção de esteio	Igapó
Taxi (vermelho, merda e branco)	Lenha	Terra firme
Tento-da-várzea	Vende para MRN (Reflorestamento)	Várzea
Tento-da-terra-firme	Produção de tábuas de assoalhos	Terra firme
Umarizeiro	Lenha	Várzea
Uxirana	Lenha	Igapó
Virola		Várzea

Quadro 15

Palhas, talas e cipós		
Espécies	Finalidade	Ambiente de extração
Cipó-abiurana		
Cipó-ambé	Artesanato	Igapó
Cipó-cravo	Uso medicinal	
Cipó-fogo	Fornece água em expedições	
Escada-de-jaboti	Ornamentos	Terra firme
Janari		Terra firme
Jacitara	Artesanato	Cabeceira
Saratudo	Uso medicinal	Platô

Palhas, talas e cipós		
Espécies	Finalidade	Ambiente de extração
Timbó-açu	Artesanato, vassoura, paneiros, amarrar palha.	Terra firme
Timbó-titica	Mobiliário, amarração de cerca e cobertura de casa	Terra firme
Tucumaí		Terra firme
Tucumã		Terra firme
Tucumã-açu		Terra firme

Principais cultivos agrícolas na comunidade Jamari

Quadro 16

Cultivos
Abacate
Abacaxi
Abóbora
Açaí
Bacaba
Banana
Batata
Caju
Cana
Cará
Cebolinha
Chicória
Cupuaçu
Feijão
Jerimum
Laranja
Limão
Macaxeira

Cultivos

Mandioca

Manga

Mangarataia

Maxixe

Melancia

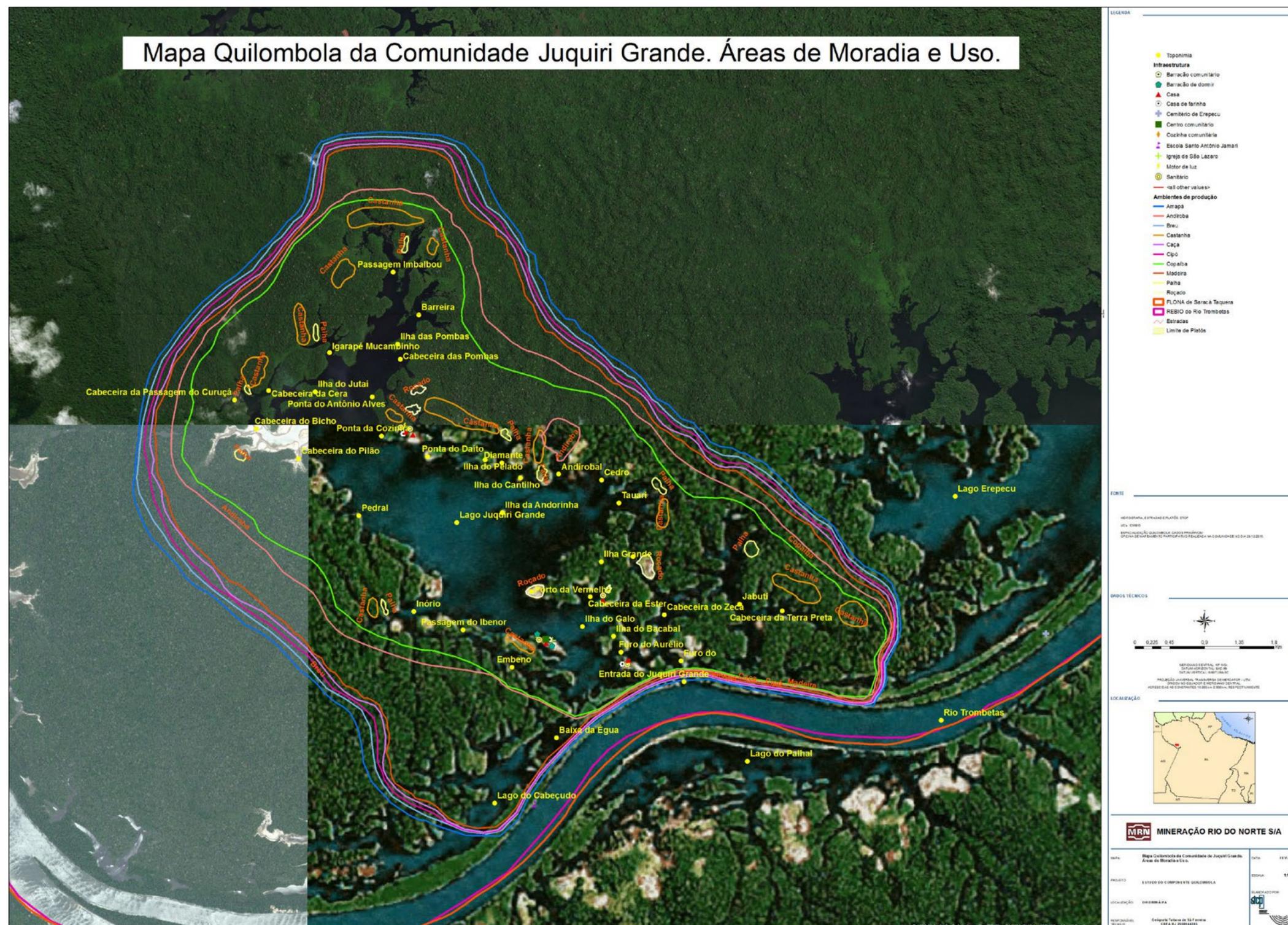
Milho

Muruci

Tangerina

17.1.4.3. Juquiri Grande

Figura 22. Mapa das áreas de moradia e uso de Juquiri Grande. Fonte: Cumbuca Norte (2017).



Caças mais visadas na comunidade Juquiri Grande

Quadro 17

Bichos de pata				
Animais	Qualidades	Período		Ambiente de captura
		Vazante	Enchente	
Anta		Amarelo	Verde	Beira de rio
Caititu		Verde	Verde	Terra firme, beira de rio, roça
Capivara		Amarelo	Verde	
Cotia		Verde	Verde	Roça e beira de rio, terreiro de casa
Macaco	Caiarara	Vermelho	Vermelho	Terra firme, várzea, igapó
	Cuamba	Vermelho	Vermelho	Terra firme, várzea, igapó
	Cuxiú	Vermelho	Vermelho	
	Guariba	Vermelho	Vermelho	
	Macaco-prego	Vermelho	Vermelho	
	Chuim	Vermelho	Vermelho	
	Macaco-da-noite	Vermelho	Vermelho	
Paca		Verde	Verde	Terra firme
Porco-espinho		Vermelho	Vermelho	Terra firme, igapó
Queixada		Verde	Vermelho	Raramente aparece
Tatu	Tatu-bola	Vermelho	Vermelho	Terra firme
	Tatu-canastra	Vermelho	Vermelho	Terra firme
Veado		Verde	Verde	Floresta e beira de rio

Legenda: Vermelho – pouco interesse; Amarelo – médio interesse; Verde – muito interesse.

Quadro 18

Bichos de pena				
Animais	Qualidades	Período		Ambiente de captura
		Vazante	Enchente	
Aracuã				Mata e capoeira
Arara vermelha				Castanhal e igapó
Cujubim				Terra firme
Jacamim				Terra firme
Jacu				Terra firme
Marreca				Várzea
Mutum				Terra firme
Nambu				Terra firme
Papagaio				Terra firme e igapó
Pato				Igapó
Saracura				Terra firme

Legenda: Vermelho – pouco interesse; Amarelo – médio interesse; Verde – muito interesse.

Quadro 19

Bichos de casco				
Animais	Qualidades	Período		Ambiente de captura
		Vazante	Enchente	
Cabeçudo				Igarapé e lago
Jaboti				Igapó
Jacaré				Igapó
Pitiú				Igapó
Tartaruga				Igapó
Tracajá				Lago

Legenda: Vermelho – pouco interesse; Amarelo – médio interesse; Verde – muito interesse.

Pescados mais visados na comunidade Juquiri Grande

Quadro 20

Pescados				
Animais	Qualidades	Período		Ambiente de captura
		Vazante	Enchente	
Apapá				Lago
Aracu	Aracu-branco			Lago
	Aracu-cabeça-gorda			Lago
	Aracu-pintado			Lago
	Aracu-vareto			Lago
Arauanã				Lago
Branquinha				Lago
Cará	Cará-bandeira			Lago
	Cará-baruca			Lago
	Carauau			Lago
	Cará- moló			Lago
	Cará-preto			Lago
	Cará-brebe			Lago
	Cará-galhudo			Lago
Cara-de-gato				Lago
Charuto				Lago
Cujuba				Várzea
Dourada				Lago (fundo)
Filhote				Lago
Fura-calça				Lago
Jaraqui				Lago
Mafurá				Lago e cabeceira
Mandi				Lago
Mapará				Lago
Pacu				Lago

Pescados				
Animais	Qualidades	Período		Ambiente de captura
		Vazante	Enchente	
Peixe-boi				Lago, Igapó
Peixe-cachorro				Lago
Pescada				Lago
Piranha	Branca			Lago
	Caju			Lago
	Preta			Lago
Pirarara				Lago
Pirarucu				Igapó
Saranha				Lago
Sardinha				Lago
Tambaqui				Igapó
Tucunaré	Tucunaré-pinima			Lago
	Tucunaré-totoca			Lago
	Tucunaré-açu			Lago

Legenda: Vermelho – pouco interesse; Amarelo – médio interesse; Verde – muito interesse.

Produtos vegetais mais visados na comunidade Juquiri Grande

Quadro 21

Madeiras		
Espécies	Finalidade	Ambiente de extração
Acari	Produção de esteio	Terra firme
Açaizeiro	Tira a casca	Igapó
Angelim	Construção de casas e mobiliário	Terra firme
Arapari	Construção de casas (parede, caibro)	Igapó
Aroeira	Produção de tábua	Terra firme
Bacuri	Construção de casas	Terra firme

Madeiras		
Espécies	Finalidade	Ambiente de extração
Cedro	Construção de casas e mobiliário	Terra firme
Fava		
Itaúba	Construção de casas e embarcações	Terra firme
Jutaí (jatobá)	Produção de tábuas	Terra Firme
Louro e Louro-itaúba	Construção de embarcações	Terra firme
Maçaranduba	Construção de casas e mobiliário	Terra firme
Muiracatiara	Construção de casas (tábua, assoalho, caibro) e mobiliário	Igapó
Manaiareira	Lenha	Igapó
Mandioqueira	Construção de casa	Terra firme
Marupá	Construção de casa	Terra firme
Paxiubinha	Produção de ripas	Terra firme
Piquiá	Construção de casa, batelão	Terra firme
Piranheira	Construção de casa	Igapó
Sucuruba	Construção de casas e mobiliário	Terra firme
Tento	Construção de casas e mobiliário	Terra firme
Uxi	Construção de casa	Terra firme e igapó

Quadro 22

Palhas, talas e cipós		
Espécies	Finalidade	Ambiente de extração
Arumã	Artesanato	Várzea
Buçu	Cobertura de casa	Terra firme
Cipó-açu	Artesanato	Terra firme
Cipó-ambé	Artesanato	Terra firme
Cipó-titica	Artesanato, mobiliário, amarração de cerca e cobertura de casa	Terra firme
Inajá	Construção de casa (paredes)	Terra firme
Jacitara	Artesanato	Cabeceira

Palhas, talas e cipós		
Espécies	Finalidade	Ambiente de extração
Saratudo	Uso medicinal	Platô
Ubim	Cobertura de casa	Rebio (uso restrito)

Quadro 23

Sementes, resinas, cascas, óleos		
Espécies	Finalidade	Ambiente de extração
Açaizeiro	Casca	Igapó
Amapá	Leite para uso medicinal	Terra firme
Andiroba	Óleo para uso medicinal	Igapó
Breu	Calafetagem	Terra firme
Carapanaúba	Casca para uso medicinal	Terra firme
Crajiru	Na alimentação	Quintal
Cumarú	Semente para uso medicinal	Terra firme
Envirataia	Uso medicinal e defumação	
Grajió	Uso medicinal	
Jutaí	Seiva para uso medicinal	Terra firme
Pau-rosa	Uso medicinal	Terra firme
Preciosa	Produção de esteio	Terra firme
Piquiá	Óleo	Terra firme
Quebra-pedra	Uso medicinal	Terra firme
Sacaca	Uso medicinal	Terra firme
Salva-de-marajó	Uso medicinal	Terra firme
Sândalo	Uso medicinal	Terra firme
Sapucaia	Construção de casa	Terra firme
Saracura-mirá	Uso medicinal	Terra firme
Sucuba	Leite para uso medicinal	Terra firme
Trevo-roxo	Uso medicinal	Terra firme

Quadro 24

Frutos	
Espécies	Ambiente de extração
Açaí	Várzea
Bacaba	Terra firme
Bacuri	Várzea, igapó
Caju-açu	Terra firme
Castanha	Terra firme
Copaíba	Terra firme
Cupuaçu	Terra firme
Inajá	Terra firme
Jutaí	Terra firme
Mamorana	Terra firme
Maracujá-do-mato	Terra firme
Pariri	Terra firme
Patauá	Terra firme
Pitomba	Terra firme
Taperebá	Várzea
Tucumã	Terra firme
Uxi-coroa	Terra firme
Uxi-liso	Terra firme
Uxirana	Terra firme

Principais cultivos agrícolas na comunidade Juquiri Grande

Quadro 25

Cultivos
Abacate
Abacaxi
Abóbora
Açaí
Bacaba

Cultivos

Banana

Batata

Caju

Cana

Cará

Cebolinha

Chicória

Cupuaçu

Feijão

Jambu

Jerimum

Laranja

Limão

Macaxeira

Mandioca

Manga

Mangarataia

Maxixe

Melancia

Milho

Muruci

Pimentão

Pimenta-de-cheiro

Pimenta-malagueta

17.1.4.4. Juquirizinho

Figura 23. Mapa da área de moradia de Juquirizinho. Fonte: Cumbuca Norte (2017).

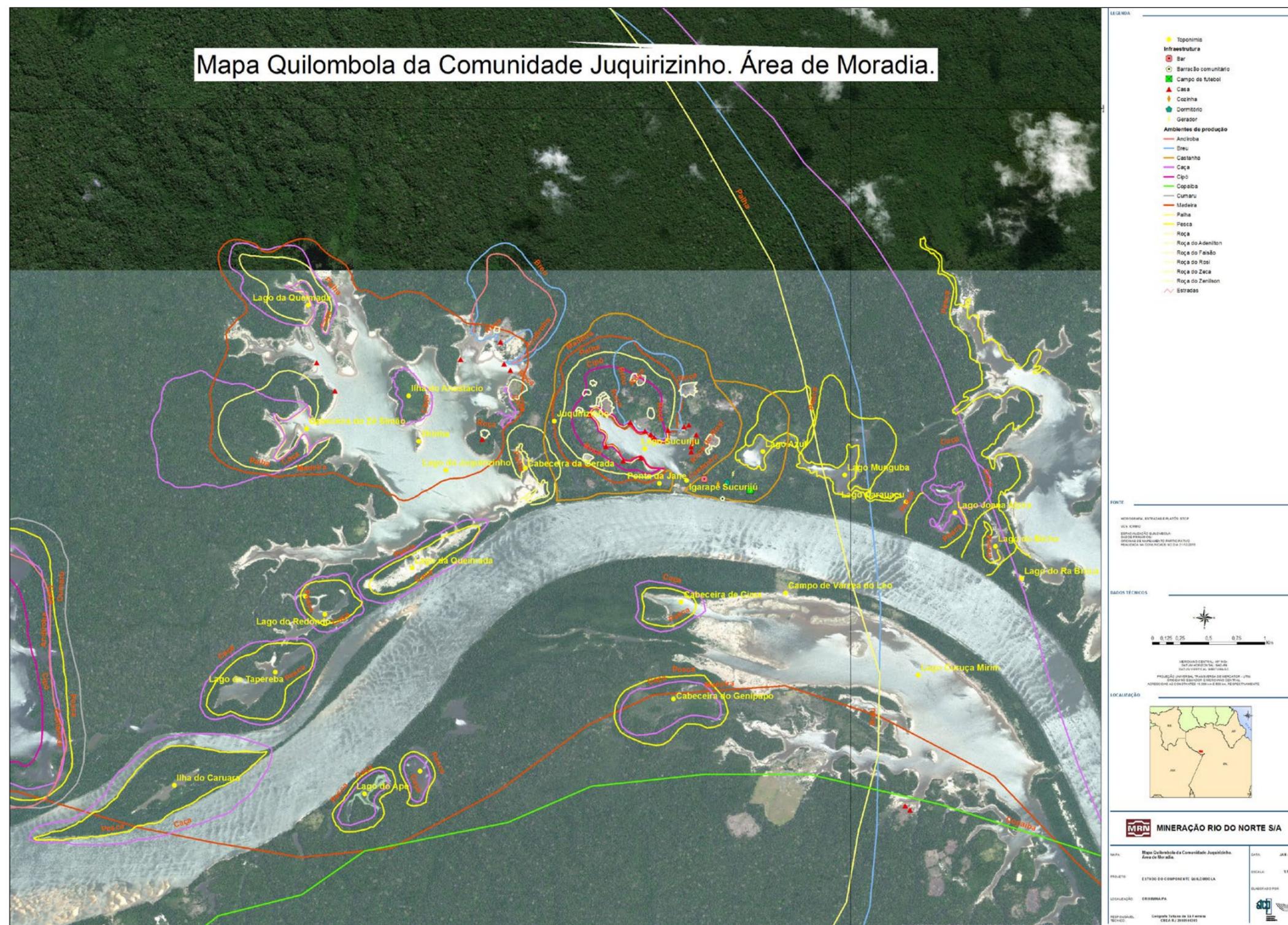
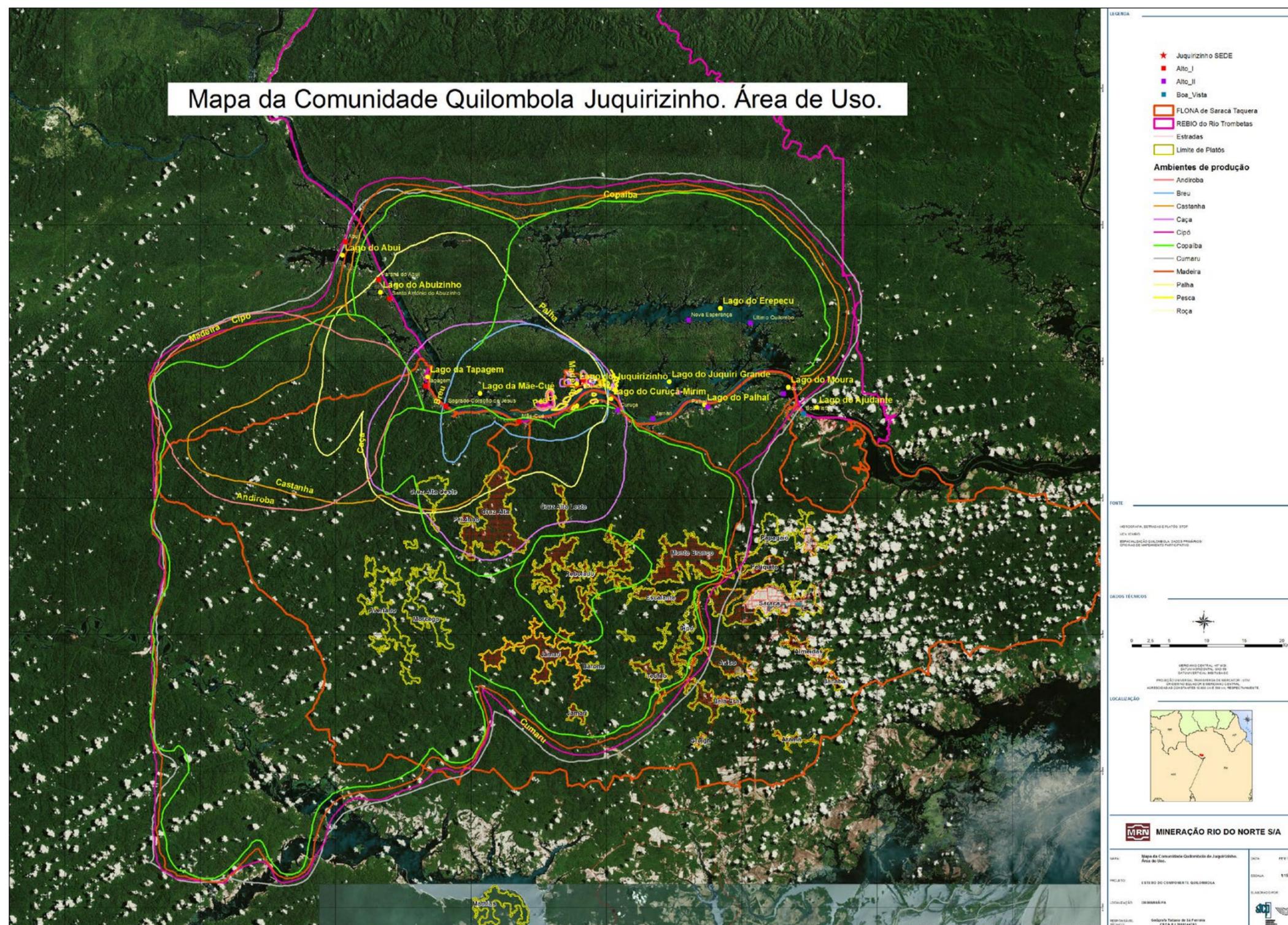


Figura 24. Mapa das áreas de uso de Juquirizinho. Fonte: Cumbuca Norte (2017).



Caças mais visadas na comunidade Juquirzinho

Quadro 26

Bichos de pata				
Animais	Qualidades	Período		Ambiente de captura
		Vazante	Enchente	
Anta				Mata, beira de rio
Caititu				Mata grande
Capivara				Beira do rio
Caranguejo				Igapó
Capivara				Beira do rio
Cotia				Beira do lago
Coroca				Beira do lago
Corocão				Beira do lago
Cupido				Beira de rio e barranco
Jacaré				
Jucuraru (lagarto)				Mata
Macaco	Guariba			Igapó
	Quatá			Mata fechada
	Cuamba			Mata fechada
	Caiarara			Igapó
	Cuxiú			Igapó
	Paranacu			Igapó
	Prego			Mata fechada
	Chuim			Igapó
Onça				Mata
Paca				Beirada de rio
Pato				Beirada de rio
Porco-espinho				Mata
Queixada				Beira de rio

Bichos de pata				
Animais	Qualidades	Período		Ambiente de captura
		Vazante	Enchente	
Quati				Mata
Tatu				Mata
Veado				Ilha e beirada de rio

Legenda: Vermelho – pouco interesse; Amarelo – médio interesse; Verde – muito interesse.

Quadro 27

Bichos de pena				
Animais	Qualidades	Período		Ambiente de captura
		Vazante	Enchente	
Arara				Igapó
Cigana				Beira de rio
Jacamim				Mata grande
Jacu				Mata grande
Marreca				Lago
Muari				Beira de rio
Mutum				Mata grande
Nambu				Mata grande
Papagaio				Capoeira
Pato				Lago
Saracura				Várzea
Tucano				Mata grande

Legenda: Vermelho – pouco interesse; Amarelo – médio interesse; Verde – muito interesse.

Quadro 28

Bichos de casco				
Animais	Qualidades	Período		Ambiente de captura
		Vazante	Enchente	
Jaboti		Verde	Verde	Mata
Jacaré		Verde	Verde	Rio e lago
Pitiú		Vermelho	Verde	Rio e lago

Legenda: Vermelho – pouco interesse; Amarelo – médio interesse; Verde – muito interesse.

Pescados mais visados na comunidade Juquirizinho

Quadro 29

Pescados				
Animais	Qualidades	Período		Ambiente de captura
		Vazante	Enchente	
Acari		Amarelo	Verde	Lago, igapó
Apapá		Verde	Amarelo	Lago
Aracu	Branco	Vermelho	Verde	Rio
Aracu	Cabeça-gorda	Vermelho	Verde	Rio
Aracu	Pintado	Vermelho	Verde	Rio
Aramaçã		Amarelo	Vermelho	Rio e lago
Arari		Amarelo	Vermelho	Rio e lago
Arraia		Verde	Vermelho	Rio e lago
Arauanã		Amarelo	Vermelho	Lago
Branquinha		Vermelho	Verde	Rio e lago
Camaça		Amarelo	Vermelho	Rio e lago
Canamorco		Vermelho	Verde	Lago e rio
Canamu		Amarelo	Vermelho	Rio e lago
Cará		Vermelho	Verde	Igarapé e lago
Charuto		Vermelho	Verde	Rio e lago
Cujuba		Vermelho	Amarelo	Lago

Pescados				
Animais	Qualidades	Período		Ambiente de captura
		Vazante	Enchente	
Curimatá				Rio e lago
Dauá				Rio e lago
Dourada				Lago
Filhote				Rio e lago
Jatuara				Rio e lago
Jatuarana				Rio e lago
Jaú				Rio e lago
Mafurá				Rio e lago
Mafurá da escama fina				Rio e lago
Mandi				Rio e lago
Mandubé				Rio e lago
Mapará				Lago
Matrinxã				Rio e lago
Mereré				Lago e igapó
Mocinha				Rio e lago
Pacu	Azeite			Lago e igapó
	Brebe			Lago e igapó
	Índio			Lago e igapó
	Pedra			Lago e igapó
	Pacuraurau			Lago e igapó
Peixe-boi				Lago e rio
Peixe-cachorro				Rio e lago
Pescada				Rio e lago
Piraíba				Lago
Piranha	Branca			Rio e lago
	Preta			Rio e lago
Pirapitinga				Rio e lago

Pescados				
Animais	Qualidades	Período		Ambiente de captura
		Vazante	Enchente	
Pirarara				Lago e rio
Pirarucu				Lago e rio
Saranha				Rio e lago
Sardinha				Rio e lago
Saúna				Rio e lago
Surubim				Lago e rio
Tambaqui				Rio e lago
Tamoatá				Rio e lago
Traíra				Lago e rio
Trairão				Cachoeira
Tucunaré				Lago e rio

Legenda: Vermelho – pouco interesse; Amarelo – médio interesse; Verde – muito interesse.

Produtos vegetais mais visados na comunidade Juquirizinho

Quadro 30

Madeiras		
Espécies	Finalidade	Ambiente de extração
Arapari	Lenha	Terra firme
Aroeira	Construção de casas (parede)	
Carvalho	Lenha	Igapó e várzea
Cedro	Construção de mobiliário	
Castanheira	Uso medicinal	Terra firme
Cumaru	Uso medicinal	Terra firme
Copaíba	Uso medicinal	Igarapé e terra firme
Cupiúba-amarela	Construção de casas (parede e assoalho)	
Cupiúba-branca	Construção de casas (parede e assoalho)	

Madeiras		
Espécies	Finalidade	Ambiente de extração
Cupungo do ouriço da castanha	Construção de casas e embarcações	
Guarijuba	Construção de mobiliário	
Itaúba	Construção de casa	Terra firme, Flona e Rebio
Jacarandá	Construção de mobiliário	
Jacareúba	Construção de mobiliário	Igapó e igarapé
Louro-rosa	Cobertura de casa	
Louro-imbaúba	Cobertura de casa	
Louro-itaúba	Cobertura de casa	
Louro-taxi	Cobertura de casa	
Maçaranduba	Construção de casas	Terra firme
Manaiara		
Mandioqueira	Construção de casas (parede e assoalho)	
Marupá	Construção de casas (forro) e embarcações	
Muracandeia		Igapó
Muiracatiara	Construção de mobiliário	
Pau-rosa	Uso medicinal	
Piquiá	Uso medicinal	
Ritangueira	Lenha	
Tento-da-mata	Construção de canoa	
Tento-do-igapó	Construção de canoa	Igapó, igarapé

Quadro 31

Palhas, talas e cipós		
Espécies	Finalidade	Ambiente de extração
Arumã	Produção de tipiti	Rebio e Flona
Buçu	Cobertura de casa	Terra firme, Rebio e Flona
Cipó-ambé	Produção de vassoura e abano.	Rebio e Flona

Palhas, talas e cipós		
Espécies	Finalidade	Ambiente de extração
Jacitara	Produção de vassoura, abano e tipiti	Rebio e Flona
Mumbaca	Produção de cesto para carregar caça	Terra firme
Murumuru	Produção de cesto para carregar caça	Terra firme
Palha branca	Cobertura de casa	Terra firme, Rebio e Flona
Panacu	Produção de cesto para carregar caça	
Patauá	Produção de cesto para carregar caça	Terra firme
Pinaiquirira	Cobertura e parede de casa	Terra firme, Rebio e Flona
Pinaxin	Produção de cesto para carregar caça	
Timbó-açu	Produção de vassoura, abano	
Timbó-titica	Produção de vassoura, abano	Rebio e Flona
Ubim	Cobertura de casa	Grotas e beiras de igarapés na Rebio e na Flona

Quadro 32

Frutos	
Espécies	Ambiente de extração
Açaí	Baixada
Buriti	Terra firme
Cacau	Igapó
Castanha	Terra firme
Ingá	Terra firme
Inajá	Terra firme
Jutaí	Terra firme
Mamorana (fruta-pão)	Igapó
Maracujá-do-mato	Terra firme
Mari	Terra firme
Mari-mari	Terra firme
Tucumã	Terra firme
Uxi-coroa	Terra firme

Frutos	
Espécies	Ambiente de extração
Uxi-liso	Terra firme
Uxirana	Terra firme

Quadro 33

Sementes, resinas, cascas, óleos		
Espécies	Finalidade	Ambiente de extração
Amapá	Uso medicinal	Terra firme
Andiroba	Uso medicinal	Terra firme
Barbatimão	Uso medicinal	Terra firme e várzea
Breu	Uso medicinal	Terra firme
Copaíba	Uso medicinal	Beira de baixada, igarapé e terra firme
Cumaru	Uso medicinal	Terra firme
Jutaicica	Uso medicinal	Terra firme
Piquiá	Uso medicinal	Terra firme
Saracura	Uso medicinal	Terra firme e várzea

Principais cultivos agrícolas na comunidade Juquirizinho

Quadro 34

Cultivos
Abacaxi
Areiá
Banana
Batata
Batata-doce
Cana
Cará
Cebolinha
Chicória

Cultivos

Cominho

Feijão

Jerimum

Macaxeira

Mamão

Mandioca

Manga

Mangarataia

Maxixe

Melancia

Milho

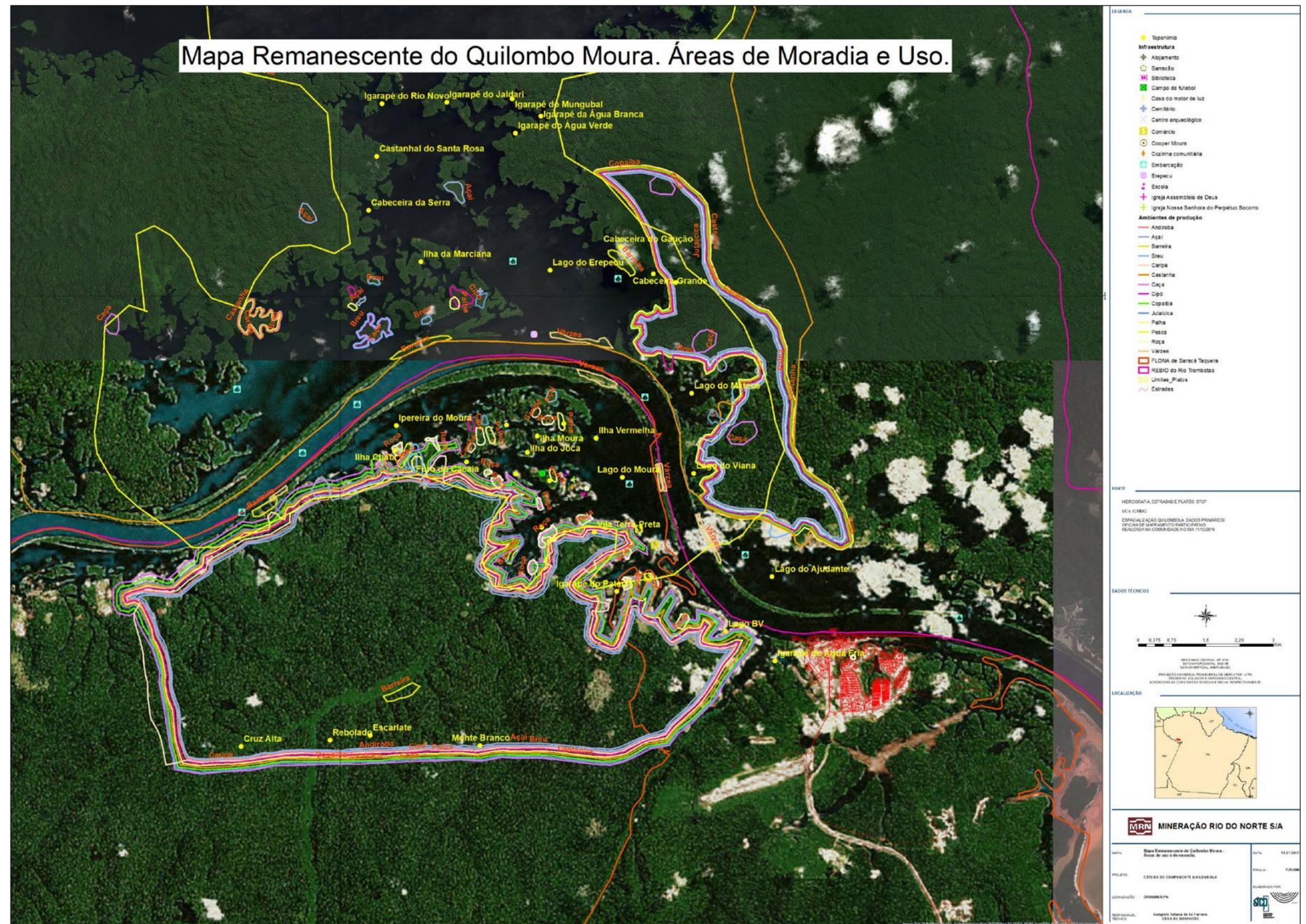
Pimenta-de-cheiro

Tangerina

Tomate

17.1.4.5. Moura

Figura 25. Mapa das áreas de moradia e uso do Moura. Fonte: Cumbuca Norte (2017).



Caças mais visadas na comunidade Moura

Quadro 35

Caça				
Animais	Qualidades	Período		Ambiente de captura
		Vazante	Enchente	
Cotia		Verde	Verde	Roça, beira de rio e terreiros de casa
Macaco		Vermelho	Verde	Terra firme e igapó
Paca		Verde	Verde	Terra firme
Queixada		Verde	Verde	Terra firme
Veado		Verde	Verde	Floresta e beira de rio
Tartaruga		Verde	Vermelho	Rio

Legenda: Vermelho – pouco interesse; Amarelo – médio interesse; Verde – muito interesse.

Pescados mais visitados na comunidade Moura

Quadro 36

Pescado				
Animais	Qualidades	Período		Ambiente de captura
		Vazante	Enchente	
Apapá		Vermelho	Verde	Rio e lago
Cará-moló		Vermelho	Verde	Rio e lago
Mapará		Vermelho	Verde	Rio e lago
Pacu		Verde	Vermelho	Rio e lago
Tucunaré		Vermelho	Verde	Rio e lago

Legenda: Vermelho – pouco interesse; Amarelo – médio interesse; Verde – muito interesse.

Produtos vegetais mais visados na comunidade Moura

Quadro 37

Palhas, talas e cipós		
Espécies	Finalidades	Ambiente de extração
Arumã	Artesanato	Várzea
Bacaba	Artesanato	Terra firme
Cipó-ambé	Artesanato	Terra firme e igapó
Cipó-titica	Artesanato, mobiliário, amarração de cerca e cobertura de casa	Terra firme
Inajá	Construção de casa (paredes)	Terra firme
Palha-branca	Construção de casa	Terra firme
Palha-preta	Construção de casa	Terra firme
Ubim	Cobertura de casa	Terra firme

Quadro 38

Sementes, resinas, cascas, óleos		
Espécies	Finalidade	Ambiente de extração
Andiroba	Óleo para uso medicinal	Igapó
Breu	Calafetagem	Terra firme
Caripé (ou cariapé)	Produção de cerâmica	Terra firme
Copaíba	Óleo para uso medicinal	Terra firme
Cumarú	Uso medicinal	Terra firme
Jutaicica	Produção de cerâmica	Terra firme

Quadro 39

Frutos	
Espécies	Ambiente de extração
Açaí	Várzea
Bacaba	Terra firme
Bacuri	Terra firme e igapó

Frutos	
Espécies	Ambiente de extração
Buriti	Terra firme
Caju-açu	Terra firme
Castanha	Terra firme
Mangaba	Terra firme
Pariri	Terra firme
Patauá	Terra firme
Piquiá	Terra firme
Puruí	Terra firme e igapó
Uxi	Terra firme

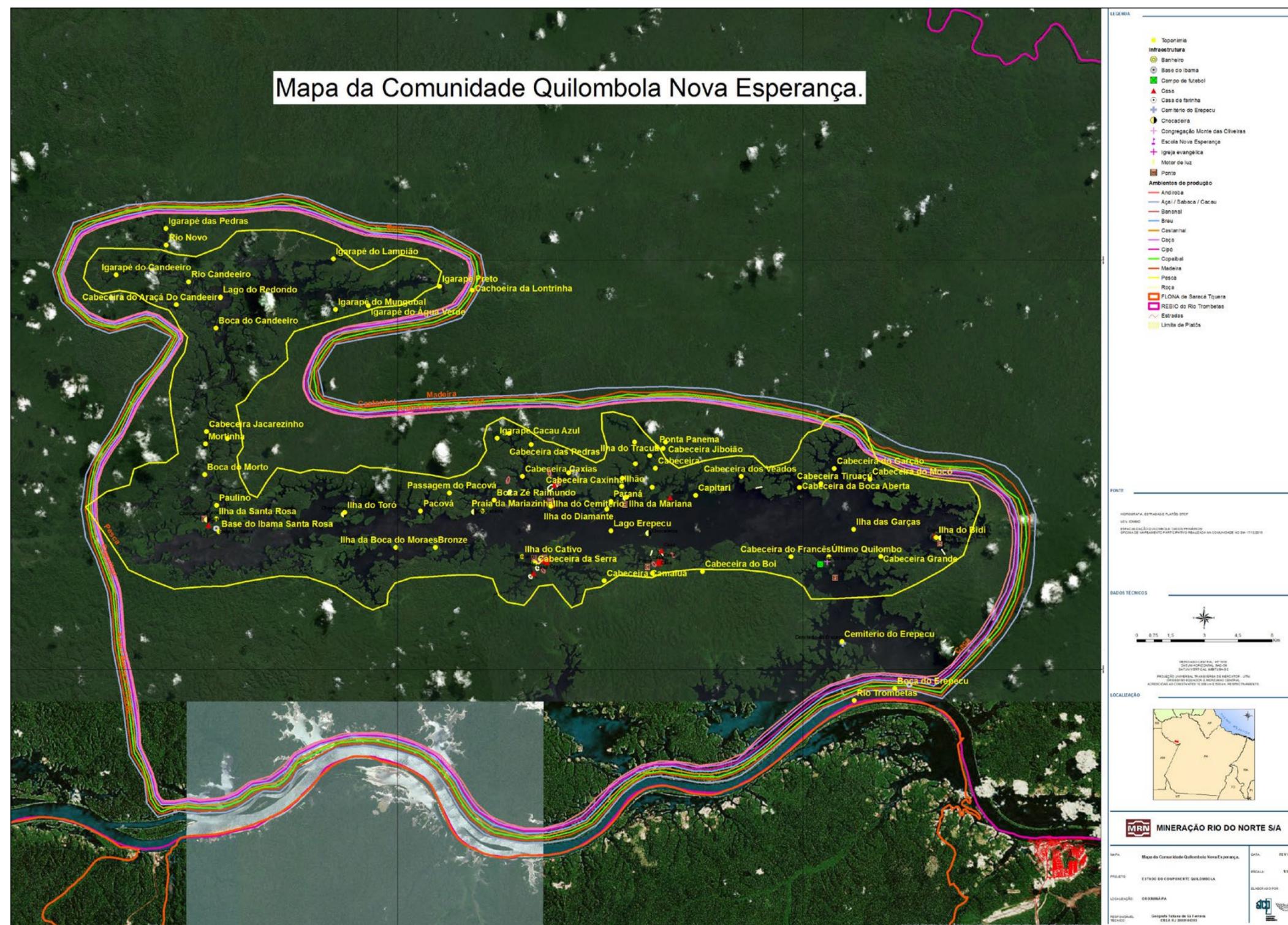
Principais cultivos agrícolas na comunidade Moura

Quadro 40

Cultivos
Abacaxi
Abóbora
Cupuaçu
Banana
Feijão
Goiaba
Hortaliças
Jerimum
Laranja
Limão
Mandioca
Maracujá
Melancia
Milho

17.1.4.6. Nova Esperança

Figura 26. Mapa das áreas de moradia e uso de Nova Esperança. Fonte: Cumbuca Norte (2017).



Caças mais visadas na comunidade Nova Esperança

Quadro 41

Bichos de pata				
Animais	Qualidades	Período		Ambiente de captura
		Vazante	Enchente	
Anta				Beira de rio
Caititu				Floresta
Capivara				Beira de rio
Cotia				Roça, beira de rio e terreiro de casa
Cupido				Beira de rio
Macaco	Caiarara			Floresta
	Cuamba			Floresta
	Chuim			Floresta
	Churuim			Floresta
	Coatá			Floresta
	Cuxiú			Floresta
	Guariba			Floresta
	Macaco-prego			Floresta
Paca				Cabeceira
Queixada				Floresta
Tatu				Floresta
Veado				Floresta e beira de rio

Legenda: Vermelho – pouco interesse; Amarelo – médio interesse; Verde – muito interesse.

Quadro 42

Bichos de pena				
Animais	Qualidades	Período		Ambiente de captura
		Vazante	Enchente	
Arara				Árvores frutíferas, floresta
Cigana				Igapó e beira de lago
Cujubim				Cabeceira
Jacamim				Árvores frutíferas
Jacu				Árvores frutíferas e floresta
Mauari				Beira de rio
Mergulhão (carará)				
Miuá				
Mutum				Beira de água (rio, igarapé e cabeceira)
Nambu				Beira de água (rio, igarapé e cabeceira)
Pato-do-mato				Beira de rio e lago

Legenda: Vermelho – pouco interesse; Amarelo – médio interesse; Verde – muito interesse.

Quadro 43

Bichos de casco				
Animais	Qualidades	Período		Ambiente de captura
		Vazante	Enchente	
Cabeçudo				
Jaboti				
Tracajá				
Pitiú				
Tartaruga				

Legenda: Vermelho – pouco interesse; Amarelo – médio interesse; Verde – muito interesse.

Pescados mais visados na comunidade Nova Esperança

Quadro 44

Pescados				
Animais	Qualidades	Período		Ambiente de captura
		Vazante	Enchente	
Acari				Lago
Apapá				Lago
Aracu	Aracu-cabeça-gorda			Lago
	Aracu-baré			Lago
	Aracu-flamengo			Lago
Arari				Lago
Arauanã				Lago
Arumará				Lago
Baruca				Lago
Barbado				Lago
Branquinha				Lago
Canamorco				Lago
Cará	Cará-branco			Lago
	Cará-disco			Lago
	Cará-preto			Lago
	Cará-açu			Lago
	Cará-prata			Lago
	Cará-cascudo			Lago
	Cará-tucunaré			Lago
	Cará-tilápia			Lago
	Cará-moló			Lago
Cará-tinga			Lago	
Charutinho				Lago
Cujuba				Lago
Filhote				Lago

Pescados				
Animais	Qualidades	Período		Ambiente de captura
		Vazante	Enchente	
Fura-calça				Lago
Jacundá				Lago
Jandiá				Lago
Jaraqui				Lago
Jatuarana (matrinxã)				Lago
Jiju				Lago
Mafurá				Lago
Mandubé				Lago
Mapará				Lago
Pacu	Pacu-galhudo			Lago
	Pacu-anhanga			Lago
	Pacu-azeite			Lago
	Pacu-brebe			Lago
	Pacu-branco			Lago
Peixe-boi				Lago
Peixe-cachorro				Lago
Peixe-moela				Lago
Pescada				Lago
Piracatinga				Lago
Piranha	Piranha-preta			Lago
	Piranha-caju			Lago
	Piranha-branca			Lago
Pirarara				Lago
Pirarucu				Lago
Saranha				Lago
Surubim				Lago
Tambaqui				Lago

Pescados				
Animais	Qualidades	Período		Ambiente de captura
		Vazante	Enchente	
Tamuatá				Lago
Traíra				Lago
Tucunaré	Tucunaré-açu			Lago
	Tucunaré-pinima			Lago
	Tucunaré-pitanga			Lago

Legenda: Vermelho – pouco interesse; Amarelo – médio interesse; Verde – muito interesse.

Produtos vegetais mais visados na comunidade Nova Esperança

Quadro 45

Madeiras		
Espécies	Finalidade	Ambiente de extração
Acapu	Construção de casas e embarcações	Terra firme
Angelim (amarelo e pedra)	Construção de casas e mobiliário	Terra firme
Araracanga	Construção de casas e mobiliário	Terra firme
Aroeira	Construção de casas (forro, parede)	Terra firme
Castanheira		Terra firme
Cumarú		Terra firme
Envira	Lenha	Igapó
Itaúba	Construção de casas e embarcações	Terra firme
Louro	Construção de embarcações	Terra firme
Maçaranduba	Construção de casas e mobiliário	Terra firme
Marupá	Marcenaria em geral	Terra firme
Muiracatiara	Construção de casas (tábua, assoalho, caibro)	Terra firme
Mungubeira	Artesanato	Igapó
Murapiranga	Construções em geral	Terra firme
Pau-amarelo	Marcenaria em geral	Terra firme
Peito-de-moça		

Madeiras		
Espécies	Finalidade	Ambiente de extração
Sucupira		Terra firme
Sumaumeira		Terra firme
Tento	Construção de casa (assoalho)	Igapó
Virola	Mobiliário	Igapó

Quadro 46

Palhas, talas e cipós		
Espécies	Finalidade	Ambiente de extração
Arumã	Artesanato	Várzea
Bacaba	Artesanato	
Buriti	Artesanato	
Cipó-ambé	Artesanato	Terra firme
Inajá	Construção de casa (paredes)	
Jacitara	Artesanato	Cabeceiras
Jauari	Artesanato	Igapó e várzea
Sororoca	Artesanato	Terra firme
Timbó-açu	Artesanato	Terra firme
Timbó-titica	Artesanato, mobiliário, amarração de cerca e cobertura de casa	Terra firme
Ubim	Cobertura de casa	Terra firme

Quadro 47

Frutos	
Espécies	Ambiente de extração
Açaí	Várzea
Bacaba (bacaba-grande e bacabi)	Terra firme
Caju-açu	Terra firme
Castanha	Terra firme
Castanha-sapucaia	Terra firme

Frutos	
Espécies	Ambiente de extração
Jenipapo	Terra firme
Mangaba	Terra firme
Maracujá-do-mato	Terra firme
Mari-mari	Igapó
Marigapó	Igapó
Pajurá	Terra firme
Pariri	Terra firme
Patauá	Terra firme
Piquiá	Terra firme
Puruí	Terra firme
Uxi-coroa	Terra firme
Uxi-liso	Terra firme

Quadro 48

Sementes, resinas, cascas, óleos		
Espécies	Finalidade	Ambiente de extração
Amapá (amargo e doce)	Leite para uso medicinal	Terra firme
Breu	Calafetagem e uso medicinal	Terra firme
Breu-branco	Uso medicinal	Terra firme
Copaíba	Óleo para uso medicinal	Terra firme
Cumaru	Sementes para uso medicinal	Terra firme
Jutaicica	Produção de cerâmica	Terra firme
Murumuru	Leite para uso medicinal	Terra firme
Sucuba	Leite para uso medicinal	Terra firme

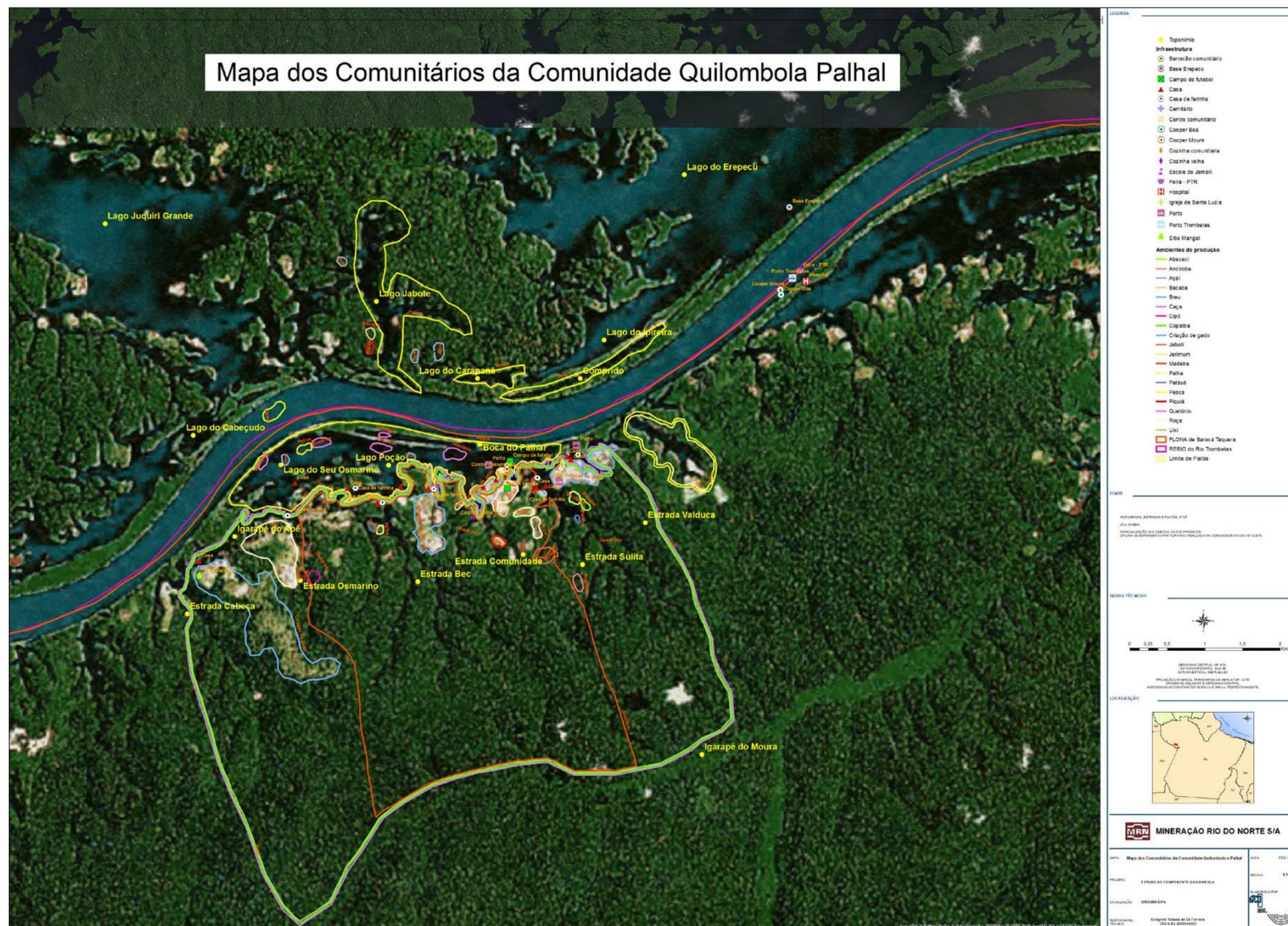
Principais cultivos agrícolas na comunidade Nova Esperança

Quadro 49

Cultivos
Abacate
Abacaxi
Abóbora
Araçá
Banana
Caju
Coco
Cupuaçu
Feijão
Goiaba
Graviola
Hortaliças
Ingá
Jerimum
Laranja
Limão
Macaxeira
Mamão
Mandioca
Manga
Maracujá
Melancia
Milho
Muruci
Pitomba
Pupunha
Tamarindo
Tangerina

17.1.4.7. Palhal

Figura 27. Mapa das áreas de moradia e uso do Palhal. Fonte: Cumbuca Norte (2017).



Caças mais visadas na comunidade Palhal

Quadro 50

Caça				
Animais	Qualidades	Período		Ambiente de captura
		Vazante	Enchente	
Cotia		Verde	Verde	Roça, beira de rio, terreiro de casa
Macaco		Vermelho	Vermelho	Floresta
Paca		Verde	Vermelho	Cabeceira
Veado		Verde	Verde	Floresta e beira de rio
Tartaruga		Vermelho	Vermelho	Lago

Legenda: Vermelho – pouco interesse; Amarelo – médio interesse; Verde – muito interesse.

Pescados mais visados na comunidade Palhal

Quadro 51

Pescados				
Animais	Qualidades	Período		Ambiente de captura
		Vazante	Enchente	
Aracu		Verde	Verde	Lago
Cará		Verde	Verde	Lago
Cujuba		Verde	Vermelho	Lago
Mafurá		Verde	Verde	Lago
Pacu		Verde	Verde	Lago
Pescada		Verde	Verde	Lago e rio
Pirarara		Verde	Verde	Rio
Surubim		Verde	Verde	Lago
Tambaqui		Vermelho	Vermelho	Lago
Tucunaré		Verde	Verde	Lago

Legenda: Vermelho – pouco interesse; Amarelo – médio interesse; Verde – muito interesse.

Produtos vegetais mais visados na comunidade Palhal

Quadro 52

Frutos	
Espécies	Ambiente de extração
Açaí	Várzea
Bacaba	Terra firme
Castanha	Terra firme
Patauá	Terra firme
Piquiá	Terra firme
Tucumã	Terra firme
Uxi (uxi-liso e uxi-coroa)	Terra firme

Quadro 53

Palhas, talas e cipós		
Espécies	Finalidade	Ambiente de extração
Cipó-ambé	Artesanato	Terra firme
Cipó-titica	Artesanato, mobiliário, amarração de cerca e cobertura de casa	Terra firme
Palha-branca	Construção de casa	Terra firme
Palha-preta	Construção de casa	Terra firme
Ubim	Cobertura de casa	Terra firme

Quadro 54

Sementes, resinas, cascas, óleos		
Espécies	Finalidade	Ambiente de extração
Andiroba	Óleo para uso medicinal	Igapó
Breu	Calafetagem e uso medicinal	Terra firme
Copaíba	Óleo para uso medicinal	Terra firme

Principais cultivos agrícolas na comunidade Palhal

Quadro 55

Cultivos
Abacaxi
Banana
Batata-doce
Caju
Cará
Cupuaçu
Feijão
Jerimum
Laranja
Limão
Macaxeira
Mandioca
Mangarataia
Maracujá
Melancia
Milho
Muruci
Pimenta

17.1.4.8. Último Quilombo

Figura 28. Mapa das áreas de moradia e uso do Último Quilombo. Fonte: Cumbuca Norte (2017).



Caças mais visadas na comunidade Último Quilombo

Quadro 56

Bichos de pata				
Animais	Qualidades	Período		Ambiente de captura
		Vazante	Enchente	
Anta				Baixa e igarapé
Capivara				Várzea
Caititu				Floresta
Cotia				Roça e beira de rio e igarapé
Macaco	Cuxiú			Floresta
	Cuamba			Floresta
	Guariba			Igapó
	Prego			Floresta
Paca				Beira de rio, igarapé, cabeceira e ponta de rio
Porco-espinho				Floresta
Peixe-boi				Margem de rio e lago
Queixada				Floresta
Tatu				Beira de rio, igarapé e cabeceira
Veado				Próximo a árvores frutíferas

Legenda: Vermelho – pouco interesse; Amarelo – médio interesse; Verde – muito interesse.

Quadro 57

Bichos de pena				
Animais	Qualidades	Período		Ambiente de captura
		Vazante	Enchente	
Arapuã				
Arara				Árvores frutíferas
Cigana				Igapó e beira de lago
Cujubim				Cabeceira

Bichos de pena				
Animais	Qualidades	Período		Ambiente de captura
		Vazante	Enchente	
Jacamim				Nas árvores frutíferas do inverno
Jacu				Na mata, no meio do açazeiro, nas frutas de bacabeira
Marreca				Beira de rio e lago
Mauari				Beira de rio
Mutum				Beira de água (rio, igarapé e cabeceira)
Nambu				
Pato-do-mato				

Legenda: Vermelho – pouco interesse; Amarelo – médio interesse; Verde – muito interesse.

Quadro 58

Bichos de casco				
Animais	Qualidades	Período		Ambiente de captura
		Vazante	Enchente	
Cabeçudo				Igarapé
Jaboti				
Jacaré				Cabeceira
Pitiú				Praia
Tartaruga				Praia
Tracajá				Praia

Legenda: Vermelho – pouco interesse; Amarelo – médio interesse; Verde – muito interesse.

Pescados mais visados na comunidade Último Quilombo

Quadro 59

Pescados				
Animais	Qualidades	Período		Ambiente de captura
		Vazante	Enchente	
Acari				Lago
Arauanã				Lago
Arraia				Praia
Apapá				Lago
Canamorco				Lago
Caratinga				Lago
Cujuba				Lago
Mafurá				Lago
Mandi				Lago
Mapará				Lago
Pacu				Lago
Pescada				Lago
Piranha preta				Lago
Pirarucu				Lago
Surubim				Lago
Tamuatá				Lago
Tucunaré				Lago
Traíra				Lago

Legenda: Vermelho – pouco interesse; Amarelo – médio interesse; Verde – muito interesse.

Produtos vegetais mais visados na comunidade Último Quilombo

Quadro 60

Palhas, talas e cipós		
Espécies	Finalidades	Ambiente de extração
Cipó-timbó	Vassoura	Terra firme
Cipó-ambé	Artesanato utilitário	Terra firme
Cipó-titica	Vassoura, cesta	Terra firme
Inajá	Casca usada para fins medicinais	Terra firme
Ubim	Cobertura de casa	Terra firme

Quadro 61

Madeiras		
Espécies	Finalidades	Ambiente de extração
Amarelão	Construção de casas e canoas	Terra firme
Aroeira	Construção de casas (paredes e forro)	Terra firme
Castanheira	Construção de casas (paredes e forro)	Terra firme
Cedro		Terra firme
Fava amarela	Construção de casas (paredes)	Terra firme
Itaúba	Construção de casas (paredes e forro)	Terra firme
Lombrigueira (dará-uxi)	Construção de casas (paredes)	Terra firme
Louro	Construção de casas e canoas	Terra firme
Maçaranduba	Construção de casas (paredes e forro)	Terra firme
Mandioqueira	Construção de casas (paredes), tábuas e canoas	Terra firme
Marupá	Construção de casas (paredes) e móveis	Terra firme
Taubarana	Construção de casas (paredes) e canoas	Várzea
Tento	Construção de canoas	Várzea

Quadro 62

Sementes, resinas, cascas, óleos		
Espécies	Finalidade	Ambiente de extração
Andiroba	Óleo para uso medicinal	Igapó
Breu	Calafetagem	Terra firme
Copaíba	Óleo para uso medicinal	Terra firme
Jutaíca	Acabamento em cerâmica	Terra firme
Murumuru		Terra firme

Principais cultivos agrícolas na comunidade Último Quilombo

Quadro 63

Cultivos
Abacaxi
Abóbora
Banana
Batata
Café
Caju
Cará
Carambola
Cheiro-verde
Cupuaçu
Goiaba
Graviola
Jerimum
Limão
Macaxeira
Mamão
Mandioca

Cultivos
Manga
Maxixe
Melancia
Milho
Muruci
Pimenta
Pupunha
Tangerina
Urucum

Do exposto depreende-se que, a despeito de haver uma grande variedade de recursos naturais no TQ Alto Trombetas II, o seu uso varia consideravelmente de comunidade para comunidade. Essa variação é condizente com a natureza das duas Unidades de Conservação sobrepostas ao território e com as restrições que ambas impõem aos moradores. Chama atenção, porém, a limitada variedade de recursos mencionados na comunidade do Moura, onde os impactos da mineração são mais sentidos nas formas de ocupação dos moradores, em grande parte prestadores de serviços remunerados na Coopermoura. Limitação semelhante é percebida na comunidade Palhal, que foi formada principalmente por famílias agricultoras oriundas da região do Lago Grande, em Santarém, menos afeitas às práticas extrativistas.

17.1.5. Diagnóstico

Considerando as características do território, depreendidas das fontes consultadas e da vivência dos quilombolas envolvidos neste projeto, elaborou-se um diagnóstico da agrobiodiversidade local, contendo 15 itens ou aspectos por eles considerados fundamentais:

1. Conhecimentos tradicionais associados a recursos naturais para uso na saúde (remédios caseiros);
2. Cultivos agrícolas;
3. Extrativismo vegetal;
4. Coleta de castanha;

5. Extração de óleo de copaíba;
6. Pesca;
7. Caça;
8. Artesanatos;
9. Histórias de encantados;
10. Lugares e paisagens;
11. Clima, regime de chuvas e rios;
12. Biodiversidade em conexão com manifestações culturais;
13. Recursos hídricos;
14. Técnicas construtivas tradicionais; e
15. Alimentação.

Para cada um deles foram identificados pontos positivos/potenciais e pontos negativos/ameaças (Quadro 64).

Quadro 64. Diagnóstico da agrobiodiversidade no território

DIAGNÓSTICO DA AGROBIODIVERSIDADE NO TERRITÓRIO			
Nº	Item/Aspecto	Pontos positivos/Potenciais	Pontos negativos/Ameaças
1	Conhecimentos tradicionais associados a recursos naturais para uso na saúde (remédios caseiros)	<ul style="list-style-type: none"> Riqueza e variedade de recursos disponíveis na floresta para extração. Além do extrativismo, muitas famílias cultivam as ervas medicinais. 90% das famílias usam remédios caseiros, 64% preparam os remédios em casa, 60% declaram ter grau de conhecimento razoável a muito alto. 	<ul style="list-style-type: none"> Uso cada vez maior dos medicamentos industrializados (exemplo: Projeto Quilombo, que distribui remédios para males que podem ser tratados com remédios caseiros). Impactos ambientais nas florestas diminuem a disponibilidade de recursos naturais.
2	Cultivos agrícolas	<ul style="list-style-type: none"> Solo fértil na maioria das comunidades. Presença de terra preta e terra entremeada (mista de terra preta e barro). Conhecimentos dos moradores sobre as variedades agrícolas. O trabalho na roça e na casa de farinha envolve todos os membros das famílias, sem distinção de sexo. Ver lista de cultivos agrícolas. 	<ul style="list-style-type: none"> Solo da área do Erepecu não é bom para plantio de mandioca. Proibição de fazer roça na Rebio (mas há roçados com cerca de meia quadra, no máximo). Limitação das áreas para roçado na Flona a três hectares por família. Não trocam mais sementes e manivas como antes, trocas que enriqueciam e melhoravam a produção (se não davam certo em um lugar, davam no outro). Pessoas se dedicam mais a outros trabalhos, ultimamente.
3	Extrativismo vegetal	<ul style="list-style-type: none"> A maior parte das atividades extrativistas pode ser feita o ano todo. Conhecimento dos ciclos/safras dos diferentes produtos acumulados por diversas gerações. Grande variedade de recursos naturais para o extrativismo. Grande variedade de usos dados aos recursos extraídos, seja para subsistência ou comércio. Importância econômica da extração e comercialização de produtos como castanha e copaíba. Ver lista de extrativismo vegetal. 	<ul style="list-style-type: none"> Muitos produtos não tiveram seu potencial devidamente explorado. Conhecimento dos ciclos/safras dos diferentes produtos não estão sendo adquiridos pelos mais jovens. Proibição de uso da Rebio para a extração de recursos que tradicionalmente eram usados, levando à decadência ou paralisação do extrativismo. Desmatamento causado pela mineração na Flona elimina diversos recursos. Concessões florestais nas bordas do território. Invasão de madeireiros clandestinos e motosserraes.
4	Coleta de castanha	<ul style="list-style-type: none"> Ofício muito antigo que respondeu, em grande medida, pela própria presença e sobrevivência das comunidades quilombolas até o presente. A comercialização da castanha ainda é a principal fonte de renda de muitas famílias. A coleta da castanha, por tradição, envolve toda a unidade doméstica na atividade. 	<ul style="list-style-type: none"> Restrições de acesso aos castanhais da Rebio. Nos últimos anos, a safra da castanha vem oscilando.

DIAGNÓSTICO DA AGROBIODIVERSIDADE NO TERRITÓRIO

Nº	Item/Aspecto	Pontos positivos/Potenciais	Pontos negativos/Ameaças
5	Extração de óleo de copaíba	<ul style="list-style-type: none"> • Atividade tradicional realizada por todas as comunidades. • O manejo da copaíba envolve um saber passado através das gerações. • Importância econômica para as comunidades. • A facilidade de acesso aos copaibais mais fartos e a existência de projetos que apoiam o manejo e o escoamento do óleo favorecem a atividade. 	<ul style="list-style-type: none"> • Corte de copaibeiras no platô Monte Branco, para a mineração de bauxita.
6	Pesca	<ul style="list-style-type: none"> • Abundância e variedade de pescados. • Principal fonte de proteína para as famílias. • Facilidade da atividade mesmo para crianças. • Conhecimentos acumulados há gerações são transmitidos continuamente aos mais jovens. • Conhecimento do comportamento dos peixes, lugares que frequentam, horários bons para pescar cada espécie (cóiio). • Disponibilidade de recursos naturais da floresta para fabricação de instrumentos simples como caniço. • Ver lista de pescados. 	<ul style="list-style-type: none"> • Proibição da pesca da Rebio dificulta a subsistência das famílias. • Proibição de fazer uso comercial da pesca. • Impactos gerados pelo trânsito de embarcações de grande porte (navios Panamax que abastecem na MRN). • Pressão de invasores (vindos de Oriximiná e outras comunidades), tanto na Flona quanto na Rebio, apesar da presença de bases de fiscalização do ICMBio. • Crescente uso de apetrechos para pesca de grande porte (arrastões, malhadeiras, equipamentos de pesca de mergulho, inclusive arma de ar comprimido, e arpões, que são usados para pegar pirarucu e peixe-boi).
7	Caça	<ul style="list-style-type: none"> • Relativa abundância e variedade de espécies de caças. • Fonte de proteína importante para as famílias. • Variedade de pratos preparados com caças. • Conhecimento do comportamento dos animais, lugares que frequentam (associação com plantas que lhes servem de alimento), horários bons para caçar cada espécie (cóiio): "Cada animal tem um "tempo certo" para ser caçado". • Disponibilidade de recursos naturais para a fabricação de instrumentos de caça (lambador feito de vara, laço de cipó). • Ver lista de caças. 	<ul style="list-style-type: none"> • Afugentamento das caças causado pelas atividades de mineração • Uso de cachorros para caça afasta caças • O conhecimento tradicional sobre os animais está se perdendo, devido às restrições à caça
8	Artesanatos	<ul style="list-style-type: none"> • Variedade de recursos naturais que podem ser usados na confecção de produtos artesanais. • Potencial econômico para geração de renda. • A confecção de produtos artesanais tradicionais ajuda na preservação da história e da cultura das comunidades. • Artesanato de cerâmica e bijoias recebem apoio a projetos (PEAP) desenvolvidos como condicionantes da mineração. 	<ul style="list-style-type: none"> • Falta de incentivos e oportunidades para repasse dos saberes artesanais. • Preferência por produtos industrializados. • Muita dificuldade de escoamento do artesanato para venda. • As peças têm baixo valor comercial.

DIAGNÓSTICO DA AGROBIODIVERSIDADE NO TERRITÓRIO

Nº	Item/Aspecto	Pontos positivos/Potenciais	Pontos negativos/Ameaças
9	Histórias de encantados	<ul style="list-style-type: none"> São ensinamentos para a preservação das caças, dos peixes e dos lugares da natureza. Servem como limites para o uso desregrado do meio ambiente. Transmitem valores como respeito para com elementos da natureza e outros seres, humanos e não humanos. 	<ul style="list-style-type: none"> Apenas os mais velhos mantêm o respeito pelos ensinamentos dessas histórias. Os mais jovens não se importam com as histórias. A crença nos seres encantados diminuiu, e também o poder desses seres de impor respeito aos elementos da natureza.
10	Lugares e Paisagens	<ul style="list-style-type: none"> Diversos nichos ecológicos com características de paisagem distintas, desde áreas de floresta preservada até áreas antropizadas (zonas habitadas e cultivadas e centros comunitários). Lagos, cabeceiras e igarapés de alta piscosidade. Furos são referências de acesso aos lugares de trabalho e moradia. Pontos de castanhais onde as famílias costumam ficar, por tradição e reconhecimento, os quais são respeitados pelos demais. 	<ul style="list-style-type: none"> Paisagens alteradas pelas estruturas e operações da mineração Erosão nas margens do Rio Trombetas, devido ao fluxo de grandes embarcações. Concessões florestais nas bordas do território. Invasão de madeireiros clandestinos e motosserreiros.
11	Clima, regime de chuvas e rios	<ul style="list-style-type: none"> As estações eram bem marcadas, bem definidas, e isso permitia o planejamento das atividades de agricultura, pesca e preparação de provisões de alimentos (peixe salgado) para o inverno. 	<ul style="list-style-type: none"> O volume de chuvas tem variado ano a ano, e isso dificulta o planejamento das atividades da agricultura. Enchentes grandes e secas intensas. Mudanças climáticas intervêm na produtividade da roça. O calor aumentou, da mesma forma que a seca de igarapés e lagos; o período chuvoso estaria cada vez mais curto, bem como seria inferior ao passado o volume das precipitações. Com a seca mais intensa, as fontes de água ficam escassas e as caças se afastam; os peixes morrem com a seca.
12	Biodiversidade em conexão com manifestações culturais	<ul style="list-style-type: none"> Tradicionalidade de manifestações culturais realizadas com objetos produzidos com recursos naturais (exemplo: música de pau e corda). Produção de músicas sobre a natureza, a história da ocupação quilombola e os ofícios tradicionais como o de castanheiro. Manifestações religiosas que utilizam recursos naturais para confecção e ornamentação de mastros, barquinhas de círios. 	
13	Recursos hídricos	<ul style="list-style-type: none"> O território conta com muitos cursos d'água (rios, lagos, igarapés, cabeceiras, furos) para abastecimento, pesca, navegação. 	<ul style="list-style-type: none"> Alteração da qualidade da água associada a fatores como: aumento do número de embarcações transitando no Rio Trombetas, poluição pelos navios da mineração. Fatores naturais ou antrópicos estão provocando a seca de cabeceiras e igarapés.

DIAGNÓSTICO DA AGROBIODIVERSIDADE NO TERRITÓRIO

Nº	Item/Aspecto	Pontos positivos/Potenciais	Pontos negativos/Ameaças
14	Técnicas construtivas tradicionais	<ul style="list-style-type: none"> O território detém um amplo repertório de conhecimentos e técnicas de construção de habitações e embarcações (e instrumentos associados como remos) com elementos da natureza (madeiras, palhas, cipós). 	<ul style="list-style-type: none"> As restrições de uso e exploração de recursos das Unidades de Conservação comprometem a reprodução dos conhecimentos e técnicas. Os mesmos materiais que poderiam ser obtidos nas Unidades de Conservação passaram a ter que ser comprados na cidade depois da criação delas.
15	Alimentação	<ul style="list-style-type: none"> Os recursos naturais, bem como as espécies agrícolas cultivadas, dão origem a uma variedade de pratos. O mesmo recurso é aproveitado de várias formas e para vários fins (exemplo.: da castanha se aproveita o fruto para fazer beiju, farinha, leite, doces em geral, e do ouriço se faz remédio, artesanato). A variedade de produtos existentes no território tem potencial para suprir o abastecimento das escolas (merenda escolar), desde que haja planejamento e organização da produção, do armazenamento e da distribuição. Um projeto recente tem incentivado a produção e a comercialização de produtos agrícolas para a merenda escolar. 	<ul style="list-style-type: none"> Nas escolas hábitos alimentares e de consumo de produtos extrativistas e agrícolas, e preparados no próprio território, estão sendo substituídos pelo uso de alimentos industrializados e em conserva. A merenda escolar não inclui hortaliças e temperos. Há dificuldade entre os produtores de se habilitar (obter a DAP – Declaração de Aptidão ao Pronaf) para o fornecimento de itens para a merenda escolar.

Políticas públicas e instrumentos legislativos e administrativos foram avaliados em relação a suas implicações sobre a biodiversidade no território. Dez instrumentos foram elencados:

1. a Constituição Federal de 1988;
2. o Decreto nº 4.887/2003;
3. o Decreto nº 84.018 de 21 de setembro de 1979;
4. o Decreto nº 98.704 de 27 de dezembro de 1989;
5. o Acordo da Castanha;
6. a Ação Civil Pública (ACP) movida em 2013, requerendo a conclusão do processo de titulação do território;
7. a sentença judicial de 24 de fevereiro de 2015, em favor das comunidades;
8. a Portaria nº 1.172, de 17 de julho de 2018, que reconhece o TQ;
9. Termo de Compromisso de Usos Múltiplos da Rebio; e
10. o Contrato de Concessão do Direito Real de Uso da Flona.

Os dois últimos estão em fase de elaboração.

Quadro 65. Diagnóstico dos instrumentos legislativos e administrativos

INSTRUMENTOS APLICADOS PELO ESTADO			
Nº	Itens do diagnóstico	Pontos positivos/Potenciais	Pontos negativos/Ameaças
1	Constituição Federal de 1988	<ul style="list-style-type: none"> ADCT nº 68 assegura às comunidades remanescentes de quilombo o direito de propriedade das terras por elas ocupadas historicamente e determina ao Estado a titulação das terras. Assegura direitos culturais das comunidades remanescentes de quilombo. No que diz respeito ao meio ambiente, estabelece o direito de todos ao meio ambiente saudável e ecologicamente equilibrado. 	<ul style="list-style-type: none"> No caso do território Alto Trombetas II, a efetivação dos direitos territoriais dos quilombolas entra em choque com a legislação ambiental, já que ocorre sobreposição com duas Unidades de Conservação. A missão constitucional do Estado, de conservar o meio ambiente inclusive por meio da criação/manutenção de áreas protegidas, tem prioridade sobre sua missão, igualmente constitucional, de conferir títulos de propriedade às terras tradicionalmente ocupadas por comunidades remanescentes de quilombos. O choque de direitos é motivo de conflitos frequentes.
2	Decreto nº 4.887/2003	<ul style="list-style-type: none"> Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. 	<ul style="list-style-type: none"> Não tem plena aplicação na área, devido à supracitada sobreposição com Unidades de Conservação.
3	Decretonº 84.018 de 21 de setembro de 1979 cria a Rebio Trombetas	<ul style="list-style-type: none"> Contribui para a preservação de recursos naturais. Evita a entrada de pessoas estranhas na área, como invasores e praticantes de pesca predatória. 	<ul style="list-style-type: none"> Histórico de deslocamento compulsório, violência, humilhações e coação de moradores. A sobreposição impede a titulação da área como TQ, ou seja, impede a concretização de um direito territorial que afeta outros direitos (ambientais, culturais, econômicos). A subsistência e a convivência dos moradores são abaladas em função da constante vigilância nas bases de fiscalização do ICMBio. Os quilombolas denunciam a seletividade da fiscalização feita nas bases, onde alegam ser constrangidos, enquanto que “pessoas de fora” circulam diariamente pelo rio. O uso de recursos pode causar a aplicação de multas, confisco de materiais, embarcações, motores e do próprio alimento. Enquanto a presença das comunidades quilombolas é reconhecida, controlada, fiscalizada e implica limitações quanto à construção de casas, escolas, etc., a comunidade do Ajudante, em frente a Porto Trombetas, não para de crescer, com casas sendo construídas e até mesmo alugadas para pessoas que trabalham na mineração e em atividades de suporte a ela.
4	Decreto nº 98.704 de 27 de dezembro de 1989 cria a Flona Saracá-Taquera	<ul style="list-style-type: none"> Não há ponto positivo para as comunidades quilombolas. 	<ul style="list-style-type: none"> Criada em 1989, desconsiderou o ADCT n. 68 da Constituição Federal de 1988. Sobreposição impede a titulação do território, ou seja, a concretização de um direito territorial que afeta outros direitos (ambientais, culturais, econômicos). Permite a mineração, em contradição com as restrições que impõe às comunidades.

INSTRUMENTOS APLICADOS PELO ESTADO

Nº	Itens do diagnóstico	Pontos positivos/Potenciais	Pontos negativos/Ameaças
5	Acordo da Castanha	<ul style="list-style-type: none"> Acordo firmado com o ICMBio para possibilitar a entrada nos castanhais da Rebio durante as safras. Permite a coleta de castanha aos moradores. 	<ul style="list-style-type: none"> Implica inconvenientes à permanência na floresta em função das restrições à pesca e à caça, que, tradicionalmente, fornecem alimentação durante a estada no castanhal. É burocrático, obrigando à criação de listas de coletores autorizados e ao preenchimento de papeletas de controle da produção para entrega ao ICMBio. O Acordo original incluiu, além de associações quilombolas, a Associação dos Extrativistas Tradicionais de Oriximiná (AETMO), que não fazem parte dos territórios quilombolas sobrepostos pela UC. Em 2017, tendo já o RTID publicado, as associações quilombolas demandaram a retirada dos não quilombolas do Acordo, quando da sua renovação. Em 2018, o ICMBio atendeu ao pleito, excluindo a AETMO do instrumento que autoriza a coleta de castanha no interior da Rebio. A entidade, contudo, moveu Ação Pública cujo julgamento decidiu pela permanência da AETMO no Acordo, permitindo a entrada de membros externos às comunidades em áreas do TQ.
6	Ação Civil Pública de 2013, requerendo a conclusão do processo de titulação	<ul style="list-style-type: none"> Trata-se de ação civil pública referente ao processo nº 0004405-91.2013.4.01.3902, proposta pelo Ministério Público Federal em face da União, do Incra, do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e da Fundação Cultural Palmares (FCP), na qual, em síntese, requer a conclusão de processo de titulação de comunidades remanescentes de quilombos situadas na Floresta Nacional Saracá-Taquera e na Reserva Biológica Trombetas. 	<ul style="list-style-type: none"> Não se aplica.
7	Sentença judicial de 24 de fevereiro de 2015	<ul style="list-style-type: none"> Julgando a referida ACP, o juiz decide: a) CONDENAR OS RÉUS UNIÃO, Incra e ICMBio a concluírem, no raio de suas respectivas competências, no prazo de dois anos, a contar da intimação desta sentença, o procedimento administrativo de identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas pelas comunidades de remanescentes de Quilombos descritas nos autos; b) CONDENAR OS RÉUS UNIÃO, Incra e ICMBio ao pagamento de indenização por danos morais coletivos, no valor de R\$90.000,00 (noventa mil reais), a ser rateado em parcelas iguais, em favor do Fundo de Defesa dos Direitos Difusos. 	<ul style="list-style-type: none"> Apesar da sentença favorável às comunidades quilombolas, exarada em 2015, até o momento os processos em tela não foram concluídos.

INSTRUMENTOS APLICADOS PELO ESTADO

Nº	Itens do diagnóstico	Pontos positivos/Potenciais	Pontos negativos/Ameaças
8	Portaria nº 1.172, de 17 de julho de 2018	<ul style="list-style-type: none"> Considerando os autos do Processo Administrativo Incra/SR-30/STM nº 54501.001765/2014-59, esta portaria reconhece e declara como terras do Território Quilombola Alto Trombetas 2 a área de 189.657,8147 ha cujos limites são: ao norte com a Reserva Biológica do Rio Trombetas; ao sul com a Floresta Nacional de Saracá-Taquera; ao leste com Território Quilombola Boa Vista, Distrito de Porto Trombetas (MRN), Rio Trombetas, Floresta Nacional de Saracá-Taquera, Reserva Biológica do Rio Trombetas, Lagoa do Caruara; a oeste com Rio Trombetas, Território Quilombola Alto Trombetas 1, Lago Erepecu, Igarapé do Estreito, Lagoa Redonda, Reserva Biológica do Rio Trombetas e Floresta Nacional de Saracá-Taquera. A portaria é fruto de acordo entre o Incra, o ICMBio e a ACRQAT. A portaria determina que a regularização fundiária do território será realizada, neste momento, via contrato de concessão de direito real de uso a ser emitido pelo ICMBio, sendo Incra e Fundação Cultural Palmares intervenientes, da área de 93.794,1973 ha, que corresponde à porção do Território Quilombola sobreposto à Floresta Nacional de Saracá-Taquera. No Art. 3º é exposto que: “A publicação desta Portaria de Reconhecimento não encerra as tratativas referentes à definição final da área a ser regularizada do Território Quilombola Alto Trombetas 2 sobreposta à Reserva Biológica do Rio Trombetas, considerando-se a sobreposição de interesses do Estado”. No Art. 4º, tem-se que: “A publicação da presente Portaria não implica renúncia ao direito de futura emissão de título de domínio”. 	<ul style="list-style-type: none"> Apesar da emissão da portaria, o contrato de concessão de direito real de uso ainda não foi formalizado. Diante das sucessivas mudanças feitas pelo atual governo no Incra e no ICMBio, há insegurança e incerteza sobre o cumprimento, por parte da administração federal, do acordo firmado entre as partes.
9	Termo de Compromisso de Usos Múltiplos da Rebio	<ul style="list-style-type: none"> O termo eliminará ou minimizará os entraves e restrições usualmente impostas à população quilombola da Rebio. É uma solução paliativa para os conflitos decorrentes da sobreposição com a Rebio, e sua assinatura não implica desistência ao direito de titulação da área como TQ. 	<ul style="list-style-type: none"> A elaboração do termo é lenta, a discussão de suas cláusulas demanda muitas reuniões nas comunidades, e a compreensão de suas disposições nem sempre é plena. A solução fica muito aquém do projeto de gestão territorial que desejam os quilombolas.

INSTRUMENTOS APLICADOS PELO ESTADO

Nº	Itens do diagnóstico	Pontos positivos/Potenciais	Pontos negativos/Ameaças
10	Contrato de Concessão do Direito Real de Uso da Flona	<ul style="list-style-type: none"> • O CCDRU assegura os direitos de permanência dos quilombolas na Flona. • É uma solução paliativa para os conflitos decorrentes da sobreposição com a Flona, e sua assinatura não implica desistência ao direito de titulação da área como TQ. • Há expectativa de que o CCDRU permita às comunidades o recebimento de recursos a título de Participação nos Resultados de Lavras (PRL) do empreendimento minerário da MRN na área. Essa expectativa é alimentada pela prerrogativa aberta nas comunidades do Projeto Agroextrativista (PAE) Juruti Velho, que, sem serem proprietárias do solo e na condição de superficiários, tiveram esse direito assegurado pelo CCDRU do assentamento. 	<ul style="list-style-type: none"> • A elaboração do CCDRU requer muitas reuniões nas comunidades e com os órgãos de governo. • A compreensão de suas disposições nem sempre é plena. • Há cláusulas capciosas e omissões na minuta do contrato, que demandam o enfrentamento da questão do direito das comunidades à PRL, colocada pela prerrogativa do PAE-Juruti Velho. Por um lado, os órgãos atêm-se à previsão legal de que a PRL é devida ao proprietário, nesse caso a União, posto que a área continua sendo uma UC sob gestão do IMCBio. Por outro, reconhecem que, não fosse a sobreposição com as UCs, os quilombolas seriam efetivamente proprietários do território, com seu título assegurado, e então fariam jus ao direito de receber a PRL. • A solução do CCDRU muito aquém do projeto de gestão territorial que desejam os quilombolas.

As formas e os instrumentos particulares de organização política dos quilombolas também foram avaliados, focando sua vida em comunidade e associação, bem como o seu relacionamento com agentes externos.

Primeiramente, no que diz respeito às formas próprias de organização, foram contemplados seis itens, aspectos ou iniciativas:

1. A relação entre mulheres e biodiversidade, e a importância das primeiras para a conservação da segunda;
2. a organização política da associação;
3. a organização política das comunidades;
4. as cooperativas de trabalho criadas por iniciativa dos quilombolas;
5. o Protocolo de Consulta e Consentimento da ACRQAT, feito por iniciativa da associação; e
6. o “Censo Territorial”, devidamente referenciado neste diagnóstico.

Em seguida, foram elencados cinco projetos relativos à biodiversidade que envolvem moradores do TQ Alto Trombetas II:

1. Educação Ambiental nas Escolas;
2. Projeto Quelônios da Amazônia;
3. Unidade de Beneficiamento de Alimentos;
4. Manejo de Copaíba; e
5. Inventário das Copaibeiras.

Para concluir, dois acordos estabelecidos com a Mineração Rio do Norte no âmbito de processos de licenciamento ambiental foram incluídos na análise.

Em relação a cada um dos itens contemplados na avaliação feita pelos quilombolas envolvidos no projeto, foram destacados pontos positivos e negativos.

Quadro 66. Diagnóstico da organização quilombola

FORMAS E INSTRUMENTOS DE ORGANIZAÇÃO POLÍTICA QUILOMBOLA			
Nº	Itens do diagnóstico	Pontos positivos/Potenciais	Pontos negativos/Ameaças
1	Mulheres e biodiversidade	<ul style="list-style-type: none"> Mulher intermediando várias relações com todos os membros da família. Conhecimentos agregados nas diferentes relações. Os quintais são domínios femininos, que favorecem a extensão e o reforço dos laços da vida doméstica e coletiva, bem como a preservação do patrimônio cultural da comunidade. 	<ul style="list-style-type: none"> Machismo nas relações. Pouca participação nos movimentos sociais e nas decisões políticas.
2	Organização política da associação	<ul style="list-style-type: none"> Os costumes locais, especialmente as práticas de solidariedade (puxirum, compartilhamento de casas de farinha, troca e doação de produtos da roça, da pesca e da caça), favorecem a organização política das comunidades para a busca de direitos e melhorias para a coletividade. A ACRQAT foi fundada em 28 de novembro de 2011 com a missão de organizar coletivamente as comunidades Curuçá, Jamari, Juquiri Grande, Juquirizinho, Moura, Nova Esperança, Palhal e Último Quilombo, e de representar seus interesses dentro e fora do Território Quilombola Alto Trombetas II. Atualmente, a ACRQAT tem oito diretores e sete vice-diretores, além de 15 conselheiros, eleitos a cada dois anos. A última eleição ocorreu em 8 de junho de 2019. A associação se mantém com as anuidades pagas pelos sócios e, para projetos específicos, pode receber auxílio de apoiadores e parceiros. A associação é registrada em cartório, tem CNPJ e conta bancária em processo de abertura. 	<ul style="list-style-type: none"> Dificuldade de conciliação de interesses e pontos de vistas de moradores de oito comunidades diferentes. Dificuldade de estabelecimento de acordos comuns entre comunidades submetidas a regras diferentes quanto ao uso dos recursos naturais do território (em função das UCs). Carência de recursos financeiros e recursos humanos qualificados para estruturação administrativa da entidade (exemplo: funções de secretariado, contabilidade, assessoria jurídica) a fim de suprir as diversas demandas de interlocução com o Estado e com a iniciativa privada. Carência de estrutura física adequada (instalações, equipamentos, acesso a telefone e internet) ao desenvolvimento de atividades técnicas e administrativas da entidade. A mobilização dos diretores e sócios da entidade para reuniões implica expressivos custos de logística, sobretudo com transporte e alimentação.
3	Organização política das comunidades	<ul style="list-style-type: none"> Cada comunidade tem um coordenador e um vice-coordenador, eleitos internamente. A coordenação é responsável pela articulação dos moradores para lidar com temas locais. Por intermédio dos coordenadores, as comunidades fazem chegar suas deliberações à diretoria da ACRQAT e ao restante do território. 	<ul style="list-style-type: none"> O modelo de organização das comunidades foi inaugurado nos anos 1980, por força do apoio da Igreja Católica em atividades de conscientização e grupalização. Nele, o coordenador da comunidade costuma acumular funções de coordenação política, mas também religiosa (católica), com implicações na vida sociocultural da comunidade (festas de santo, celebrações, etc.). Com o recente crescimento das igrejas evangélicas no território, os moradores de comunidades onde essa filiação predomina têm reagido a esse modelo, buscando a separação entre a função de coordenação política e a gestão da vida religiosa das comunidades.

FORMAS E INSTRUMENTOS DE ORGANIZAÇÃO POLÍTICA QUILOMBOLA

Nº	Itens do diagnóstico	Pontos positivos/Potenciais	Pontos negativos/Ameaças
4	Cooperativas de trabalho	<ul style="list-style-type: none"> • Criação da Coopermoura, em 2002, favorece a inclusão de moradores em vagas de trabalho na mineração, contribuindo para geração de renda. • A criação dessa entidade respondeu, em grande medida, aos impactos gerados pela degradação ambiental causada pela própria mineração na localidade e às restrições imputadas pela legislação ambiental. Como as atividades agroextrativistas tradicionais (caça, pesca, agricultura, coleta de recursos naturais dentro da floresta) ficaram progressivamente comprometidas por esses dois fatores de intervenção no território quilombola, ao findar o século XX os moradores viram significativamente reduzidas suas alternativas econômicas e, foram, então, obrigados a buscar outros tipos de trabalhos para o sustento das famílias. Nesse cenário, a perspectiva de assalariamento em Porto Trombetas passou a atrair um número cada vez maior de homens e mulheres, que foram buscar empregos na cidade da mineradora. 	<ul style="list-style-type: none"> • As atividades econômicas tradicionais, as atividades religiosas, as relações comunitárias e a participação política na vida coletiva envolvem um número cada vez menor de moradores que trabalham na cooperativa. • Alteração dos hábitos dos moradores em relação aos trabalhos tradicionais de agricultura, extrativismo e caça. • Os quilombolas, estando empregados no mercado formal ou informal, direto ou indireto, na cidade da mineradora, modificam significativamente seus hábitos. Deixam de realizar ofícios tradicionais, por falta de tempo, e afastam-se da vida comunitária e até mesmo da participação na gestão das cooperativas por intermédio das quais são empregados. Dessa forma, as percepções das famílias quilombolas em relação ao trabalho na MRN são ambivalentes. Se a perspectiva de assalariamento, por um lado, traz esperanças de uma vida financeira melhor, por outro, ela se reveste de um risco, considerado alto, de afastamento da vida e dos valores comunitários.
5	Protocolo de consulta e consentimento	<ul style="list-style-type: none"> • Lançado em 2018, apresenta as diretrizes para realização de Consulta Prévia, Livre e Informada nos moldes da Convenção nº 169/OIT e para a aprovação de consentimento a pesquisas e projetos. • O protocolo já tem sido utilizado na lida com órgãos de governo, empresas privadas, organizações não governamentais, instituições de ensino e pesquisa, pesquisadores e outros sujeitos que, frequentemente, procuram as comunidades para apresentar propostas de trabalho, projetos, programas, acordos e outros. 	<ul style="list-style-type: none"> • A divulgação do protocolo ainda é insuficiente. • A despeito do documento publicado, alguns setores teimam em retardar e tentar evitar a aplicação das diretrizes que ele aponta.
6	Censo Territorial	<ul style="list-style-type: none"> • É um mapeamento do perfil de moradores do TQ Alto Trombetas II, realizado em 2017 por iniciativa e demanda da ACRQAT, em parceria com a Ufopa. • Envolveu a aplicação de formulários compostos por questões abertas e fechadas junto a, aproximadamente, 80% das famílias residentes, contemplando dados sobre a população local: religião, ocupação, saúde, trabalho e renda, educação, moradia, organização política e outros. 	<ul style="list-style-type: none"> • A finalização dos relatórios do censo foi comprometida pela falta de recursos para mobilização de pessoal capacitado para fazer a análise e sistematização dos dados colhidos.

Quadro 67. Situação dos projetos relacionados à agrobiodiversidade no território

PROJETOS RELACIONADOS COM A AGROBIODIVERSIDADE			
Nº	Itens do diagnóstico	Pontos positivos/Potenciais	Pontos negativos/Ameaças
1	Educação Ambiental nas Escolas	<ul style="list-style-type: none"> Respeito à Lei nº 10.639, trabalhando com hortas e ervas medicinais nas escolas. 	<ul style="list-style-type: none"> Não há.
2	Projeto Quelônios da Amazônia	<ul style="list-style-type: none"> Contribui para a preservação e o aumento da população dos quelônios. É uma iniciativa da comunidade que passou a ser conduzida pelo ICMBio, recebendo apoio da MRN. Os próprios moradores atuam na fiscalização das praias de desova e na coleta dos ovos para botar em chocadeira. Para isso, passam cerca de quatro meses morando nas praias, em barracas temporárias, em troca de cestas básicas. 	<ul style="list-style-type: none"> A infraestrutura oferecida aos moradores é imprópria, insuficiente. Os moradores fiscais correm riscos de agressões de invasores.
3	Unidade de Beneficiamento de Alimentos	<ul style="list-style-type: none"> Incentiva a agricultura familiar. Gera renda para os produtores e os manipuladores que beneficiam os alimentos. 	<ul style="list-style-type: none"> Em sua criação, o projeto foi concebido para atender todo o território, mas, no seu funcionamento participa apenas uma comunidade. A ONG que implantou o projeto o direciona a grupos de pessoas e não trata com a associação gestora do território. A renda obtida fica abaixo do esperado.
4	Manejo de Copaíba	<ul style="list-style-type: none"> Integra o projeto Florestas de Valor, coordenado pelo Instituto de Manejo e Certificação Florestal Agrícola (Imaflora). Atua na organização das comunidades para unificação do processo de coleta, armazenamento, transporte e venda a empresas cosméticas e farmacêuticas. 	<ul style="list-style-type: none"> As formas de atuação do Imaflora tendem a privilegiar determinados indivíduos e desconhecer práticas de organização e decisão coletiva.
5	Inventário das Copaibeiras	<ul style="list-style-type: none"> Desde 2011, compõe o Programa de Educação Socioeconômico e Ambiental da MRN, uma condicionante que faz parte do Plano Básico Ambiental da mina Monte Branco. Além de promover atividades de capacitação para o plantio de mudas de copaíba em áreas de uso comunitário, envolve extrativistas das comunidades Jamari e Curuçá Mirim no trabalho de inventariar as populações naturais de copaibeiras no Monte Branco. A partir do inventário, pretende estruturar um método sustentável para a extração de óleo de copaíba. 	<ul style="list-style-type: none"> Segundo os quilombolas, o inventário não cobre 100% da população de copaibeiras. As ações do projeto não evitam a derrubada das copaibeiras existentes no platô Monte Branco, cuja perda é irreparável para os extrativistas.

Quadro 68. Diagnóstico dos acordos com a MRN

ACORDOS COM A MINERAÇÃO NO ÂMBITO DO LICENCIAMENTO AMBIENTAL			
Nº	Itens do diagnóstico	Pontos positivos/Potenciais	Pontos negativos/Ameaças
1	Acordo Teófilo e Cipó	<ul style="list-style-type: none"> • Compra de 10 mil mudas da comunidade para serem usadas no reflorestamento de áreas exploradas. • Venda de cítricos. • Criação de sistemas agroflorestais. • Primeiro licenciamento ambiental utilizando o Protocolo de Consulta e Consentimento da ACRQAT. 	<ul style="list-style-type: none"> • Não houve, considerando que a ACRQAT nem sequer supunha que seria contemplada na discussão das licenças ambientais da mineração nesses platôs, situados fora do território.
2	Acordo Monte Branco	<ul style="list-style-type: none"> • Em negociação, prevê a oferta de compensações às comunidades, pela exploração do platô Monte Branco. 	<ul style="list-style-type: none"> • Os critérios que orientam as negociações não são claros.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACEVEDO, R.; CASTRO, E. (1993). **Negros do Trombetas**. Guardiães de Matas e Rios. Belém: Editora Cejup, UFPA, NAEA, 234 p.

ASSOCIAÇÃO DAS COMUNIDADES REMANESCENTES DE QUILOMBO DO ALTO TROMBETAS II (ACRQAT). (2018). **Protocolo de consulta e consentimento da ACRQAT**. Oriximiná: ACRQAT.

BRASIL. Decreto nº 98.704, de 27 de dezembro de 1989. Cria a Floresta Nacional de Saracá-Taquera. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 27 dez. 1989. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1980-1989/D98704.htm. Acesso em: 10 out. 2015.

BRASIL. Lei Ordinária nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 19 jul. 2000. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9985.HTM. Acesso em: 10 abr. 2015.

CUMBUCA NORTE. (2016). **Estudo do componente quilombola das comunidades localizadas no entorno da Mineração Rio do Norte**. Santarém: Cumbuca Norte, 2016.

CUMBUCA NORTE. (2017). **Estudo do componente quilombola das comunidades localizadas no entorno da Mineração Rio do Norte**. Relatório geral. Santarém, 2017. Disponível em: <http://cpisp.org.br/wp-content/uploads/2015/06/EstudoComponenteQuilombola.pdf>. Acesso em: 24 out. 2022.

FUNES, E. (2000). **Comunidades remanescentes dos mocambos do Alto Trombetas**. Fortaleza: Projeto Manejo dos Territórios Quilombolas.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE (ICMBio). (2019). **Minuta de Contrato de Concessão de Direito Real de Uso**. Outorgante concedente: ICMBio; outorgada concessionária: Associações Quilombolas das TQ Alto Trombetas I e Alto Trombetas II. Brasília.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE (ICMBio). (2018). **Roteiro metodológico para elaboração e revisão de planos de manejo das unidades de conservação federais**. Brasília.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE (ICMBio). (2014a). **Plano de Manejo da Floresta Nacional de Saracá-Taquera**. Volume 1 – Diagnóstico. Brasília.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE (ICMBio). (2011). **Relatório das reuniões participativas realizadas nas comunidades da Floresta Nacional Saracá-Taquera, de 23 a 28 de novembro de 2011.** Sobre a revisão do Plano de Manejo desta unidade de conservação.

MENDES, R. S. (2022). **Entre diálogos e conflitos:** o processo de regularização fundiária do Território Quilombola Alto Trombetas II. 2022. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia, Universidade Federal do Pará, Belém.

SALLES, V. (2005). **O negro no Pará:** sob o regime da escravidão. Belém: Instituto de Artes do Pará.

ANEXO

RELATÓRIO DA EXPERIÊNCIA QUILOMBOLA DO ALTO TROMBETAS II

Este relatório sintetiza os resultados da experiência realizada no Território Quilombola (TQ) Alto Trombetas II, em Oriximiná, Pará, visando à produção de um diagnóstico participativo sobre a biodiversidade local e os fatores que a afetam, positiva e negativamente. Elaborado no âmbito de diálogos continuados com membros da Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombo do Alto Trombetas II (ACRQAT), principalmente diretores da entidade, ele abrange informações gerais do TQ, extraídas de fontes secundárias rastreáveis, avaliadas e complementadas pela equipe diretamente responsável pelo diagnóstico.

A equipe executora dos trabalhos foi composta por:

- Elielma de Jesus Pires – quilombola da comunidade Moura, licenciada em Pedagogia pela Universidade Federal do Oeste do Pará (Ufopa), professora, atual Coordenadora de Mulheres da ACRQAT;
- José Adeã Castro dos Santos – quilombola da comunidade Palhal, atual vice-coordenador de Cultura da ACRQAT;
- Soliane dos Santos Vieira – estudante de graduação em Antropologia na Ufopa;
- Luciana Gonçalves de Carvalho – antropóloga, professora da Ufopa, atuando junto à ACRQAT desde 2012.

Ressalta-se que a atuação da antropóloga junto às comunidades do TQ Alto Trombetas II e à sua associação representativa foi uma condição para realização desta experiência de diagnóstico.

A relação entre a pesquisadora e o grupo teve início em 2012, quando da implementação dos estudos técnicos para elaboração do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação Territorial (RTID) daquelas comunidades. Na ocasião, a antropóloga coordenou a equipe responsável pela produção do Relatório Antropológico que integra o RTID, uma peça técnica complexa que exige, além das pesquisas de campo, processos de mediação interinstitucional que acabam por favorecer o entendimento das formas de organização locais. Em 2013 e 2014, novas fases de trabalho de campo e mediação interinstitucional, no escopo do Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC) dos Quilombos de Oriximiná, realizado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), contribuíram para o aprofundamento dos conhecimentos antropológicos sobre as comunidades e das ligações da antropóloga com

os membros da mesma, especialmente com Elielma de Jesus Pires, quilombola que atuou como pesquisadora no referido inventário e é coautora deste diagnóstico. De 2015 a 2019 a atuação da antropóloga Luciana Gonçalves de Carvalho junto às comunidades do TQ Alto Trombetas II ganhou novos contornos, com sua participação como colaboradora em negociações com o governo federal acerca dos processos de regularização fundiária e licenciamento ambiental então correntes no território. Por fim, entre 2017 e 2018, a antropóloga auxiliou a ACRQAT na produção de um Protocolo de Consulta Prévia, Livre e Informada.

Diante desse histórico de interações pessoais e profissionais, a proposição da presente experiência de diagnóstico, embora causasse estranhamento pela sua novidade (não era exatamente uma pesquisa de campo, nem uma ação extensionista, nem um projeto de desenvolvimento local, com os quais estão acostumados), foi recebida sem maiores constrangimentos pelas comunidades do TQ Alto Trombetas II e por outros profissionais, de diferentes áreas de conhecimento, que as apoiam. As principais preocupações e incômodos das comunidades referiam-se às demandas que o projeto imputaria, sobretudo em um contexto atravessado por múltiplos processos jurídico-administrativos que já lhes consumiam muito tempo e empenho.

Assim, no que tange à participação da comunidade local, os membros da equipe foram designados pela diretoria da ACRQAT, em fevereiro de 2019, para atuar em conjunto com as pesquisadoras vinculadas ao Núcleo de Estudos Interdisciplinares em Sociedades Amazônicas, Cultura e Ambiente (Sacaca), da Universidade Federal do Oeste do Pará – na época, coordenado pela antropóloga Luciana Gonçalves de Carvalho. Esse pequeno grupo foi incumbido, pela ACRQAT, da produção da versão preliminar do diagnóstico que, quando concluída, viria a ser submetida à apreciação da diretoria da associação e das comunidades que integram o TQ Alto Trombetas II. Essa designação, que concentrou a maior parte das discussões em um grupo restrito, foi baseada em diversos fatores que determinam as condições objetivas de realização de processos e projetos participativos no território.

Em primeiro lugar, há os fatores logísticos que desafiam a organização de atividades envolvendo grande número de pessoas. Trata-se de um território de 189.657,8147 ha localizado nas margens do Rio Trombetas, onde cerca de 300 famílias (aproximadamente 1.500 pessoas) vivem em oito comunidades: Curuçá-Mirim, Jamari, Juquiri Grande, Juquirzinho, Moura, Nova Esperança, Palhal e Último Quilombo. Os deslocamentos internos no território são feitos por via fluvial, em pequenos barcos ou canoas movidas a motor do tipo rabeta. Em suma, os deslocamentos são lentos e custosos, posto que envolvem, obrigatoriamente, despesas com combustível e alimentação em qualquer atividade que reúna moradores de todas as comunidades.

Em segundo lugar, há as características organizacionais próprias do território. Enquanto a ACRQAT é entidade representativa do TQ, cada comunidade tem uma coordenação composta por um titular e um vice-coordenador, cujas atribuições incluem assuntos locais e cotidianos, além daqueles que afetam o território como um todo. Isso significa que há uma série de responsabilidades a serem assumidas pelos líderes quilombolas, correspondendo a uma intensa demanda de participação em diferentes instâncias consultivas e deliberativas, que sobrecarrega as comunidades em geral e os líderes locais, principalmente.

O terceiro fator, diretamente associado ao anterior, é a simultaneidade de dois processos extremamente complexos em curso no território. Um deles visa à titulação das áreas ocupadas pelas comunidades e vem sendo postergado e dificultado, desde 2004, devido à sobreposição de duas Unidades de Conservação federais que, juntas, abrangem todo o território reivindicado. Outro refere-se ao licenciamento ambiental de um projeto de exploração de bauxita em porções do território em processo de titulação. Esses dois processos desdobram-se em uma série de ações e etapas que exigem dos quilombolas a participação em inúmeras reuniões, assembleias, consultas, oficinas e viagens várias vezes ao mês.

Em relação ao último fator apontado, o Protocolo de Consulta Prévia, Livre e Informada da ACRQAT é claro ao determinar que, quanto ao envolvimento em projetos e ações propostos por agentes externos, as comunidades têm as próprias prioridades, que devem ser respeitadas. Em relação a este diagnóstico, particularmente, a associação ponderou sobre a (in)disponibilidade dos moradores e a (im)pertinência de inserir mais um projeto participativo na agenda das comunidades. Além disso, a ACRQAT ponderou que vários projetos, estudos e pesquisas vêm sendo desenvolvidos no território nos últimos anos, em grande parte motivados pelos processos mencionados, e que a frequente presença de pesquisadores e técnicos na área chega a ser um incômodo para os moradores.

Em contrapartida, existe um significativo volume de dados produzidos sobre o TQ Alto Trombetas II, inclusive os estudos técnicos executados entre 2012 e 2018 para os processos de licenciamento e regularização fundiária. Logo, a equipe executora do projeto e a associação quilombola vislumbraram nesta experiência uma oportunidade de melhor conhecer e utilizar o que já há produzido (escrito, gravado, filmado) sobre o território e, dessa maneira, contribuir com o diagnóstico ora proposto. Os diretores da associação avaliaram que, embora tenham ciência de diversas iniciativas de pesquisa recém-concluídas ou em andamento no território, é preciso se inteirar melhor dos seus resultados e produtos, bem como sistematizá-los em linguagens e versões mais acessíveis e resumidas. Nesse sentido, participar desta experiência mostrou-se uma chance singular.

As sucessivas ponderações sobre participar ou não da presente proposta de diagnóstico conduziram à decisão final, tomada em reunião ordinária da diretoria da ACRQAT em fevereiro de 2019: a experiência deveria ser adaptada à realidade e às prioridades comunitárias no contexto atual. Em outras palavras, além de testar a aplicação de diretriz propostas pela coordenação do Projeto Povos Tradicionais e Biodiversidade no Brasil, esta experiência de diagnóstico deveria, sem requerer a mobilização das comunidades para a produção/discussão de dados, sintetizar de maneira acessível os estudos técnicos e científicos preexistentes, considerando seus aportes de conhecimentos sobre a biodiversidade e as políticas públicas que a afetam positiva e negativamente no território. Propôs-se, então, refletir sobre os conhecimentos até então produzidos por diversos agentes acerca do TQ Alto Trombetas II.

O resultado imediato da experiência foi a geração e a sistematização de conteúdos visando à melhor apropriação, por parte dos quilombolas, das informações constantes nos estudos produzidos sobre o TQ, os quais tendem a ser pouco conhecidos, criticados e utilizados

pelas próprias comunidades, ainda que reúnam informações importantes para embasar seus pleitos cotidianos, quer sejam de natureza histórica, antropológica, demográfica, cartográfica ou outra. Espera-se, ainda, que o melhor conhecimento quanto ao que vem sendo produzido em projetos, estudos e pesquisas dos quais as comunidades participam de diferentes maneiras, resulte em melhores condições de reflexão, crítica e atuação política sobre o território em que vivem.

Metodologia

Uma vez definida a disponibilidade da ACRQAT de participar da experiência, e designados seus representantes para composição da equipe executora, o primeiro passo foi selecionar as fontes que seriam consultadas e analisadas neste trabalho. Os critérios de seleção das fontes foram:

- a) a existência de informações sobre a biodiversidade no território quilombola e as políticas públicas pertinentes;
- b) a publicidade dos dados, considerando que as fontes devem ser rastreáveis;
- c) a atualidade das fontes, considerando o recorte temporal do diagnóstico;
- d) o conhecimento prévio das fontes por parte dos quilombolas, ainda que limitado;
- e) a inteligibilidade das informações, considerando tratar-se de um empreendimento conjunto que alia conhecimentos científicos e locais;
- f) a variedade dos suportes (textual, imagético, cartográfico) das informações disponíveis, considerando diferentes modos de apreensão de linguagens.

Em decorrência dos critérios aplicados, cinco estudos foram selecionados como bases para o diagnóstico. Todos são públicos, atuais (produzidos entre 2012 e 2018), contêm informações sobre a biodiversidade e/ou as políticas que a afetam no território, e foram realizados com a ciência e a participação (em diferentes momentos e papéis) dos quilombolas e da sua associação representativa. A inteligibilidade dos conteúdos (textual, imagético, cartográfico) varia entre os estudos e no interior de cada um deles, de acordo com os tipos de requisitos aos quais atendem, mas todos contêm conjuntos de informações acessíveis a todos os membros da equipe. São eles, por ordem cronológica de publicação:

a) Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID) do TQ Alto Trombetas II

Peça técnica obrigatória do processo de regularização fundiária, conforme a Constituição Federal de 1988, o Decreto nº 4.887/2003, a Instrução normativa (IN) do Incra nº 57/2009 e a legislação federal pertinente à identificação, delimitação e titulação de territórios quilombolas. Foi elaborado no período de 2012-2013, contendo cadastros, levantamentos

cartográficos e informações ambientais, históricas, fundiárias, econômicas, socioculturais e outras que caracterizam o território e o modo de vida dos moradores.

b) Inventário Nacional de Referências Culturais dos Quilombos de Oriximiná

O Inventário Nacional de Referências Culturais é uma metodologia de pesquisa desenvolvida pelo Iphan para produzir conhecimento sobre os domínios da vida social aos quais são atribuídos sentidos e valores e que, portanto, constituem marcos e referências de identidade para determinado grupo social. É uma peça técnica importante nos processos de identificação, documentação e registro do patrimônio cultural constituído por bens culturais de natureza imaterial. O INRC dos Quilombos de Oriximiná foi realizado pelo Iphan-PA no período de 2013-2014, entre outros motivos, por recomendação exarada no âmbito de um processo administrativo cujo objeto é o tombamento dos quilombos do município.

c) Estudo do Componente Quilombola das comunidades localizadas no entorno da Mineração Rio do Norte

O referido ECQ constitui peça técnica obrigatória no âmbito do processo de licenciamento ambiental do projeto da empresa Mineração Rio do Norte, que prevê a lavra de bauxita nos platôs da Zona Central Oeste (ZCO), parcialmente sobrepostos ao Território Quilombolas Alto Trombetas II. Tal processo foi aberto junto ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) em 2012, e, por incidir em áreas ocupadas pelas comunidades quilombolas, teve de se adequar à cartilha *Sistemática do Processo de Licenciamento Ambiental* elaborada pela Fundação Cultural Palmares (FCP), que resume o fluxo e os procedimentos do licenciamento de atividades e empreendimentos com ocorrência direta ou reflexa em terras quilombolas. Assim, o referido processo exigiu a realização do ECQ como peça complementar ao Estudo de Impacto Ambiental (EIA), em cumprimento da Portaria Interministerial nº 60, de 24 de março de 2015, relativa à análise de estudos e manifestações sobre medidas de mitigação e controle de impactos socioambientais decorrentes de empreendimentos e atividades na abrangência de territórios quilombolas.

d) Mapeamento do perfil de moradores do TQ Alto Trombetas II

Por iniciativa e demanda da ACRQAT, esse mapeamento foi realizado em dezembro de 2017 nas oito comunidades do TQ Alto Trombetas II, em parceria com a Ufopa. Por meio de trabalho de campo realizado conjuntamente por pesquisadores da universidade e líderes locais, a aplicação de formulários compostos por questões abertas e fechadas permitiu levantar dados de aproximadamente 80% das famílias residentes no território. O mapeamento, chamado pelas comunidades de “Censo Territorial”, visa a facilitar a atuação da associação em questões que envolvem demandas de políticas públicas e em negociações com a mineradora que atua no território. Embora outros estudos tenham produzido mapeamentos semelhantes – a cargo de órgãos de Estado como o Incra e o ICMBio, por exemplo –, a associação quilombola entende que possuir dados próprios, coletados por pesquisadores de sua confiança

e com participação direta de seus dirigentes, lhe dará mais segurança nas frentes de diálogo com os gestores públicos e com a mineradora.

e) Protocolo de Consulta e Consentimento do TQ Alto Trombetas II

Por iniciativa e demanda da ACRQAT, esse protocolo foi elaborado em parceria com a Ufopa. Finalizado em 2018, tem por objetivo apoiar a associação e os moradores do TQ na condução de processos de consulta prévia, livre e informada, nos termos da Convenção nº 169/OIT, e em projetos que envolvem o consentimento da realização de ações de pesquisas e intervenção no território.

Em relação às fontes delimitadas como objeto principal de consulta e análise neste diagnóstico, assinala-se que os três primeiros documentos foram elaborados no âmbito de processos jurídico-administrativos (de regularização fundiária, identificação de patrimônio cultural e licenciamento ambiental), enquanto os outros dois decorrem de iniciativas da própria ACRQAT. Logo, trata-se de produtos que envolveram, em diferentes medidas e de distintas maneiras, expectativas e contribuições individuais e coletivas dos quilombolas, cujos interesses afetam diretamente.

Ainda a respeito da delimitação das principais fontes para o diagnóstico, ressalta-se que trabalhos acadêmicos foram evitados, muito embora haja uma série de monografias de graduação, dissertações de mestrado, teses de doutorado, livros e artigos produzidos e em produção sobre questões relativas ao TQ Alto Trombetas II, nas mais diversas áreas de conhecimento. Todavia tais trabalhos, independentemente de sua qualidade científica, tendem a privilegiar extensas discussões teóricas e linguagens pouco acessíveis, e, com frequência, depois de prontos, não são trazidos ao conhecimento das comunidades junto às quais tenham sido elaborados. Essa, inclusive, é uma queixa comum entre as comunidades da região, que fez a ACRQAT adotar procedimentos mais rígidos para a autorização e o acompanhamento de pesquisas acadêmicas desenvolvidas no TQ Alto Trombetas II.

Selecionadas as fontes, a equipe executora separou, em cada uma delas, apenas os conteúdos relativos ao tema central do diagnóstico: a biodiversidade e as políticas públicas que a afetam, positiva ou negativamente no território quilombola.

Do RTID do TQ Alto Trombetas II foram utilizados dois Relatórios Antropológicos elaborados na primeira fase dos estudos técnicos para titulação, em 2012-2013. Nessa época, as oito comunidades que hoje integram o TQ Alto Trombetas II organizavam-se em dois conjuntos distintos, refletidos em dois processos de titulação abertos em 2004: o do território Moura, incluindo essa comunidade; e o do território Jamari-Último Quilombo, que abrangia as duas comunidades que o nomearam mais Nova Esperança, Palhal, Curuçá, Juquiri Grande e Juquirzinho. A unificação das oito comunidades no TQ Alto Trombetas II só veio a ocorrer após a elaboração dos estudos antropológicos, por decisão dos próprios quilombolas.

Considerando, então, os Relatórios Antropológicos do Moura e do Jamari-Último Quilombo, a equipe responsável pelo diagnóstico recortou os capítulos descritivos do ambiente e das atividades produtivas desenvolvidas pelas comunidades, com foco na biodiversidade. Os mapas anexados a esses relatórios foram descartados, posto que a delimitação territorial se alterou decisivamente com a integração das comunidades em um só TQ.

Do Inventário de Referências Culturais dos Quilombos de Oriximiná foram utilizadas as Fichas de Identificação (essa é a terminologia empregada no INRC) do Moura e do Jamari-Último Quilombo, pelo mesmo motivo supracitado. Das Fichas, foram retiradas informações relativas a: paisagem, meio ambiente, lugares e ofícios, principalmente. Embora o inventário não foque especificamente a biodiversidade, permite conhecer os sentidos práticos e simbólicos que seus elementos assumem na ótica local e na vivência cotidiana dos quilombolas, por exemplo, nos trabalhos que realizam, nas histórias que narram e nos conhecimentos tradicionais que transmitem no dia a dia.

Encerrando o conjunto de estudos elaborados no âmbito de processos jurídico-administrativos, o Estudo do Componente Quilombola foi a fonte de dados mais rica e proveitosa para o presente diagnóstico, na medida em que contém informações específicas sobre elementos da biodiversidade no território e práticas que os mobilizam, assim como sobre os impactos que sofrem, decorrentes da ação antrópica em diferentes escalas – desde o uso pelas comunidades até a exploração pela mineradora que atua na região. Diversos recursos naturais são identificados no ECQ, de acordo com as atividades em que são mobilizados nos principais domínios da vida local, ou seja, na caça, na pesca, na agricultura e no extrativismo. Ameaças e pressões sobre eles também são apontadas no estudo, constituindo um sugestivo roteiro para o diagnóstico.

Do mapeamento do perfil de moradores do TQ Alto Trombetas II, este diagnóstico aproveitou apenas alguns dados para fornecer uma caracterização geral das comunidades. O estudo mapeia diversos domínios da vida local (origem das famílias, composição familiar, religião, educação, saúde, trabalho e renda, organização sociopolítica e outros), mas apenas alguns foram considerados pela equipe executora do diagnóstico, considerando que seu foco principal recai na biodiversidade e nas políticas que a afetam no território.

Por fim, o Protocolo de Consulta e Consentimento da ACRQAT serviu de parâmetro para orientar a relação da equipe executora com a entidade representativa das comunidades que integram o território. O documento não foi utilizado como fonte de dados passíveis de serem incorporados neste diagnóstico, mas como um conjunto de diretrizes a serem respeitadas no decorrer do trabalho.

Diante dos itens selecionados em cada estudo, a equipe executora deste projeto iniciou uma sequência de reuniões para debatê-los e, a partir de então, elaborar seu próprio diagnóstico, que poderia reiterar, criticar, refutar ou complementar conclusões obtidas nas fontes tomadas como ponto de partida. As reuniões aconteceram no segundo semestre de 2019, na sede da Ufopa, em Santarém, e na vila de Porto Trombetas, onde o grupo pôde contar com acesso regular à energia elétrica e à internet, fatores que facilitaram o trabalho.

Os debates em equipe foram mediados pela antropóloga Luciana Gonçalves de Carvalho, mas os representantes quilombolas tiveram prioridade para expressar suas opiniões, e poder para decidir o que entraria ou não no diagnóstico. A fim de organizar o fluxo de ideias, o grupo optou pela elaboração de dois quadros: um composto pelos itens relativos à biodiversidade, e outro contendo menções aos principais instrumentos acionados nas formas de organização e representação local, bem como projetos, políticas públicas e legislação aplicada à gestão do território. Em cada quadro, para cada item elencado foram identificados pontos positivos e negativos.

Os resultados do trabalho, na forma de quadros, foram apresentados em uma reunião realizada na Escola Perpétuo Socorro, na comunidade Moura, em 19 de dezembro de 2019, na presença da diretoria da ACRQAT e de assessores contratados pela associação para apoiá-la em uma série de processos locais. Na ocasião, os membros da diretoria e seus assessores tiraram dúvidas a respeito do diagnóstico e da IPBES, e sugeriram a complementação do quadro relativo à gestão do território com instrumentos que foram recentemente expedidos ou estão em fase de elaboração. Com a aprovação e o aval da diretoria, a antropóloga da equipe executora do diagnóstico ficou incumbida da elaboração da versão final do relatório, contendo os quadros e textos explicativos.

O presente relatório, portanto, é resultado de ações executadas em diferentes fases e por diferentes sujeitos, ora em grupo, ora individualmente, como resume a Figura A.

Para a melhor exposição dos resultados, os quadros produzidos pela equipe estão acrescidos de fotografias, mapas e outros quadros extraídos das fontes consultadas e adaptados neste texto final, a título de complementação, aprofundamento e/ou ilustração dos itens do diagnóstico.

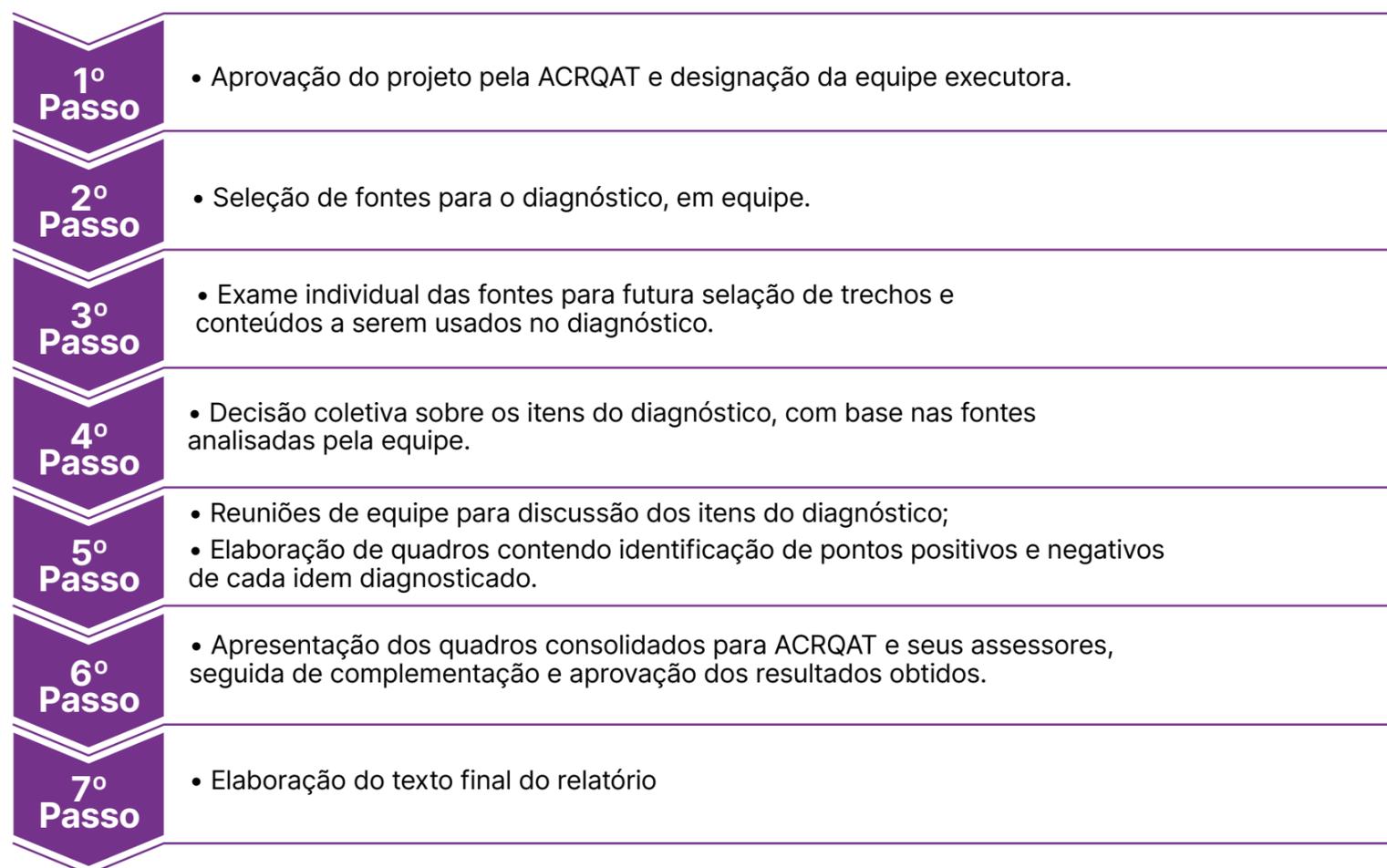


Figura A. Passo a passo do projeto. Fonte: Projeto Experiência Quilombola do Alto Trombetas II.



Povos Tradicionais e Biodiversidade no Brasil

Contribuições dos povos indígenas,
quilombolas e comunidades tradicionais
para a biodiversidade, políticas e ameaças